

Universidade Aberta – Porto

Mestrado Relações Interculturais

**Inserção Social e Cidadania de Jovens em Situação de
Exclusão na Cidade do Porto**

- Das Margens Aos Movimentos

Joaquim Paulo Almeida Pinto da Silva

Setembro de 2003

Universidade Aberta – Porto

Mestrado Relações Interculturais

**Inserção Social e Cidadania de Jovens em Situação de
Exclusão na Cidade do Porto**

- Das Margens Aos Movimentos -

**Dissertação de Candidatura ao Grau de Mestre no âmbito do 12º Curso de
Mestrado em Relações Interculturais, pela Universidade Aberta, Delegação do
Porto,**

Sob a orientação da Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

Joaquim Paulo Almeida Pinto da Silva

Setembro de 2003

Agradecimentos:

Índice Geral

Introdução	7
I- O Campo das Mudanças:	
A Sociedade Pós-Industrial e a Cultura Pós-Moderna	9
1- O Campo das Mudanças Sociais	9
2- O Campo das Mudanças nos saberes	12
2.1- Crise do Modelo Mecanicista	12
2.2- Um Paradigma Pós- Moderno	13
2.3- As Ciências Sociais no Cerne do Paradigma Pós- Moderno	15
3- O Campo das Mudanças Como Alavanca da Nossa Pesquisa	18
II- O Campo do Estudo:	
Das Margens aos Movimentos –	
Estudo Sobre os Processos Inserção de Jovens em Contexto de Exclusão Social	19
4- O Fenómeno da Exclusão Social: As Margens	21
4.1- A Exclusão Social como Processo Histórico	21
4.2- As Teorias da Exclusão	24
4.2.1- As Definições Económicas Clássicas	24
4.2.2- Das Teorias da Sociologia Clássica- às Teorias Culturalistas	29
a)- A Exclusão Social na Perspectivados Clássicos da Sociologia	29
b)- Da Escola de Chicago às Teorias Culturalistas	37
4.3- A Exclusão Social Nas Sociedades Pós- Industriais	43
5- Movimentos Sociais, Inserção Social, Políticas Sociais: Os Movimentos	47
5.1- Dos Movimentos às Políticas Sociais	47
5.1.1- Da Afirmção do Movimento Operário ao Estado Providência	47
5.1.2- Crise do Estado-Providência	54
a)- O Estado-Providência como Finalidade Última do Estado Moderno	54
b)- Crise do Estado-Providência/Crise da Modernidade	56
5.1.3- Novos Movimentos Sociais/Socialização Diferencial e Identidades Juvenis/ Reinvenção da Solidariedade.....	59
a)- Os Novos Movimentos Sociais num Contexto de Desmodernização	59
b)- Os Novos Movimentos Sociais em Contextos Sociais de Exclusão	69
c)- Reinventar a Solidariedade	76
6- Inserção e Exclusão Social em Portugal.....	80

6.1- Da Tradição à Mudança	80
a)- Integração Europeia/País de Emigração- País de Imigração, Exclusão Social e Marginalidade	80
b)- O Estado Providência e as Políticas Sociais em Portugal	96
III- O Estudo de Campo	109
7- A Abordagem Metodológica.....	109
7.1- Pobreza e Exclusão Social na cidade do Porto.....	109
7.2- O Caso dos Bairros Sociais do Vale de Campanhã:	
Um território como contexto social de exclusão- Um Estudo de Caso	111
7.3- Objectivos da Investigação.....	114
7.4- Fundamentos e aspectos Teóricos- Empíricos do Método	115
7.5- Condições e Estratégias da Selecção da Amostra.....	116
7.6- Recolha e Tratamento de Dados: Da Entrevista à Análise de Conteúdo.....	118
8- Apresentação e Discussão dos Resultados do Estudo de Campo:	
- A vez e a voz dos Jovens.....	121
8.1- Para Uma Melhor Caracterização da Amostra.....	122
8.2- A Análise das Entrevistas.....	125
8.2.1- Contexto de Socialização e Integração Social.....	125
8.2.2- Sociedade. Identidade e Consciência Social, Estratégias Juvenis.....	134
9- Para Uma Reconstrução dos Processos de Inserção/Exclusão Social e	
Cidadania dos Jovens do Vale de Campanhã.....	139
Considerações Finais.....	142
Bibliografia.....	144
Anexos.....	150

Índice de Gráficos

Gráfico nº1: Habilitações Literárias.....	123
Gráfico nº2: Condições de Alojamento.....	124
Gráfico nº3: Situações Económicas.....	124
Gráfico nº4: Agregados Familiares.....	125

Índice de Quadros

Quadro nº1: População Residente, por nível de Instrução.....	87
Quadro nº2: Estrangeiros com residência legalizada por nacionalidade.....	91
Quadro nº3: Proporção de pessoas em Situação de Pobreza em 12 países da União Europeia	93
Quadro nº4: Despesas Correntes da Segurança Social 1970/84	104
Quadro nº5: Despesas Sociais em % do PIB	105
Quadro nº6: Taxa de Desemprego por Grupos Etários no Vale de Campanhã	112
Quadro nº7: Idades dos Jovens entrevistados	122

INTRODUÇÃO

O momento da redacção de um trabalho obriga a uma sistematização e organização de um percurso, não contínuo, mas dialogante, interagindo entre os diversos níveis de desconstrução/reconstrução do objecto empírico- *inserção e cidadania de jovens em contexto de exclusão*-, sendo este o espaço onde traçamos as linhas orientadoras adoptadas no âmbito da delimitação e construção teórico-metodológica.

O embrião deste trabalho teve origem no que poderemos designar por “perplexidades” que se me foram colocando, enquanto Trabalhador Social, na área da Intervenção Social da Justiça, com jovens/menores infractores, perplexidades relacionadas com as dificuldades dos sistemas educação-emprego-justiça-segurança social-saúde se defrontam na integração destes jovens, oriundos de bairros sociais ou zonas degradadas da cidade do Porto, que aportavam consigo outros problemas inerentes a vivências familiares disfuncionais, a pertenças grupais e comunitárias marcadas por fenómenos de exclusão e marginalidade social.

Se este foi o embrião, a maturação, desenvolve-se com a recorrência a que assistimos nos média e nos debates políticos, do problema da inserção social destes jovens, quando os seus comportamentos assumem características desviantes e atingem o centro das nossas sociedades, e se relançam um conjunto de políticas sociais, como se varinhas de condão se tratassem.

Ora estes problemas de inserção, exclusão e comportamentos desviantes dos jovens, interligam-se com as relações sociais, as formas como elas se vão transformando no contexto de sociedades pós- industriais, onde processos de diferenciação social se relacionam com formas desqualificação sócio-cultural, e impedem o exercício pleno da cidadania, em contextos globais de “democracias de mercado”.

Sendo os jovens, analisados a partir das suas identidades, representações e comportamentos produtos do seu meio sócio-ambiental, a trajectória que nos propusemos desenvolver parte da análise a montante, das condições produtoras destes fenómenos, como vontade de aceder à compreensão dos processos de reacção dos jovens às mesmas, e em consequência à compreensão sobre os fenómenos em causa, incluindo a apreensão das lógicas internas, dos actores envolvidos- os jovens.

Procuramos responder às perplexidades partindo de um Campo de Mudanças (I), onde enquadrámos as hipóteses explicativas, num campo de mudanças, de onde emerge uma alteração simultaneamente social, cultural e científica, de paradigma de análise, um paradigma que assenta num olhar pós-moderno, pós-industrial, sobre a sociedade e os saberes.

Fizemos uma revisão das teorias sobre a exclusão social e a marginalidade (II), centrando-nos, numa abordagem mista, sociológica e antropológica, assente nas Teorias culturalistas (não esquecendo aqui uma dimensão bio-psíquica das aquisições culturais) e dos Movimentos Sociais, tendo em conta que os processos de exclusão são produto da organização social, mas também eles produzem cultura e como consequência, sociedade, e reproduzem no seu seio hábitos e modos de estar e pensar, que formam sub-culturas, no interior das culturas de exclusão, como as sub-culturas juvenis marginais. Reflectindo sobre a evolução das políticas e a sua incidência sobre o fenómeno da exclusão social.

A operacionalização empírica deste estudo acontece com o Estudo de Campo (III), onde definimos uma Metodologias de Estudo de Caso, escolhendo um “território de exclusão”, onde, através de um conjunto de estratégias metodológicas, se dá conta de todo o processo de pesquisa de terreno (sistematizando, organizando e classificando informação) e do vaivém do contexto teórico/empírico.

Por fim, apresentamos e discutimos os resultados encontrados, que expressam , a partir do contexto particular dos jovens do Vale de Campanhã, objecto deste estudo, uma profunda mudança, nas representações destes jovens sobre a sociedade, em particular sobre a incapacidade de os sistemas de resposta estatais se aproximarem das

necessidades objectivadas pelos jovens, face à mudança social, em particular, à mudança das características da exclusão social e dos laços recriados num contexto de desmodernização e desligação social.

I- O CAMPO DAS MUDANÇAS: A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL E A CULTURA PÓS MODERNA

1. O Campo das Mudanças Sociais

Na análise social, e tendo por base o pensamento de Lyotard (1989: p. 11), é necessário “contabilizar” as profundas transformações ocorridas na organização social e nas culturas a partir dos anos 50, sob o risco, de não se entenderem as realidades que se estendem sob a construção teórica e a própria validade da análise efectuada.

As transformações em causa, seguindo, também, o rumo apontado por Lyotard (Idem: p. 15), indicam que as sociedades se alteraram, quer quanto à sua dinâmica e composição, quer quanto às próprias funções, antes pensadas como estáveis(como p.e.: o conceito de classe social, de instituição, de poder e conflito), entrando na dita “sociedade pós-industrial”, ao mesmo tempo que as culturas na “era pós-moderna”.

Ambas, sociedade e culturas, assentam numa dinâmica que põe em causa as heranças da modernidade: no plano da sua fundamentação filosófica e ideológica; e da sua acção sobre a natureza e as sociedades (Científica/Tecnológica). Ou seja, põe em causa a credibilidade das metanarrativas em que o mundo moderno assentou¹, sejam elas de carácter progressista/revolucionário, ou de carácter experimental(Ibidem).

Este contra discurso, ou discurso da desconstrução, nasce não só no plano do pensamento especulativo, como na análise jornalística/política/ética da acção combinatória, sobre a humanidade, da tríade composta pela política/economia e

¹ Este assunto não é consensual, para alguns pensadores e investigadores a modernidade já declinou e estamos no cerne de um movimento que nos conduzirá a um novo paradigma ao nível do conhecimento e da própria organização político-social. Autores como Lyotard (1989), Edgar Morin (1991), Boaventura Sousa Santos (1988 e 1989), embora com pontos de vista diferentes em termos político-ideológicos, partilham esta visão. Outros, como Ernest Gellner (1994), não acreditam na existência da

tecnologia, que puseram em causa as narrativas emancipatórias(no plano político) do progresso “infinito” (no plano científico)do desenvolvimento (no plano económico).

São os próprios efeitos negativos combinados, produzidos por estas três forças motrizes da modernidade, alterando de raiz as culturas (massificação urbana), pondo em causa os equilíbrios ecológicos do planeta e a própria sobrevivência humana (efeitos do progresso científico e tecnológico), bem como o domínio dos mercados pelos grupos económicos mundiais em paralelo com o aparecimento de uma nova exclusão de características planetárias, que alicerçam novos discursos e os sedimentam naquilo que se define como a Pós-Modernidade.

Nesta linha de raciocínio, podemos afirmar que o pensamento social da Modernidade, pensamento dualista, por oposições (do terceiro excluído), não corresponde já à forma como as sociedades pós-industriais se organizam e os indivíduos e os grupos interaccionam nos seio das mesmas, bem como o papel das instituições, herdadas da modernidade, e ainda o enquadramento dos novos movimentos sociais.

Todas as grandes instituições herdadas da modernidade(século XIX e XX), como as organizações sindicais, profissionais, partidárias, classistas, empresariais, mergulham numa nova organização social cuja força os ultrapassa e os conduz numa nova corrente dita de globalização, como afirma Alain Touraine (1996: p. 9): “...quer nos agrade ou não, o nosso fim de século não é dirigido por actores sociais, políticos ou ideológicos como o fora o fim do século XIX; é dirigido pelo Banco Mundial e pelo FMI, ou seja, pelo enfraquecimento dos controlos políticos e sociais da economia e pelos reforços dos mercados mundiais e das vantagens relativas de cada país”.

Ao contrário dos grandes complexos industriais da modernidade, da vivências das cidades industriais modernas e dos movimentos sociais nascidos da reivindicação pelo reconhecimento da classe ou da profissão, as organizações actuais, pós-industriais, transformam-se e transformam o lugar dos indivíduos, a própria natureza das reivindicações, dos movimentos e os objectivos das mesmas.

A informação, a produção/circulação e controle desta, substitui cada vez mais a matéria prima e a força motriz humana, tornando a ligação do trabalho à produção indirecta (Touraine, 1982).

pós-modernidade como oposição à visão moderna do mundo e do conhecimento, apontando para o momento actual como novos caminhos ou rostos da modernidade.

O antigo operário é o empregado, tendendo ambos a desaparecer para dar lugar a uma outra categoria social; bem como quanto à natureza, agora flexível e flutuante do trabalho.

São as comunicações, as redes destas e lugar ocupado nas mesmas que definem o estatuto social, ou como refere Lyotard (1989: p. 44): “(...) a atomização do social em redes flexíveis de jogos de linguagem”.

Os laços sociais e o vínculo social entre os intervenientes do processo social enfraquecem-se. As reivindicações profissionais confundem-se com o mercado e passam a orientar-se para o consumo, para ascensão individual, para a carreira (Touraine, 1982: p. 125).

As concepções de trabalho alteraram-se, alterando-se, também, o carácter definitivo do mesmo, para uma constante mudança: do emprego, dos instrumentos, das qualificações, das técnicas. O trabalhador integra-se no sistema de mercado, faz parte daquilo que antes eram as componentes da dialéctica social. Deslocando-se o campo das reivindicações para os novos excluídos.

A coesão fundada nos valores partilhados, nas noções identificativas de classe, partidos, estatutos, ideológicos, das “metanarrativas”, parte-se, reflectindo-se numa fragmentação social.

Os trabalhadores, operários situados em bairros das grandes cidades industriais, cujas habitações foram criadas para si, formando um padrão de cultura, socialmente homogéneo, do início do século XX, dão lugar aos excluídos, vivendo em bairros sociais periféricos das grandes metrópoles ocidentais, marcados pela diferenciação racial, cultural, educacional, profissional, formando grupos heterogéneos, cujos laços sociais são ténues, neste início do século XXI. Declinando o que se denominou como “consciência operária”, como oposição à acumulação do capital.

A ideologia das conquistas sociais, através dos movimentos, também sociais, transfere-se para os processos de relacionamento social em função da ideologia consumista, dos valores individualistas. O trabalho perde a sua função referencial, do lugar de identificação, de criação de solidariedades, de vínculos sociais, de identificação ideológica, para se transformar no lugar do status, a partir do qual temos acesso ao consumo, à informação, à tecnologia, ao lazer e ao prazer. É a assunção de uma cultura pós-moderna.

Que toma forma também, p. e., na gradual perda de influência das formas tradicionais de socialização, pela moral, norma, valor, ideia, regra (ideologias, religiões,

outras fontes tradicionais), Lipovetsky vai mais longe, afirmando que “ (...) os indivíduos procuram acima de tudo assemelhar-se aos contemporâneos e já não aos antepassados”. Uma sociedade em permanente mudança, em permanente reconstrução, vivendo sob a luz de miríades de indivíduos, onde “(...) a força de uma ideologia dura apenas o tempo do êxito de uma novela ou clipe musical” (1989: p. 367). Uma cultura, simultaneamente, de massas, e individual, porque liberta o indivíduo do peso do passado e o molda ao peso da moda, do efêmero, da imagem, modelada, não por si, mas para si. Citando, ainda, Lipovetsky (Idem: pp. 210 e 211): “ ...A socialização pela imagem e pela escolha e não pela disciplina... A dissolução dos grandes referentes proféticos, fim das formas tradicionais de socialização, circulação permanente das coisas e do sentido, o terminal da moda faz regredir as resistências sociais à mudança, propulsiona uma humanidade mais deliberadamente histórica e mais exigente em matéria de exigências democrática”.

2. O Campo das Mudanças nos Saberes

2.1 -Crise Do Modelo Mecanicista

O campo das mudanças sociais foi acompanhado pelo campo das mudanças nos saberes, ou vice-versa. Parece ser difícil perceber, neste campo como no anterior, quando nasce a pós-modernidade como novo contexto epistemológico da formação e acção do saber.

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, seja no campo político, seja no campo social é a “ordenação eleita” do mecanicismo que domina todos os campos do saber. Estabilidade do universo, segundo o mecanicismo newtoniano, apropriação ilimitada da natureza pelo labor metódico e técnico do homem, orientado por uma ciência positiva que desdenhava da fraqueza experimental e quantificada dos outros saberes.

Ao generalista, ao enciclopedismo - que aliás abriu as portas da modernidade pelas características libertadoras, no plano do conhecimento, do iluminismo - tem de suceder o especialista, pela necessidade de dividir o real em quantas partes possíveis de modo a dissecá-lo, estudá-lo, entranhar-se no como faz acontecer, na mecânica da coisa esquecendo o porquê, o ser da coisa.

No entanto, dentro deste quadro aparentemente estável do domínio do conhecimento científico, ou de um determinado tipo de ciência, subsistem: - por um lado campos de alguma marginalidade, apesar do esforço de aproximação, como a maioria das Ciências Sociais o tentaram fazer ao longo de uma parte do século XX, e cujo estatuto científico, por isso mesmo, foi sempre discutido, pelas outras Ciências ditas Exactas; - por outro lado os trabalhos de Einstein e a descoberta da mecânica quântica, largam o paradigma que suportava a física moderna aos limites do insuportável, pondo em causa o modelo enquanto explicativo do micro e do macro (do átomo às estrelas).

É o próprio modelo histórico-mecanicista que começa por não dar resposta às disciplinas que o fizeram nascer: - a não linearidade dos sistemas; a possibilidade de coexistência de níveis diversos de realidade; da matéria e da anti-matéria; a relatividade dos conceitos, antes estáveis, do tempo e do espaço; a impossibilidade de neutralidade do conhecimento científico; os desequilíbrios ecológicos devido à acção tecnológica humana; a crise dos modelos científico/racionais de organização das sociedades.

Como refere Boaventura de Sousa Santos (1988: p. 28):

Em vez da eternidade a história; em vez do determinismo a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente.

No entanto, esta aparente contradição interna não ganha corpo teórico, a não ser no campo da percepção, quase intuitiva, que uma mudança no saber ocorria nos próprios subterrâneos do conhecimento moderno. Tourraine (op. cit., 1982), Lyotard (op. cit., 1989), abrem as portas nos anos 70 do pensamento organizado, aquilo que já era objecto de debate académico, a ideia de um pós-tempo das utopias organizadas sobre critérios de racionalidade, positividade, materialidade, mecanicidade, de um tempo pós-euforia do conhecimento científico como um deus “ex-machina”.

É a percepção do falhanço das utopias da modernidade, que pretendendo ordenar a natureza e o homem aos eu ritmo falham e desabam, fragmentando-se nos pedaços de saber em que se tinham especializado. Wittgenstein, Derrida, Foucault (cits. in. Xiberras, 1993), entre outros são protagonistas de uma crítica à modernidade que abrirá a porta ao pós-modernismo.

O contexto de um saber pós-moderno aparece assim, como, por um lado, a tomada de consciência desta fractura do saber (da modernidade) e a própria tentativa de reunir os seus bocados, para uma outra recomposição.

2.2-Um Paradigma Pós - Moderno

Face às limitações do paradigma moderno em explicar as consequências da própria evolução e da complexidade/globalidade em que assenta a nova organização mundial, o novo saber científico procura organizar-se através da abertura e da busca a outros campos disciplinares, quebrando barreiras entre as Ciências Naturais e Sociais, e entre o campo das Ciências e das Humanidades e mesmo ainda com as metafísicas espirituais.

Ao invés de excluir paradigmas, o novo paradigma abre-se à inclusão do aparente irracional: “(...) dobram os sinos por uma teoria fechada, fragmentária e simplificante do homem. Começa a era da teoria aberta, multidimensional e complexa” (Morin, 1991: p. 11).

Com supra referi o paradigma pós-moderno no campo do saber assenta no anular de distinções, nomeadamente e a mais importante, entre Ciências Sociais e Ciências Naturais. E porquê?

Porque esta disjunção era inerente ao conceito mecanicista de matéria inerte, que escondia o subjectivo inerente à actividade humana, ao cultural, ao social.

No entanto, e por paradoxal, foram os progressos da física que puseram em causa essa distinção.

Como refere Boaventura Sousa Santos (1988: p. 37), “(...) as características de auto-organização, do metabolismo, e da auto-reprodução, antes consideradas específicas dos seres vivos, são hoje atribuídas aos sistemas pré-celulares das moléculas”(...)”e quer num quer noutros reconhecem-se propriedades e comportamentos específicos dos seres humanos e das relações sociais”.

Várias teorias no campo das Ciências Naturais, da Física à Astro-Física fazem apelo, se organizam conjugando conceitos das Ciências Sociais e Humanas, em

simultâneo com conceitos filosóficos e religiosos, como é o caso do Tao da Física de Fritjof Capra².

Há uma nova vocação holística que perante os fenómenos, tenta compreendê-los, não a partir de um ponto de vista disciplinar, mas de um ponto central de cruzamento disciplinar, até transdisciplinar.

Surgem e avolumam-se novos campos disciplinares que quebram barreiras, fronteiras, como híbridos que fundam novos alicerces de um novo paradigma: Antropo-história; Sócio-história; Bioética; Bio-sociologia; psico-sociologia, entre outros.

Já não é só uma simples tendência, como a que aconteceu a partir dos anos 50/60 de estudos pluridisciplinares, “(...) estudo de um objecto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo” (Nicolescu, 2000: p. 34). Mas, também, o conhecimento pós-moderno visa ir mais além que a evolução interdisciplinar, ou seja, que a partilha de métodos, conceitos, teorias, formação dos híbridos disciplinares já referidos.

Ao conhecimento pós-moderno corresponde uma visão transdisciplinar. Isto é, “(...) como o prefixo “trans” indica, o que diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina” (Idem: p. 35). Compreender essa unidade imanente dos fenómenos, essa totalidade “trans” qualquer fronteira.

Sem anular a perspectiva disciplinar, a transdisciplinaridade faz apelo ao «entre» a micro realidade e os outros níveis de realidade, para a compreensão de uma totalidade fenomenológica na qual se constrói o objecto de estudo. Que não se constrói por camadas comunicantes, apenas sobrepostas, mas por sínteses, que geram novos sistemas complexos, em interacção com os diversos níveis de realidade dessa totalidade, que deve ser entendida enquanto tal, e não como no paradigma anterior: “No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal de que fala Wigner ou a totalidade indivisa de que fala Bohm” (Santos, 1988: p. 47).³

² Fritjof Capra (1989), “O Tao da Física- uma exploração dos paralelos entre a física moderna e o misticismo oriental”, Editorial Presença, Lisboa.

³ A temática da totalidade, ou a totalização do conhecimento para compreender um mundo cada vez mais global, pode ser, também, percebida em Edgar Morin (ob. Cit. 1991): “A ideia de fenómenos humanos totais, proposta por Marcel Mauss, passa agora a assumir todo o sentido, não só no plano bioantropológico global, mas também no interior da zona psicossociocultural. Quer dizer que é preciso abrir e reorganizar aquilo a que se chama a antropologia social, a antropologia cultural, a psicologia, a história, as ciências sociais (...) Em primeiro lugar, o homem não pode ser reduzido à sua feição técnica de Homo Faber, nem à sua feição racionalista de Homo Sapiens. É preciso considerar, na feição do homem, o mito, a festa, a dança, o canto, o êxtase, o amor, a morte, o despropósito, a guerra...”.

2.3. As Ciências Sociais no Cerne do Paradigma Pós-Moderno

No campo paradigmático as Ciências Sociais coexistiram sempre com um dilema epistemológico, ou aderirem ao movimento empírico mecanicista das Ciências Naturais ou descobrirem um carácter específico aos seus desígnios científicos, que as validasse enquanto ciência.

Este duplo dilema de validade, conduziu ao afastamento, ou melhor, à justificação da dicotomia entre os dois espaços científicos, Ciências Naturais/Ciências Sociais.

No entanto e do lado dos que pretenderam aproximar pela via de uma adesão ao modelo empirico-racionalista, através da enunciação de uma física social (Santos, 1988:19), existiu uma aceitação tácita do mecanicismo como único modelo viável de validação para os dois campos científicos, tentando «forçar a subjectividade do real».

Dois exemplos desta adesão são Comte e Mill (AAVV, 1999: p. 28)⁴.

Mas esta adesão foi sempre contrariada, pela «consciência» que as (...) ciências sociais têm por objecto real um objecto que fala, que usa a mesma linguagem de base da qual se socorre a Ciência e que tem uma opinião e julga conhecer o que a Ciência se propõe conhecer. (Santos, 1989:p. 33).

Desde logo, aqui encontramos o problema do senso comum, da subjectividade dos a priori, do cientista ser observador e objecto em simultâneo, isto é da subjectividade da construção do processo científico na área social.

A cultura, as modificações do comportamento face ao conhecimento adquirido, alterando os dados previamente enunciados, a história, a psicologia humana, as flutuações dos movimentos sociais, apresentaram-se, também, como entraves decisivos à definição de uma Ciência Social Positiva.

Podemos encontrar ideias semelhantes em outro autor importante, embora com orientação científica diferente, Teilhard Chardin (Padre e Investigador no campo das Ciências da Natureza): “Nada senão o Fenómeno. Mas também todo o Fenómeno”, e ainda, “Não compreendo como alguém possa intitular-se «fenomenologista» e escrever livros inteiros sem ao menos mencionar, sem referir, a Cosmogénese e a Evolução”(Coffy, 1967).

Esta “Fenomenologia Total” de Chardin, representa o não restringir-se apenas ao biológico, ao químico, à física, mas, também, ao psíquico, ao espiritual, à humanidade enquanto consciência global.

⁴ Para Augusto Comte, p.e., a Física Social iria permitir a reconciliação da ordem e do progresso ao entregar a solução dos problemas sociais a um número reduzido de inteligências de elites dotadas do nível de instrução adequado(Ob. Cit, Vários, 1996).

Desta consciência específica do estatuto das Ciências Sociais que a colocava permanentemente entre as Humanidades e as Ciências da Natureza, desenvolveu-se um outro caminho, o da procura da reivindicação de um estatuto metodológico próprio, que tenha em conta esse grau de imprevisibilidade do comportamento humano, bem como o valor dos significantes e significados que a humanidade atribui aos comportamentos e que altera a previsibilidade das acções humanas.

Daí, em vez de um conhecimento objectivo, explicativo e nomotético, um outro conhecimento intersubjectivo, descritivo e compreensivo (Santos, 1988), e portanto a elaboração de métodos qualitativos.

Esta alteração dos processos e métodos do conhecimento cruza-se, também, com a necessidade das Ciências Naturais alterarem o seu quadro paradigmático, e aproximarem-se das Ciências Sociais em busca da resposta à complexidade da nova física, e dos avanços no campo biológico genético e do cruzamento com as tecnologias, como também face ao quadro de complexificação das sociedades marcadas por processos simultâneos de globalização e desagregação, exigindo um acréscimo de qualidade que permita uma outra interpenetração entre objectos teóricos e uma dinâmica de relação flexível entre a teoria e a metodologia, ultrapassando o campo clássico de secundarização da última, na organização do conhecimento.

Se a teoria continua a exercer um papel de comando sobre o processo de investigação, no entanto, à luz deste novo paradigma pós-moderno este já não pode ser “um quadro de ordenamento e classificação de factos pré-construídos” (...) “antes um modo específico de conceptualizar a realidade que transforma esta em objecto teórico, com base nos quais é possível formular hipóteses e proceder à sua validação” (Santos, 1989: p. 81).

Ou seja a teoria e o método não só se compõem de diversos matizes conceptuais e saberes, como se constroem ambos no decorrer do processo de investigação, não na busca de uma cópia integral do real, que nos foge no momento da captação, mas de um conhecimento aproximado, provisório.

Deste modo, ganham peso outros procedimentos metodológicos, como os métodos qualitativos, e até, a combinação das metodologias qualitativas e quantitativas, articulando, em simultâneo técnicas diferenciais.

Não interpretado num processo anárquico, mas na qualificação da própria investigação que articula, dialoga, interpenetra-se, correspondendo no plano da

organização metodológica e técnica, à totalização fenomenológica e transdisciplinar da dinâmica paradigmática.

A indutividade, a especulação, os actos e as palavras, os ritos e as imagens, os sentidos e os significados, as éticas e os valores, os costumes, o ecológico e o holístico, o quotidiano e o senso comum, constituem-se como conteúdo importantes na nova construção metodológica da investigação.

Este pendor de mudança teórico-metodológico, e portanto, paradigmático, das Ciências Sociais, acompanhando as mudanças no outro campo, surgiu a partir do estudos culturais (décadas 60/70), uma área cuja “natureza”, é transdisciplinar, onde se cruzam a Antropologia, a Etnografia, a História e as próprias artes e humanidades.

Estes Estudos não só se organizam em torno das novas metodologias qualitativas, como de uma nova visão teórica, libertando-se das amarras das metanarrativas (referidas nos sub capítulos anteriores), por uma abordagem composta pelos “excluídos”, do paradigma da Modernidade: “... a importância dos estudos sobre a diferença racial e toda a sorte de estudos eurocêntricos sobre sistemas sociais históricos; segundo a importância da análise histórica de incidência local, por muitos associada a nova «viragem hermenêutica»” (...) “terceiro a avaliação dos valores decorrentes das conquistas tecnológicas em relação como outros valores” (AAVV, 1996:94).

Os Estudos Culturais surgem como uma alavanca de mudança estrutural nas Ciências Sociais, para uma orientação pós-moderna, desconstruindo o mito do progresso das sociedades industriais, por relação com as sociedades que a antecederam, incluindo saberes de culturas às quais a Ciência reconhecida pelo mundo académico tinha fechado as portas; permitindo a emergência de um discurso valorativo, ético/crítico, em relação às próprias conquistas das descobertas científicas, aliadas ao progresso tecnológico.

Esta “batalha” da pós-modernidade, por uma nova visão global e inter e transdisciplinar, veio ganhando adeptos desde os anos 50, permitindo que inúmeros colóquios e congressos realizados por todo o mundo buscassem os seus participantes não por razões disciplinares, ma em função do objecto de estudo, o mesmo acontecendo no campo da investigação e das revistas científicas.

3. O CAMPO DAS MUDANÇAS COMO ALAVANCA DA NOSSA PESQUISA

Serviram os capítulos anteriores para identificar, ainda que não exaustivamente, um quadro de mudanças que abrange a sociedade e as abordagens ao nível das pesquisas dos fenómenos sociais.

Nesta trama surge delineada num movimento de mudança que introduz novos conceitos como a complexidade, a globalização ou a desagregação dos vínculos sociais, ou seja um contexto mais latamente definido como pós-modernidade.

Esta noção de pós, de acordo com Xiberras (1996: p. 182), “(...) pretende menos marcar o fim de uma época do que a entrada numa nova era”. Neste o quadro o estudo de fenómenos como a **inserção de jovens em contextos de exclusão**, tema central da investigação, não poderia ter por base a quadricomia disciplinar da modernidade, e o prefixo “pós” ou a “pós”, surge com o uma alavanca de descoberta de um processo, onde queremos dar visibilidade às novas relações ente identidade, exclusão, inserção e movimento social, que as mudanças ocorridas nos últimos decénios introduziram, sem a pretensão de reconstituir um novo modelo, mas tão só de interpretar aquelas que interpelamos na pesquisa.

Porque pensamos a sociedade como um movimento, ou em movimento, cuja condutividade escapa a quem pretender inserir-lhe barreiras, sejam elas barreiras ideológicas, políticas, científicas, como aconteceu na modernidade, ou mais pós-modernas, tecno-informática-económicas.

II.O CAMPO DE ESTUDO:

Das margens aos Movimentos - Estudo sobre os Processos Inserção de Jovens em Contexto de Exclusão

O Campo de Estudo, nasceu de uma dupla pergunta de partida, ou hipóteses de estudo. A vulgarização da palavra crise de valores, ou de civilização, sempre que aparecem nos média, na propaganda política, ou até em estudos de carácter estatístico, surgem conotados com os problemas do acréscimo da agressividade na família, na escola, e na sociedade, a que aliam, mais insegurança e criminalidade, tendo como cerne destes processos os jovens, normalmente residentes na periferia das grandes cidades portuguesas como Lisboa ou Porto.

A minha questão, e tendo, também, na base, experiências de trabalho social de terreno, no plano explicativo e compreensivo destes fenómenos, situou-se entre dois patamares, ou hipóteses de trabalho: se estes fenómenos (que parecem realmente adquirir alguma expressão, mas cujo valor simbólico junto da população em geral as ultrapassa), reflectem apenas categorias teóricas, já definidas, por exemplo em Durkheim (Xiberras,1996: p. 55), de desagregação social, expressas na “anomia” social e referenciadas a outro período de transformação sócio económica, entre o final do século XIX e o início do século XX, cuja centralidade na resolução dos mesmos se orientava para uma acção social que não punha em causa as estruturas da modernidade, mas as “peças”, (indivíduos, grupos, territórios e ou comunidades), que não se adaptavam á engrenagem da funcionalidade da acumulação capitalista, a ser resolvida pela regulação, ou à máquina comunista a ser resolvida pela anulação do indivíduo; ou por outro lado, e aqui entroncamos com o supra descrito no anterior capítulo, estaremos perante uma mudança social mais global, cujos contornos põem em causa a sociedade herdada da modernidade, nomeadamente as suas instituições representativas, como o *Estado e a Nação, a Política e a Ideologia, a Educação e a Família, o Trabalho e a Participação*, e que são apreendidos de modo fluído e difuso pelos diversos actores sociais, nomeadamente, esses grupos de jovens vivendo nos interstícios desta sociedade, que manifestam perante os “objectos” mais próximos, escola, família, meio social urbano, através do vandalismo, agressividade, conflito e crime, uma resposta juvenil

como objecto, talvez, não consciente de um movimento de rejeição ás propostas sociais dominantes, cujo amplexo terá de ser considerada mais global, e poderá contextualizar ao mesmo tempo vontade (in)consciente de movimento para uma outra organização social?

Esta interrogação é o meu ponto de partida para o meu objecto de estudo que não se pretende mais que um estudo num campo concreto, em termos de amostra e território, sem pretensões a validar uma teoria geral social, mas tão só delinear percursos de jovens entendê-los dentro deste contexto de mudança.

Por isso começamos pelas margens, ou melhor pelos processos de exclusão que conduzem para os territórios de margem.

4- O Fenómeno da Exclusão Social: As Margens

4.1– A Exclusão Social Como Processo Histórico

O termo exclusão social, tão em voga, hoje nas disciplinas sociais, e até mesmo nos discursos políticos e do senso comum, é recente, se olharmos as sociedades num plano trans-histórico, e ao contrário do que por vezes se confunde, não veio substituir a terminologia “pobreza” e “pobre”, por uma mais “blagué” ou chique, exclusão social. Pelo contrário e como veremos mais adiante, ele junta dentro de si dois conceitos, que acompanharam e divergiram, na análise dos processos de exclusão que todos as sociedades possuíram: a pobreza e a marginalidade.

E se por vezes pobre e marginal se confundiam, noutras não. Como é o caso de uma boa parte da doutrina da acção social Cristã, que distinguia, o “bom pobre”, aquele que trabalhava, mas cujo trabalho não permitia ascender socialmente, e o “mau pobre”, em categorias como o vadio, ou o inadaptado socialmente, por exemplo.

Falar de Exclusão Social, hoje, é falar de um processo, e não de uma entidade gnoseológica única, nas palavras de Bruto da Costa (1998: p. 9), “(...) a fase extrema de um processo marginalização, entendido este como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade”.

Mas e reportando-nos à historicidade deste processo, poderemos referir, que as sociedades produziram sempre os seus excluídos, nas palavras de Teixeira Fernandes (1991: p. 9), “modalidades diversas de diferenciação social”. Como, por exemplo o exílio e ostracismo Ateniese, o desterro em Roma, o gueto, a escravidão que permaneceu ao longo dos séculos como forma de oprimir mas também de excluir “os diferentes” da vida de cidadania de um Estado, como até a “doce” escravidão do Grego mestre do senhor Romano.

A exclusão era até aos séculos XIX, uma forma de protecção das sociedades contra aqueles que em razão de uma diferença ou diversas diferenças eram percebidos como uma ameaça à Ordem social; nas palavras de Luís Fernandes et al. (2000: 63) a exclusão era modus como as sociedades, “(...) nos diferentes momentos históricos”, percebe um conjunto de figuras “(...) como ameaças à ordem social, como geradoras de inquietação”.

Por vezes, muitas vezes até, a diferenciação que nos fala Teixeira Fernandes era quase aceite como normalidade social, ou não sentida como injusta, quando uma enorme maioria da população vive imersa em condições de vulnerabilidade e pobreza, como o século XVIII Francês, apesar do progresso das nações; ou a questão das Castas na Índia, de tradição secular.

Sem que no entanto se possa falar da questão social, como veio a aparecer no século XIX, fruto das transformações sociais e evolução de uma filosofia social, de utopias que reconhecem e pretendem transformar a desigualdade, também será verdade afirmar, que, umas vezes de forma larvar, outras manifestadas em concretas explosões sociais, a condição de pobre e marginal, foi objecto de contestação e de organização em movimentos que a pretenderam mudar essas condições.

Revolutas como as dos Ciompi, e outras na Idade Média, que incluíam reivindicações salariais, de condições de trabalho e de participação política, surgiram um pouco por toda essa época, entre os camponeses e os artesãos. Como posteriormente na Alemanha entre os séculos XV e XVI, associadas a épocas de penúria generalizada⁵.

⁵ Convém lembrar que na interpretação da nossa historiografia, no plano das dinâmicas sociais, a interpretação que alguns investigadores atribuem à revolução de 1383/85, como uma mudança social de

Aliás estes fenómenos de crise, vão potenciar a organização conjunta entre as municipalidades europeias e a Instituições de Cristãs, de apoio algo organizado aos pobres, face à proliferação, dos mendigos, como em França, na municipalidade de Lyon, em 1534, que organização a distribuição geral de pão e vestuário (Vieira, 1989), que abrangia, mosteiros e paróquias. Este tipo de organizações espalhou-se pela Europa, tendo-se iniciado a separação daquilo que atrás dissemos sobre um conjunto de indigentes, como os mendigos, os alienados, os leprosos, uns proibidos de entrar nas cidades, outros “exilados”, para as leprosarias, e hospitais, e outros como a pobreza determinada por factores de crise que não permitia a certos trabalhadores providenciar ao sustento da sua família, embora, ambos partilhassem uma situação de diminuição de direitos, estes eram objecto de apoio social, pelas instituições Católicas e ou Protestantes, que os protegiam, em troca da catequização.

É ainda neste contexto de mudança social que se iniciam as primeiras intervenções Estatais, como as “Poor Laws” Inglesas, em 1601, marcadas também elas por este princípio divisor, entre pobreza e marginalidade, (nomeadamente evitar a mendicidade profissional organizada) seguidas noutros países, como a Dinamarca e a Suécia, respectivamente em 1683 e 1686.

No, entanto, aquilo a que hoje distingue marca os processos de exclusão social, pela sua visibilidade e territorialidade, inseridos nas grandes massas urbanas, só vai aparecer com a Revolução Industrial do século XIX, que traz para as cidades grandes conjuntos populacionais, fundamentalmente oriundos do campesinato excedentário pela introdução das máquinas na agricultura; antes essas cidades, no geral, eram pequenos pólos encaixados entre uma organização social rural, onde o pobre e o marginal eram facilmente identificáveis por características diferenciais próprias em contextos territoriais estreitos.

Em locais históricos ou periféricos das cidades vai-se concentrar uma população heterógenea, entre operários, marginais por razões políticas, pela mendicidade, pelo crime, pela sexualidade (prostituição feminina e masculina), por desempregados, por artistas, por gente perdida numa grande cidade longe das suas tradições campesinas e tradicionais, é este caldo histórico, que pela primeira vez junta todo um conjunto de

forças, correlacionadas com estes movimentos na Idade Média de mudança social, onde a burguesia mercantil e as classes laboriosas(o chamado Terceiro Estado)aparecem aliadas, num processo de enfraquecimento das classes dominantes como o Clero Superior e a Nobreza.

excluídos que se coloca a “Questão Social”, ou seja o problema teórico, ideológico e político da desigualdade permanente das sociedades.

De um lado, uma moral com origem burguesa, vitoriana, assente no progresso mercantil, e do desenvolvimento das ciências positivas, do outro lado o desenvolvimento de um proletariado urbano, marcado por condições de vivência, mais das vezes infra-humanas, e percebido como uma ameaça á ordem social.

As tentativas de construção de uma sociedade ideal e de progresso, oriundas luzes, e proclamada na Revolução Francesa, como herança de uma Filosofia Social do século XIX, de eliminação de irracionalidades, e baseada na organização científica da sociedade, foram postas em causa pela questão social. Como afirma Helena Mouro (1987: p. 19), “Auguste Comte não pôde prever a diferença entre o organismo biológico e o organismo social”.

Deste modo está o terreno aberto para a teorização deste novo fenómeno de massas urbano, que embora sempre estivesse latente ao longo da historicidade, só toma forma e visibilidade a partir do século XIX, a consciência de que a pauperização não derivava a penas do lugar ocupado na sociedade mas também da de acesso à cultura, a educação, a condições de habitabilidade condignas, ou seja consciência da ausência de participação e de direitos cívicos e sociais, consciência de se vivenciar como um “excluído social”.

4.2- As Teorias da Exclusão

4.2.1- As Definições Económicas Clássicas

Como foi supra referido, a “questão social”, na expressão de um aparecimento de proletariado urbano, residindo em certas zonas das cidades industriais, aonde conviviam com figuras que a história foi determinando como marginais, foi determinante (pela grandeza do fenómeno, em especial na Inglaterra da primeira metade do século XIX, embora seguida posteriormente por outros países como a França, a Alemanha, os Estados Unidos, no processo de industrialização) para o desencadear nas consciências colectivas de movimentos sociais e políticos tendentes a alterar estas situações de pauperização de um conjunto de populações.

Neste contexto, os primeiros teorizadores, encontram-se muito vinculados ao que poderíamos chamar valores ideais do progresso humano, herdados do iluminismo,

como ideal de perfectibilidade humana, conduzida, essa perfectibilidade, por numa nova crença, a crença na Ciência, no raciocínio científico, nas perspectivas metódicas, na experiência das leis tidas como universais, libertas da ignorância religiosa/metafísica, ou da pura especulação filosófico/poética. Descartes, Bacon, Kant, definem o caminho, Newton com a teoria “Mecanicista”, de um universo estático, desbrava a aposta, fixando a ideia de intervir na natureza para a transformar e adaptar às necessidades de progresso humano, sem custos ou relações de causa e efeito sobre o homem nesse derivar tecnológico.

Do mesmo modo, as questões como a pobreza, a miséria social, a mendicância, serão expressões da “natureza humana”, passíveis de serem alteradas se aplicadas as leis científicas que conduziam à perfectibilidade humana.

Para os primeiros autores que se debruçam sobre as “causas da miséria”, e que passaremos a enquadrá-los no campo das teorias “**Liberais Clássicas**” (Fernandes, 1991: 11), as “causas da miséria”, relacionam –se directamente com causas naturais. Isto é a desigualdade crescente derivava do crescimento populacional (ligado aos progressos científicos na área da medicina e ao apoio social). Ou seja o aumento da população em termos geométricos, não é proporcional ao aumento dos meios de subsistência, que seria aritmético, e faria aumentar o número de indigentes, concentrando-se a riqueza proporcionalmente num número mais restrito. David Hume, Adam Smith, Charles Montesquieu, entre outros (ibidem: p. 11) são os fundadores desta tipologia de teorias, que possui em Robert Malthus, através de um seu ensaio, que ficou conhecido como a “Lei da População”, enquadra o aumento da pobreza como proporcionalmente derivada do aumento da população, criticando as leis que tendiam a tentar minorar as condições deficitárias de vida dessas populações, como as “Poor Laws”, uma vez que, e na sua perspectiva, as “Poor Laws”, “fazendo aumentar a população sem assegurar o crescimento dos meios de subsistência, « criam os pobres que assistem», colocando-os «na infelicidade e na dependência»(...)porque enfraquecem, «ao mesmo tempo, o gosto e a faculdade de se elevarem acima das pessoas comuns»” (cit. in Fernandes, 1991: p. 11); ou seja diminuem valores como o trabalho e a honra, condição de crescimento das nações.

A solução para o problema, no âmbito do denominado **Liberalismo Clássico**, seria a diminuição dos trabalhadores, aumentando os salários, diminuindo a população.

Entre Condorcet e Comte (Löwith, 1990) cria-se, para além das formas referidas do liberalismo clássico, a ideia, ainda herdada do iluminismo de perfectibilidade humana, de aliança entre a Ciência Moderna e progresso social, particularmente em Comte, que desenvolve a chamada filosofia social positiva, que consistia, no seu entender,

na nossa era, nenhuma ordem pode ser estabelecida, e ainda menos perdurar, se não for totalmente compatível com o progresso; nenhum progresso significativo pode ser conseguido se não tender para a consolidação da ordem...Por conseguinte a principal característica da filosofia social positiva terá de ser a união destas duas condições que serão dois aspectos, constantes e inseparáveis, do mesmo princípio (cit. in Löwith, 1990: pp. 79 - 80).

Em Comte a questão social, ligada aos períodos revolucionários do século XIX, que o próprio vivenciou, dependia da evolução do conhecimento científico, do seu aprofundamento nos seus mais diversos ramos, um progresso em si “ilimitado”, uma crença que esse progresso eliminaria a desordem, a pobreza, mesmo a morte, instituindo uma nova hierarquia, baseada não na tradição, ou na economia, mas no conhecimento, partindo daqueles que iriam desbravar um novo mundo científico e criar uma sociedade ordenada e em progresso.

No entanto, nem Comte, nem ainda, posteriormente Proudhon, conseguem definir, ou contrabalançar face à teoria liberal clássica, uma corrente determinante, apesar de Proudhon, atribuir os males da população às instituições sociais de monopólio⁶.

No entanto, o contraponto ao carácter natural das desigualdades, exposto nas teorias economicistas do Liberalismo Clássico, vai-se impor uma outra ordem teórica, que contrapõe acção natural a acção histórica, “ (...) expressa na tendência de uma classe a explorar e a dominar a outra, reduzindo aquela desigualdade a um mero fenómeno recorrente da estrutura social” (Fernandes, 1991: p. 13). O pensamento Marxista, expresso na obra “O Capital”, torna-se o quadro de referência de oposição aos economistas clássicos, como Adam Smith e Malthus, fundando a forma “Socialista” de pensar as sociedades.

⁶ Em certo sentido, Proudhon, antecipou o princípio da historicidade de Marx, ao opor o progresso à providência e portanto depositar os destinos humanos no próprio homem, na sua capacidade regenerativa, afirmando o ateísmo versus teísmo, de certa forma culpabilizando a ideia de subjugação do homem ao destino providencial do cristianismo, como imobilizador das forças de mudança e de transformação da sociedade, olhada por ele não como um ente abstrato dominado por forças ocultas, mas como produto da acção económica e social da humanidade, e só a libertação desta dos jugos deístas poderia conduzir a humanidade à igualdade.

È entre estes dois pólos teóricos, elaborados no século XIX, que o século XX vai oscilar, pelo menos até aos anos sessenta deste século, mesmo após o desenvolvimento de uma disciplina particular que pensa os objectos sociais enquanto tais.

Marx dá uma interpretação “materialista à história” e inverte os argumentos da economia clássica, de um modo total, criando uma perspectiva nova da história, concebida na forma humana da “luta de classes”, cuja agudização atingia-se em pleno século XIX, com a revolução industrial, e o “transporte” de um conjunto de populações do campo para a cidade, num crescendo de massa operária, mal nutrida e de baixos salários, que permite a ascensão do sistema “capitalista-burguês”.

Karl Marx, denuncia a “falsificação” enunciada nas Teorias Liberais Clássicas, em especial o cerne das mesmas, a “Lei Natural da População” de Malthus. Para Marx é o próprio sistema capitalista que cria essa ilusão, pois, ao invés do proposto por Malthus, é a população que serve os interesses do sistema. No âmbito do pensamento marxista, ao produzir a acumulação do capital, a classe proletária dá origem aos instrumentos da sua «metamorfose em superpopulação relativa». O desenvolvimento da riqueza produz um «superpopulação operária» que se constitui como «exército de reserva industrial» e se transforma em condição de existência do próprio sistema capitalista. Não existe, por isso, uma superpopulação absoluta, mas uma superpopulação relativa, específica de cada sistema económico. Para Karl Marx, “ (...) de facto cada modo histórico de produção social tem também a sua lei de população própria, lei que não se aplica a não a ser a ele, que passa com ele e que não tem, por conseguinte, a não ser um valor histórico” (Cit. in Fernandes 1991: p. 15).

Karl Marx atira, desta forma, a “Lei Natural da População” para uma categoria histórica, fruto de uma época, e da sua interpretação relativa, época sim dominada pela acumulação do capital, que cria uma superpopulação ociosa (operariado de reserva), e uma outra em exploração (operariado activo), permitindo jogar, conforme os interesses económicos do mercado, com os mecanismos de pauperização:

«A acumulação do capital produz uma subida dos salários, esta subida um aumento dos operários, este aumento uma baixa dos salários e esta, finalmente, uma diminuição dos operários» (Cit. in Fernandes 1991: p. 16).

Constituindo, esta diminuição uma base heterogénea de “deserdados” do sistema capitalista que compreendia, desde operários com capacidade para o trabalho, mas não utilizados, os pobres assistidos, os miseráveis, até às classes ditas perigosas, como os criminosos, vagabundos, mendigos, prostitutas.

No entanto, a situação do operariado, em geral, no século XIX, na Inglaterra, é de indigência, verificando-se do outro lado a acumulação da riqueza, aparentemente justificando as ideias expostas por Marx e Engels, a própria realidade social.

Em resumo, de um lado uma perspectiva que transporta a pobreza e a exclusão para uma situação inerente a “a Leis Naturais”. Do outro lado, uma visão sócio-histórica da exclusão, fruto de mecanismos de acumulação capitalista, produzidos pela forma como os seres humanos se organizam, oprimindo secularmente classes sociais.

Para a resolução deste fenómeno da exclusão social, de um lado o liberalismo puro actuante, dando livre crédito a auto regulação do mercado, desvalorizando o papel do apoio aos assistidos; do outro lado, a revolução social, a revolução socialista como forma de libertar as classes operárias da “escravidão” em que a sucessão histórica de exploração os mantinha.

Entre estes dois campos teóricos, situaram-se, de um lado, a “Doutrina Social da Igreja Católica”, de outro lado, numa perspectiva laica, “ a justiça social”, ou “Social Democracia, que de algum modo se aproximam, numa certa humanização do Liberalismo Clássico (no caso da “Doutrina Social da Igreja Católica”), e num certo equilíbrio entre o individuo e a sociedade, no plano da “Social Democracia”.

A “Doutrina Social da Igreja Católica”, se de alguma forma aceita o capitalismo como possibilidade de progresso das nações, condena, apesar, o liberalismo no seu individualismo radical, causador da miséria social dos trabalhadores, apelando a um novo comunitarismo e à necessidade de conciliação, destes dois campos, como forma de salvaguardar a “tradição da solidariedade cristã” e a própria estrutura de base comunitária da Igreja católica, sendo marco da Doutrina, a Encíclica “Rerum Novarum” onde são preconizadas reformas sociais como forma de humanizar o Capitalismo.

Do outro lado, no campo laico, ganham forma, particularmente após o desastre económico de 1929/30, os ideias de conciliação entre justiça social e progresso económico, através de introdução de mecanismos reguladores dos mercados, pela acção do Estado, de redistribuição da riqueza, dando início ao chamado Estado-Providência, nas chamadas ideologias Sociais-Democratas, ou que estiveram na base dos partidos Trabalhistas e Socialistas da Europa Ocidental, depondo nas organizações sociais a reparação das injustiças, sejam elas “naturais”, ou “sociais”, tentando compatibilizar liberdade e igualdade.

Se as Teorias Liberais Clássicas demonstraram, entre os séculos XIX e XX, quando não reguladas por instrumentos de justiça social, poderão criar mecanismos graves de pauperização, dando livre azo ao individualismo e à desigualdade social; a realidade é que as sociedades ocidentais não vieram a conhecer a pauperização prevista por Karl Marx, nem se transformaram em sociedades revolucionárias, no sentido que este autor lhe deu, pelo contrário, incorporou muitos dos seus operários e as ditas classes trabalhadoras, na dita “classe burguesa”, retirando força ao conflito, em favor do consenso, passando a valer mais os argumentos do consumo e dos bens materiais, que o idealismo revolucionário inicial, num processo de inclusão social das classes trabalhadoras consideradas perigosas em plena Revolução Industrial.

É a análise destes processos, de coesão, identidade, e socialização, que se vão dedicar os primeiros investigadores de uma disciplina, herdeira, da redução histórica das sociedades à sua constituição através de mecanismos próprios, de base social- a Sociologia- herdeira deste campo de não naturalização dos factos sociais, desenvolvendo-se novas teorias e mais incisivas sobre o fenómeno exclusão social na “Industrialização e Pós-Industrialização”.

4.2.2 Das Teorias da Sociologia Clássica - Às Teorias Culturalistas

a)- A Exclusão Social na Perspectiva dos Clássicos da Sociologia

Durkheim/Simmel/Weber

Herdeiros da tripla revolução: política, industrial e social. Herdeiros do ideal revolucionário iluminista, e das grandes narrativas, liberais e marxistas, estes intelectuais, designados muitas vezes como os pais de uma disciplina científica, a Sociologia, tentaram traçar o rumo do pensamento da modernidade, de um modo lato, pela via metanarrativa da definição dos conceitos de laços, vínculos sociais, anomia, solidariedade, representações e práticas sociais, na tentativa de explicarem de modo indirecto a diferenciação social das sociedades modernas, herdeiros do ideal da solidariedade, fraternidade e igualdade, e as possibilidades de superação analítica dessa problemática, mas sempre com os olhos nas Ideologias da Transformação Social,

indicando pistas de análise da exclusão, e influenciando os modos de vida dos próprios cidadãos excluídos, pelas práticas políticas a que deram origem.

Correspondendo, assim, a uma visão científica e tecnológica que a modernidade pretendeu impor como resposta a todos os problemas, mesmo os de carácter social, partindo, quase, da ideia ilusória do progresso laico como alternativa à salvação religiosa, pré-industrial.

Durkheim

Entre os três nomes supra referidos, Durkheim é considerado como o pai da Sociologia. Tomou um objecto, a sociedade, e procurou percebê-lo através de um método definido como Sociológico, isto é, tentou consignar as explicações sobre as sociedades, àquilo que designou como “os factos sociais”, libertando-se do senso comum, das ideologias, dos naturalismos, das metafísicas.

Coube a Durkheim, no virar entre os séculos XIX e XX, o aproveitar do desenvolvimento teórico advindo de Marx e que exploravam as características eminentemente específicas da organização social, pela própria dinâmica social.

Portanto e utilizando as palavras de Augusto Santos Silva (1987: p. 37), a novidade de “(...) explicar o social pelo social e só pelo social”.

Releva deste novo entendimento, que as questões inerentes à pobreza e à exclusão social, terão de ser estudadas, não só como produto das condições da organização económica e das classes sociais, mas também das próprias práticas sociais e das representações colectivas, que aliás são o cerne da Sociologia de Durkheim.

Neste âmbito, hoje num tempo em que volta o ecletismo, poderá parecer que Durkheim, apesar de encontrar o seu “filão”, o reduziu, ou pelo menos as portas não ficaram totalmente abertas. Mas não podemos esquecer que Durkheim pretende inaugurar uma nova disciplina científica e obedecer ao rigor metodológico das Ciências Naturais, sem ferir a própria especificidade de um objecto familiar ao senso comum.

Durkheim fascina-se pelas formas como os homens conseguem se constituir em colectividades, a forma como desenvolvem os laços sociais, as práticas sociais que a eles conduzem, e as falhas dentro desses laços, que conduzem à diferenciação social, e claro à exclusão social.

Durkheim, parte, então do conceito de laço social, o elo que liga os homens nas práticas e representações sociais, para perceber o ordenamento social. Na sua pesquisa encontra dois tipos de solidariedade distintas, distinguindo, também, a tipologia de sociedades que as definem: a Solidariedade Mecânica; e a Solidariedade Orgânica.

- A solidariedade mecânica é descrita por Durkheim como inerente às “sociedades tradicionais, ou pré-industriais. Este tipo de solidariedade funciona por princípios de semelhança, ou seja: - experimentam os mesmos sentimentos, aderem aos mesmos valores e reconhecem o mesmo sagrado; a solidariedade exprime-se praticamente, de “forma natural ou mecânicamente” (Xiberras, 1996).

- A solidariedade orgânica é específica das sociedades modernas (Industriais -fim de século XIX e início do século XX). À dependência natural entre os homens, surge uma interdependência específica de uma sociedade que elimina culturas em nome da funcionalidade. È a diferenciação de funções que cria essa dependência orgânica, quase á semelhança de um organismo biológico. Os indivíduos não têm de partilhar necessariamente os mesmos valores, sentimentos, ritos e relação com o sagrado, mas reconhecem-se participantes num modo de funcionamento total.

Parece ser, no entanto, na análise Durkheimiana, que nestas sociedades este tipo de solidariedade orgânica não funciona mecanicamente, pelo contrário, parecem existir constantes apelos a mediações diferentes para o funcionamento deste tipo de solidariedade.

Nas sociedades tradicionais, a “Consciência Colectiva”, conceito de Durkheim⁷, abarca a totalidade dos indivíduos, que a interiorizam como sua, podendo no limite conduzir ao sacrifício pelo outro.

Nas sociedades modernas, industriais, a funcionalidade das sociedades surge em paralelo como o “individualismo”, que reduz esse espaço da “Consciência Colectiva” e portanto de uma solidariedade quase natural. A solidariedade torna-se quase uma “abstracção”.

⁷ Para Durkheim, ao agregarem-se, ao penetrarem-se, ao fundirem-se, as almas individuais dão nascimento a um ser, se assim se quiser psíquico, mas que constitui uma individualidade psíquica de um género, que o autor denomina de “Consciência Colectiva” (Xiberras Ob. C. 1996).

Inferem-se daqui dois conceitos que permitem chegar à explicação causal das causas da exclusão social, em Durkheim.

Por um lado temos o conceito de “Densidade Moral”; isto é, um sistema de valores cuja maior adesão implica, uma densidade moral, que garante a consciência colectiva. Por outro lado, quanto menor, for a densidade moral, portanto, a consciência colectiva, maior a desagregação social, menor o laço social, aparece a “anomia”, o conceito oposto a densidade moral.

Para Durkheim, as sociedades modernas tem tendência para um estado de anomia, exactamente pela dificuldade em criarem uma real solidariedade orgânica, daí o aumento do que define como os “traços patológicos na sociedade”: crime, delinquência, pobreza, suicídio, em suma a exclusão social.

Conceitos de Durkheim quadro ilustrativo:

Representações colectivas densas⇒	Laço social forte ⇒	Densidade moral
Representações colectivas fracas⇒	Laço social pouco coeso⇒	Anomia

SIMMEL

Tal como o seu predecessor Georg Simmel (designado como pai da Sociologia Alemã), situa-se no campo “estrutural” de análise da exclusão, ou seja procura as causas exógenas da pobreza. No entanto, numa vertente “mais intimista ou privada”(Xiberras, 1996: 36), a interacção entre os homens.

A teorização de Simmel, pois, sobre a “Pobreza”, é traduzível a partir de textos seus essenciais que reflectem sobre o “caso do pobre” e do “estrangeiro”, para ilustrar a sua concepção de sociologia como “(...) «ciência da Interação Social e das formas de socialização»” (Ibidem, p. 17).

Simmel clarifica, sociologicamente conceitos, permitindo aceder à formação da categoria de pobre e os vínculos complexos que mantêm com a sociedade. Interliga “Pobreza” e vínculo social, unidos na construção da categoria.

A Pobreza como Construção Social em Simmel

A base de partida de Simmel é, portanto, a interacção, ou a relação com o outro. Deste modo a “pobreza” constrói-se, seguindo o seu raciocínio, como forma de interacção social e não como simples facto material. Identifica-se, quando produz reacção social, que sinaliza categorias de seres humanos como necessitados de ajuda, no âmbito dos parâmetros sociais vigentes, num dado momento da sociedade em que se insere.

Simmel deixa bem claro que a “categoria de pobre” se constrói de fora para dentro, sendo a “etiqueta que é imposta”, quando a sociedade acciona os mecanismos de apoio social, a que define aos olhos da sociedade o mundo heterogéneo da pobreza (Fernandez, 2000: 19).

Neste âmbito, Simmel considera que coexistem a pobreza relativa com a absoluta. Nas sociedades industriais modernas, prolifera aquilo que considera como pobreza relativa. Ou seja, à parte outras considerações, existem necessidades, como a habitação, o vestuário, a casa, que definem de modo absoluto a condição de pobre, na sua ausência. Embora, não possa determinar-se com segurança a medida destas necessidades.

No entanto, há necessidades diferenciais, consoante o ambiente global, a classe social, não passíveis de serem satisfeitas que também são pobreza, embora relativa.

Daí que pessoas que são pobres dentro da sua classe social não o serão noutra inferior, já que dispõem dos meios suficientes para satisfazer as necessidades destas ultimas (Ibidem, p. 18).

Nas sociedades modernas do início do século XX, o pobre de modo análogo ao estrangeiro, é em certa medida um estranho na sociedade, pois apesar de só existir porque é objecto do direito de assistência, por outro lado era-lhes vedado o acesso a outros direitos civis, e aqui Simmel, avança mais um pouco que Durkheim, ao incluir as questões da cidadania, como fazendo parte da condição e manutenção da situação de pobreza.

No entanto, e apesar desta diferenciação, Simmel partilha com Durkheim, o facto de o aumento da densidade humana nas cidades diminuir a coesão social; isto é o ganho em liberdade individual, perde-se na desagregação social, partilhando o conceito de anomia da sociedade à medida que se definem as características do laço social urbano: “indiferença, cálculo, liberdade”(Xiberras, 1996: p.73). Nesta perspectiva e retomando, a ideia inicial de que parte Simmel, da interacção, da relação com o outro, esta só pode situar-se no plano da desconfiança, que pode conduzir à hostilidade face ao

diferente, ao estrangeiro, em primeiro lugar, mas também ao pobre, que são também, em paralelo, os que possuem menos capacidades de integração.

Em resumo, Simmel partilha com Durkheim, das razões estruturais às sociedades como elemento despoletador da pobreza. Concorde com os conceitos de anomia e densidade moral, partilha que a concentração urbana, apesar de trazer maior liberdade, não reconstruiu os laços sociais e potenciou o individualismo, em detrimento do reforço da vinculação social.

No entanto, Simmel, deixa duas novas pistas de abordagem, que serão abordadas pela Escola de Chicago (o estrangeiro e o problema posto da relação deste com o meio urbano moderno) e pelas correntes Interaccionistas da Etiquetização (a interacção social, a relação com o outro, nomeadamente no campo das representações como decisiva na definição da categorização do excluído).

MAX WEBER

Weber enquadra-se na linha estruturalista dos seus parceiros de fundação disciplinar, partindo portanto do objecto global disciplinar, de modo a compreender o todo social, mas complementa-os.

Durkheim desenvolve a diferença entre as noções de Solidariedade nas sociedades tradicionais e modernas, com a consequente visão de ligação entre densidade moral e coesão social, que as sociedades tradicionais seriam portadoras, ao invés das modernas, criando o conceito de anomia, ou desagregação social, patente nas formas de organização social modernas; Simmel, partilhando estas visões, introduz o conceito de interacção social, como definidor da categorização do “pobre”; finalmente Weber, trás para a Sociologia a ideia de disciplina que estuda a “actividade social”, mais do que os factos sociais, e, conseqüentemente, introduz a ideia de *movimento* “ **que o agente**

social pode imprimir no *socius* que o rodeia” (Xiberras, 1996: p.76), ideia que influenciará algumas correntes contemporâneas, como veremos mais à frente.

Expliquemos: o estudo daquilo que Webber designa como “actividade social”, em alternativa á proposta de Durkheim de “factos sociais”, como objecto primeiro da Sociologia, pretende ir ao cerne, à estrutura, ou melhor à análise das estruturas sociais, do fundo social que produz determinadas “actividades sociais”. Contudo “ao contrário” de uma espécie de objecto “inanimado”, ou mecânico, que os seus companheiros, aparentemente parecem ter edificado, Webber, entende que só pela análise dos próprios actores que “vivem e animam” o todo social se pode compreender a sociedade, e portanto é o “movimento”, definido como actividade social que interessa apreender, através do próprio sentido que os actores atribuem às acções.

Nesta perspectiva, para Webber o “Laço Social”, tem um sentido subjectivo, fruto das relações entre os actores sociais, relações de poder, autoridade e dominação, na política, como na economia, nas relações familiares, na educação.

Com semelhanças ás abordagens marxistas da sociedade, pelo menos na perspectiva da acção histórica política dos indivíduos, Webber tenta entender como estes aderem a “uma dominação social” de um grupo de indivíduos, de uma classe, permitindo que se criem laços a partir da subjectividade da adesão a uma pertença, legitimando quem detêm esse poder.

Webber define, aliás, três tipos de legitimidade (Xiberras, 1996: p.79)⁸:

a) A Dominação Tradicional – Em Webber esta dominação é percebida como inerente a todas as sociedades anteriores à revolução industrial, baseadas em “sentimentos de piedade e ou de fé”.

b) A Dominação Carismática – Que aparece, por vezes em sociedades, ou momentos sociais, onde predominam factores da ordem do emocional, quase do irracional, numa entrega quase cega, por parte dos actores, a determinadas ideias e propriedades de certos líderes carismáticos.

c) A Dominação Legal – Esta dominação é característica das sociedades modernas ocidentais, e assenta em princípios de legalidade e racionalidade.

⁸ Neste ponto podemos inferir as proximidades entre Webber e Durkheim, embora partindo de vias diferenciais de análise, pois difenciam as sociedades consoante os eus sistemas de organização social, partindo o primeiro da legitimidade da constituição do laço social, e portanto das relações de poder que se estabelecem, e o segundo do grau de densidade moral que permite diferenciar a natureza da sociedade; concluindo ambos pela maior permeabilidade da legitimidade e densidade do laço social da modernidade.

Webber, também à semelhança dos outros “pais fundadores”, encontra disfuncionalidades na Legitimidade do Laço Social da Modernidade, o que designa como “Dominação Legal”.

Apesar, na sua perspectiva, da existência de um Laço Social Vertical, de que comungam a maioria dos indivíduos dos países ocidentais, aderindo aos valores do “espírito do capitalismo”, favorecido pela ética protestante⁹, existem falhas no que denomina de Laço Social Horizontal (lembra-nos a solidariedade mecânica de Durkheim), devido à parca preocupação do espírito capitalista na realização desse laço, daí que nas grandes metrópoles ocidentais apareça toda uma sintomatologia de desregulação social expressa na violência, crime, marginalidade, expansão da pobreza, endemias.

Para Webber, existe um excesso de preocupação por parte da “Dominação Legal”, em criar estruturas que permitem uma regulação ética-moral capitalista, desenvolvendo uma administração «demasiado extensa», em detrimento de um maior investimento na coesão social de carácter horizontal, portanto, comunitária. A anomia é essencialmente, na sua perspectiva, um problema individual, que diverge do laço vertical, sem a rede do laço horizontal, assumindo dimensão social, pelo carácter gigantesco das metrópoles, que concentram muitos indivíduos e grupos com problemas de desagregação ao espírito capitalista e à ética protestante, estando portanto excluídos deste sistema dominante.

Alicerçando-se nos processos de obtenção do conhecimento “sobre as coisas e o mundo”, desencadeados pelo iluminismo, e que ganharam força por todo o século XIX, a Sociologia Clássica fundamenta-se, também, naquilo que se designa pelas grandes metanarrativas de carácter ideológico e ou racionalista, seja de influência liberal, seja de influência marxista, buscam entender como as sociedades se organizam, através da “dissecação das suas entranhas”, tal como nas ciências naturais, embora com uma conceptualização teórica buscando uma independência disciplinar pela explicação da organização social, através dos factos sociais e ou das actividades produzidas no cerne das relações sociais. Daqui a importância estabelecida a questões como a coesão, o laço e o vínculo social.

Conscientes que a sociedade industrial gerou diferenças sociais mais profundas e heterogéneas que os modelos de sociedade anteriores, pela forma como se estabelecem

⁹ Ver sobre este assunto livro “tese” de Max Webber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, português na edição da Editorial Presença, 199, Lisboa.

as margens, “pelo espírito do capitalismo” parca em preocupações sociais, pela própria organização social que identifica certas figuras sociais como membros marginalizados da mesma através da subjectiva categorização que lhes é atribuída.

Divididos, numa época dividida entre o individualismo e o comunitarismo, e posteriormente entre o capitalismo e o comunismo; entre a liberdade e a igualdade.

O problema que imerge na Sociologia Clássica, é a não compreensão que é a própria modernidade, a sua estruturação social, diferente da estrutura comunitária pré-industrial, que está na origem dos fenómenos de desagregação social de dimensão urbana imensa.. Deste modo, o grande objectivo passa pela compreensão da própria organização e fundamentação dos factos e atitudes sociais, de modo a estabelecer processos que permitissem colmatar esses fenómenos.

Como supra referimos, partindo da impossibilidade da coexistência de duas “verdades”, sociedade e comunidade, enganam-se naquilo a que pós-modernidade vai insistir como o erro de cálculo dos modernos: “O estado actual das Ciências Humanas ensina-nos que as escolhas da estruturação social operadas pela modernidade não são, obrigatoriamente exclusivas uma em relação à outras”(Xiberras, ob cit.: p. 89)- sociedade e comunidade.

b) Da Escola de Chicago às Teorias Culturalistas

- A Escola de Chicago: A Teoria da Ecologia Humana

Com a Escola de Chicago, conhecida como a Teoria da Ecologia Humana, inaugura-se uma nova abordagem sociológica, que tem como centro principal de estudo os processos de desvio social, englobando a pobreza e a marginalidade(exclusão social), ou seja os processos que directamente conduzem à formação e identificação das **margens** nas sociedades ocidentais dos anos 30, 40 e 50 do século XX.

O principal pressuposto desta disciplina, a Ecologia Humana¹⁰, desenvolvida na dita “Escola de Chicago”, nos anos 30, foi o estabelecimento de uma correlação entre a cidade e um organismo natural¹¹, ao mesmo tempo dotada de uma forma física e daquilo que Durkheim designava como a “Consciência Colectiva”. Isto é, a cidade industrial tem dimensões próprias, identificações individuais, propriedades, uma espécie de “sacralidade”, sem sagrado, uma identidade colectiva”, substituindo, no inconsciente, a casa para o camponês da idade pré-industrial.

Para além do mais, na perspectiva dos investigadores desta escola, como Park e Louis Wirth, a comunidade que se “alberga”, na grande cidade, está submetida aos mesmos processos de «selecção e competição», que o meio ambiente natural. A concorrência provoca processos “naturais” de diferenciação ao mesmo tempo que a individuação, oscilando entre uma estruturação social do urbanismo e a premência de processos crescentes de individualismo. A comunicação surge como o único factor de vinculação e de reconstituição de solidariedades.

A solidariedade assenta no interesse e cooperação, ao contrário das sociedades pré-industrial, devido quer a uma maior mobilidade (interna e externa ao meio urbano), quer a uma superior diferenciação do trabalho, que surge espartilhado por um conjunto mais vasto de grupos e interesses sócio-profissionais.

Destas duas ordens de estruturas organizativas da cidade-mobilidade e diferenciação -surge uma terceira a segregação.

Estando a cidade sujeita a fenómenos naturais de expansão, como a concorrência e o individualismo, a sua organização faz-se por afinidades, ou agrupamentos, com base profissional, rática(fruto dos processos migratórios), religiosas, culturais, identidades nacionais.

No entanto, para os ”cultores desta escola”, este tipo de expansão têm limites, ou «climax», para lá deles o sistema deixa de funcionar e surge a crise.

A heterogeneidade moral ganha terreno, quebram-se laços de proximidade, os estatutos de cada indivíduo pode variar muito rapidamente, e aumentam as diferenciações grupais. Ao mesmo tempo que a cidade tende para um imenso cosmopolitismo, a instabilidade e a insegurança aumentam.

¹⁰ Ecologia Humana: disciplina que estuda as relações sociais e temporais dos seres humanos, afectados por factores de selecção.

¹¹ “Durante os anos 30, os Sociólogos da Universidade de Chicago, vêem desenvolver-se sob os seus olhos o fantástico progresso urbano da sua própria cidade. Ao mesmo nível com o que eles chamam um

À erosão das bases tradicionais de solidariedade, sucedem-se as dificuldades de operacionalização da solidariedade orgânica, com o aparecimento de novas necessidades emocionais e afectivas, devido à competitividade e ao individualismo, os problemas urbanos tornam-se sociais: depressão, suicídio, delinquência, crime, corrupção, desordem, guetos, mendicidade, máfia, isolamento.

Surge clara a descrição da passagem para um meio urbano selectivo, estruturado quase de forma natural, que tende para a instabilidade, criando margens que conduzem á exclusão, ou seja á ausência de assimilação pelas estruturas do todo social, vazio, ocupado por formas marginais de inserção, ou não ocupado, originando o isolamento, a depressão, o suicídio.

Neste âmbito esta Escola dá particular atenção a uma nova forma de marginalidade e crime: a delinquência juvenil. Pela carácter inusitado e complexo, ao mesmo tempo que parecem fazer parte de uma nova forma de recomposição de laços e socialização.

Citando Xiberras (Op. cit.: p.113):

Os «gangs». Desenvolvem-se sobretudo na «zona 2», dita de deterioração, (que é contígua ao loop, bairro dos negócios, «zona 1»). São formados por jovens, ou jovens adultos, entre os 16 e os 25 anos. São definidos localmente. «Associam-se» com o intuito de prosseguir diferentes propósitos, desportos, lazeres ou depredações e crime. Reúnem-se e infiltram-se em todas as zonas intersticiais: mercados, vias-férreas, parques, docas, etc.

Aparentemente e sugestionados pela forma ecológica de organização da vida, para os Teóricos da Ecologia Humana, a cidade é uma rede complexa aberta, sujeita à instabilidade, e onde tende ser difícil reencontrar processos alternativos à solidariedade tradicional, daí uma dupla violência em que assenta: por um lado organiza-se em torno de processos selectivos, por outro a ruptura de um certo equilíbrio empurra os indivíduos que vivem nas margens para processos por vezes irreversíveis de exclusão, de que são expressão o suicídio, a mendicidade, a corrupção, o crime, e em particular o crime juvenil.

No entanto, é no cerne destes grupos de excluídos que se coloca uma hipótese plena de oportunidade: de descobrir uma “ordem moral”, ou forma de laço social próprios.

-Do Interaccionismo Simbólico às Teorias Culturalistas

A corrente Interaccionista, os “*Labelling Theorists*” (teóricos da etiquetagem social), reformam os trabalhos anteriores da Sociologia Clássica, bem como da Escola Chicago, unindo por um lado anomia, organização social, e actor social, mas partindo de um ponto de vista totalmente diferente, que aplicaram aos estudos da criminologia, mas foram alargados, a todo o tipo de “desvio social”.

George Herbert Mead, Eduard Becker e Ervin Goffman, são alguns dos expoentes máximos desta corrente, que além de quebrar com a visão tradicional da organização social e conseqüentemente, sobre a categorização da marginalidade e da exclusão social, permitem em conjunto com os “Estudos Culturais”, perceberem como a modernidade se construiu a partir de significantes de diferenciação, e que a sua crítica, expressa no chamado pós-modernismo, que a consciência das falsas premissas que a modernidade assentou.

Ao contrário dos estudos criminológicos em vigor até à época, que se centravam nas características individuais, os interaccionistas “estudam o conjunto de relações sociais”(…) “eles observam pelo menos dois sistemas de acção, que se defrontam, em geral, nas representações colectivas e, em particular, nas relações face a face.”(Xiberras, Op. cit.: p. 116). É na relação entre o olhar estigmatizante da sociedade e a situação em que se percebe o actor que se desenvolve a noção de desvio, portanto num processo de construção social, onde se jogam múltiplos factores.

Em termos metodológicos, e se nos recordarmos nas proposições de Max Webber, parece evidente que estes teóricos seguem as propostas da Sociologia Compreensiva, “inaugurada” por Webber, que falava em agentes e actores, portanto num movimento, quando se estuda e aborda as questões da organização social e da categorização.

Um dos primeiros pontos essenciais definidos pelos interaccionistas, através dos estudos de Becker e Goffman sobre o desvio, mas que nos interessam aqui em particular dado envolver aqui a definição de exclusão, o desvio, ou melhor aquilo que é considerado desvio nas sociedades modifica-se consoante os valores da mesma, sendo inclusive difícil encontrar aqui “normas universais”. Portanto a concepção de desvio opera-se a partir do momento em que existe uma reacção social que faz “a etiquetagem” do acto como desviante, e, portanto atribui um “atributo”, um estigma, e na relação que

da sua disciplina”- Martine Xiberras(Ob.Cit.).

se estabelece com o actor que se situou ou provocou o acto a situação considerada desviante.

O Desvio é pois fruto da “Interacção”, destes dois elementos: a etiqueta social aposta e a conduta do actor, ou melhor a carreira do actor social que pode conduzir do acto à complexa rede de marginalização social.

É de realçar desde logo, e no seguimento dos trabalhos anteriores, que aqui se expressam dois conceitos fundamentais: O grupo, ou grupos criadores e “guardiões da norma”, e o conjunto heterogéneo de seres, agrupados ou não, que secreta ou deliberadamente violam a norma, muitas vezes não a considerando como norma social, pelo contrário opondo as práticas de oposição como a verdadeira norma.

Os interaccionistas encontram três etapas fundamentais que conduzem os indivíduos ao mundo do desvio.

Primeiro encontra-se na passagem ao acto. Existem seres que ultrapassam as normas sociais vigente, enquanto a maioria se conforma com as mesmas. Para Becker isso pode acontecer ou devido ao seu processo de socialização, quando inseridos numa cultura, ou subcultura, cujas normas são opostas às da demais sociedade, e portanto sentem-se livres dos compromissos sociais, comprometendo-se com os da sua (sub)cultura. Ou os indivíduos apesar de socializados no quadro das normas globais, no entanto “apresentam justificações para o seu comportamento”, por exemplo, grupos que vivem em zonas de exclusão justificam o vandalismo, o roubo, como uma espécie de justiça perante uma organização social, próxima, ou global, que percebem como injusta.

Depois da passagem ao acto, quem o comete pela primeira vez faz uma aprendizagem numa subcultura marginal: o bando, o gang, um grupo racial, terrorista, com normas nacionalistas próprias.

Constroem uma história comum, partilham “vitórias e derrotas”, constroem mitos, alimentam-se das suas proezas, partilham sentimentos e dificuldades.

Se a sociedade reage e o etiquetiza, através dos seu órgãos de Estado (justiça, educação, saúde, habitação), ou através da própria acção da comunidade pelo afastamento desse individuo, pela exclusão, este tenderá a estabelecer mais pontes com os grupos marginais e a estabelecer uma carreira marginal.

Se a sociedade desconhece ou não reage, a pessoa em causa poderá estende-se embora na corda bamba entre dois mundos: manter uma vida social activa e um mundo

secreto desviante (os interaccionistas referem como exemplo o “mundo da homossexualidade e dos heroinómanos).

Ao mesmo tempo, que a “Escola Interaccionista” trabalhava na percepção das relações recíprocas entre a sociedade, o seu quadro normativo e a exclusão e o desvio, através do estigma ou da rotulagem individual, que cria uma sub-cultura, expressa numa carreira desviante, outra “Escola”, investigava quase no mesmo terreno, mas partindo dos pressupostos metodológicos da Antropologia e da Etnologia, denominada de “Estudos Culturais”, ou as “Teorias Culturalistas”.

O início dos Estudos Culturais, terá começado com a Escola Antropológica americana, da qual Mead e Benedict foram pioneiras (Cit. in Ramos 2001: 163), sendo continuadas e ampliados estes estudos, por várias investigações de carácter culturalista e ou interculturais, através de investigadores como Boas, Kardiner e Linton (Idem: 165).

Estas teorias, aplicadas à pobreza e á exclusão social, assentam num duplo ponto de vista, baseando-se no “universo” metodológico já referido, o da análise antropológica. Primeiro ressitua-mo, através do penetrar no seio do universo dos comportamentos dos seres atingidos pela exclusão, na partilha de vivências com os mesmos. E ressitua-mos de um ponto de vista positivo, oferecendo uma nova perspectiva sobre um fenómeno olhado sempre pelo investigador, quer numa perspectiva da organização sócio económica, quer numa perspectiva da inadaptação individual ou grupal.

Aplicando o conceito antropológico de cultura como, “um esquema de vida que passou de geração para geração” (Lewis, cit. in Capucha, 1998)). Explicitando, para Lewis (Ibidem) a interacção da situação do “pobre” e a sua qualificação como tal, implica, também, um esquema de organização, uma estrutura adaptativa, “um mecanismo de defesa”, que lhe permite enfrentar, lutar e manter-se «vivo» numa sociedade «hostil», através do recurso a padrões de cultura próprios, em suma “Culturas de Exclusão”. E quando aplicamos o termo culturas, é porque, ainda na linha de pensamento culturalista, poderemos encontrar pelo menos dois tipos de pobreza. A dita “relativa”, onde indivíduos, grupos e comunidades, que vivem segundo padrões normativos definidos como normais na sociedade, mas que se encontram nesta situação devido aos poucos recursos que dispõem, às dificuldades de acesso a estruturas e direitos básicos de vivência social por razões as mais diversas possíveis, desde as raciais, educacionais, isolamento cultural, vivência em zonas intersticiais; e a pobreza absoluta,

onde indivíduos, grupos e comunidades, não conseguem aceder aos mínimos de subsistência.

No entanto, “estas culturas da pobreza” contêm em si conteúdos simbólicos próximos, valores e representações por vezes idênticas, sentidos de pertença e comunidade, orientações espaço-temporais próprias¹².

Formam círculos viciosos, eles próprios geradores de pobreza. E aqui, entroncamos com o negativo da transformação de relações sociais em formas culturais; porque se transmite geracionalmente, nomeadamente através da família, “facilita a resistência à mudança e à abertura”(…) “torna persistente o fenómeno”(…) “a pobreza aparece como património comum que se transforma como herança social. A socialização exercida pela família e a incapacidade da escola em contribuir para atenuar as desigualdades sociais contribuem fortemente para a sua reprodução social” (Fernandes, 1991: p. 43).

Ficando, assim, condicionadas gerações, através de mecanismos “subtis e silenciosos” porque culturais, que diminuem as dimensões de vida activa, na participação social, de parca cidadania, mantendo não só as condições de marginalidade, como de exclusão.

4.3- A Exclusão Social nas Sociedades Pós-Industriais

O tempo que medeia entre o desenvolvimento das teorias clássicas e as teorias interaccionistas e culturalistas sobre a exclusão, é exactamente o tempo que ocupa o “entre” dois séculos, XIX e XX, onde a modernidade, enquanto conceito de “sociedades do progresso”, que substituiu as sociedades marcadas por processos ditos globalmente tradicionais (embora já diferenciados quando chegam ao século XIX), pretendeu através de um novo “Deus ex-machina”, sem fonte religiosa, assentar no desenvolvimento

¹² Sobre este assunto, ver os estudos de Edward T. Hall, tendo em conta duas obras fundamentais: “A Dimensão Oculta” e a “Linguagem Silenciosa”(em versão portuguesa da Editora Relógio D’Água). Em ambos os trabalhos, Hall, a partir dos estudos proxémicos da cultura, isto é, das experiências espaciais humanas, demonstra a interligação entre o nosso aparelho sensorial e os sentimentos que nutrimos em relação ao espaço, aparentemente de ordem biológica, mas cujas raízes se fundam numa simbiose entre o bio-psico-cultural e se transformam em comportamentos e hábitos, enraizados, conduzindo a comportamentos culturais, em relação à percepção e organização do espaço, que atravessam gerações, numa complexidade que é modelada pela cultura e não pela natureza, como muitas vezes são tentados a

sócio-económico, por sua vez sustentado pelo desenvolvimento científico-técnico, o “progresso da civilização mundial”(de matriz ocidental), como plenitude e progresso das virtualidades humanas, das liberdades e dos poderes do homem(Morin, 1989: p. 10).

As diversas teorias desenvolvidas sobre a desigualdade social, mencionadas no sub-capítulo anterior, pretenderam teorizar essa mesma desigualdade social, como se ela existisse fora desse pensamento ou sociedade ideal, deparando sempre com o obstáculo de uma permanente “anomia”, disfuncionalidade na organização social.

A tendência da Sociologia Clássica, pelo menos Durkheim e Simmel, foi, procurar as causalidades exteriores, à semelhança das ciências naturais, mas com metodologias específicas. No entanto, a manutenção constante de franjas da população, elevadas nos meios urbanos crescentes, em situação caracterizada por Durkheim de “anómica”, fez inflectir o debate epistemológico, aberto por Webber com a Teoria Compreensiva, que buscava entender o fenómeno da pobreza por dentro, como se forma, que contextualização lhe atribuem os actores, como se reorganizam solidariedades em função do normativo social.

O Interaccionismo Simbólico e as Teorias Culturalistas fazem parte de uma ampla corrente, que entre os anos 60 e 70 do século XX tentaram desconstruir as utopias da modernidade e os discursos conexos, da sua aura imaculada, quer os que «iam pela via socialista», quer os que «seguiram pela via capitalista», trazendo “nova luz” às Ciências Sociais, onde se começa a perceber a sociedade moderna, como ela própria produtora dos “males”, ou melhor da exclusão que afirmava eliminar.

O fenómeno, agora percebido não só como pertencendo á “ordem da causalidade, mas também, da compreensibilidade, deverá ser entendido dentro de um contexto global, onde se cruzam hoje os diversos fenómenos sociais, mas também no plano da multidimensionalidade, que além de incluir a *“tradição dos estudos sócio-económicos”*- portanto, “da análise dos factores produtores da pobreza, da sua intensidade e extensão”(Capucha, 1988: p. 12) e das capacidades das sociedades alargarem o acesso aos direitos e deveres cívicos, como a cultura, o emprego, um mínimo de sobrevivência, a educação, a habitação, a saúde, a justiça, a protecção social, a participação política, cívica e social- deverá incluir, ou associar, *a dimensão que os actores conferem* ao seu estatuto, à forma diferencial como se organizam, as consequências de se transformarem em grupos constituintes de sub-culturas, e

pensar indivíduos de culturas diferentes, como árabes e cristãos, elementos de raça branca e raça preta, ou o confronto entre populações migrantes e autóctenes.

reproduzirem, como herança própria, essa cultura, mas, também, como centros de transformação e movimento social.

Desta forma, neste início do século XXI, além de uma ampla consciência de estarmos em presença de uma reorganização das sociedades, em concomitância com novas formas de organização social, percebemos que a pobreza, agora transformada, pelo seu carácter multidimensional, em formas de exclusão social, também assume contornos diversos no contexto das sociedades pós-industriais, movimentou-se, transformou-se.

Como refere Xiberras(1996:p.183), esta noção de pós, funcionou ao nível social, (...)como se o projecto mais maléfico da modernidade, o da grande explosão, o da deflagração última, se tivesse já realizado, em todo o caso ao nível das relações sociais «atomizadas» e das representações colectivas «desagregadas» (...) a crise dos valores, significa perfeitamente a sua explosão e a sua coexistência em pequenos pedaços, o fim da sua função moral de coerência é o fim da sua função social de adesão.

Sendo assim, “à pobreza tradicional, vieram juntar-se «os novos pobres», vítimas do desemprego, causado por causas económicas ou pelo progresso tecnológico” (Fernandes, 1991: p.39). A manutenção em situação de exclusão, aliada à velocidade crescente com que a sociedade evolui, nos planos tecnológicos e do conhecimento, exigindo dos membros de todas as sociedades uma requalificação quase permanente, faz das populações em situação de exclusão «seres outros», com o estigma de “um sentimento de exclusão do tipo de sociedade dominante, de fatalismo e injustiça social, alguém que faz a experiência da indiferença e do desprezo dos outros”(Ibidem, p. 40), ingredientes simbólicos que caldeiam o aparecimento de uma sub-cultura de exclusão. Diminui a vontade e a oportunidade de participar na vida activa -política, cívica, associativa, profissional- parecendo gigantesca a tarefa de superar a barreira invisível da cultura.

Agregam-se em bairros periféricos, ou centrais mas degradados, os excluídos, contribuindo a organização do espaço para a sedimentação da diferença e da sub-cultura, embora de modo heterógeno, tal como quem habita esses espaços.

A diminuição da vontade e possibilidade, faz aumentar o abandono escolar precoce e a parca motivação para a aquisição de formação, o que conduz à inexistência de projectos de vida, ou a solidificação de projectos de vida de “modo diferencial”(desvio, marginalidade, consumo de drogas, suicídio).

O choque entre a cultura “exterior” e a cultura própria, do seu meio social e familiar, perpetua a socialização inicial e dificulta, ainda mais, a adesão às “políticas sociais de luta contra a pobreza”.

Do «Habitus» ao estigma. Do estigma às margens.

Estes marginalizados sociais das sociedades pós-industriais, o sub-proletariado, ou “underclass” de que nos fala Dahrendorf(1996), possuem histórias de vida diversas, “estão abaixo de qualquer coisa”, vivem à margem do contacto como o mundo dito normal, com o emprego, com as comunidades, com a política, o associativismo, até, muitas vezes, à margem do próprio suporte familiar. São “não cidadãos”(Dahrendorf, 1996).

O estudo sobre o fenómeno da exclusão social é, pois, hoje, nas sociedades pós-industriais, complexo. Não existem grupos definidos de pobres, de marginais, de desviantes. Existem seres que se podem considerar integrados em determinados contextos da sua vivência social, mas que noutras situações estão à margem. Os grupos de exclusão são diversos: os jovens que residem em tecidos urbanos periféricos e ou degradados; os idosos com poucos rendimentos; as mulheres com pouca formação e escolarização; as mães solteiras; os desempregados; os imigrantes; os toxicodependentes; os isolados.

A exclusão social é medida de modo mais consciente, em função das capacidades de cidadania, dos direitos que os indivíduos acedem; do nível diferente de privações, que passam pelo acesso ao poder, à riqueza, à cultura, à educação, mas também, pela estima social e familiar de que beneficiam.

As sociedades pós-industriais vivem no dilema, que se transforma em contradição, do aumento exponencial de regimes políticos ditos democráticos- cujos objectivos passam pela redistribuição da riqueza- mas o fosso entre os que detêm a riqueza, os meios de acesso a ela e ao poder, os meios culturais e informacionais, aumentou face aos que não detêm nenhum destes instrumentos fundamentais; que resulta da incapacidade da afirmação da política e das organizações cívicas sobre as forças de globalização tecnológica-económica e da circulação da informação.

Como refere Fernandes(Ob. cit., 1996), “a pobreza é pensada hoje a partir da abundância”, como espanto que a modernidade lega à pós-modernidade. As teorias sociais que definiam categorias de classes e grupos sociais perderam a sua capacidade de iluminação do real quase abruptamente.

A distinção entre operário e empregado é, hoje, impossível de o fazer, pelo menos nas economias avançadas ocidentais. Por outro lado, o desemprego, como ameaça, é, juntamente, com o poder de consumo, o status e o aumento do sector terciário na organização social, são sinais de uma mudança profunda do “rostro do social, aonde os marginalizados de outrora, “sobre quem”, se organizaram teorias e programas de acção política/social, estão, agora, integrados no seio da nova sociedade de consumo; situando-se nos seus territórios anteriores um conjunto heteróclito de “mão-de-obra desqualificada”, vulneráveis ao desemprego crónico e ao sub-emprego, oriundos da periferia ou de zonas degradadas do ponto de vista habitacional e social, marcados, também, por processos de diferenciação cultural, seja pela raça, religião, ou pela própria condição marginal que “arrastam”, uma massa caótica, com o estigma dos «comportamentos anti-sociais».

O processo de exclusão social, nas sociedades actuais, é um processo em direcção às margens, portanto, um movimento descendente, onde se verificam várias rupturas do indivíduo com a organização social(emprego, participação cívica, família), até mesmo ao cerne da sua identidade, da sua auto-estima.

Neste processo, a relação com a cidadania é essencial, porque vivemos em sociedades democráticas, portanto, abertas e exigentes em matéria de exercício de direitos. Sendo a relação com estes a que melhor define a situação concreta de exclusão.

Por outro lado, esta mudança de orientação na organização e dinâmicas social, implica reconhecer que, se o processo de exclusão é um movimento dinâmico descendente para as margens, e que a inserção só pode, por oposto, ser a tentativa de movimento ascendente para o “seio social”, como iremos analisar num capítulo posterior.

5- Movimentos Sociais/Inserção Social/ Políticas Sociais: Os Movimentos

5.1- Dos Movimentos às Políticas Sociais

5.1.1 Da afirmação do Movimento Operário ao Estado Providência

a) Ao longo do presente estudo/trabalho temos vindo a falar de movimento e mudança, que nos parecem o cerne da interpretação das novas formas de organização social, perante a perplexidade criada pelas mesmas, desde o senso comum ao investigador social. Como analisamos, atrás, movimento e mudança, é o que atravessa o plano dos saberes, nomeadamente do saber científico.

No entanto devemos precisar melhor a que nos referimos, que linha teórica de rumo traçamos quando falamos em “Movimento”, nomeadamente no âmbito do nosso estudo, a inserção e exclusão social de jovens.

Como vimos atrás a exclusão social poderá actualmente ser explicada como «um movimento descendente em direcção às margens e a inserção, por oposto, um movimento, ou tentativa do mesmo, em direcção à cidadania activa».

Ora a nossa filiação teórica liga-se directamente aos trabalhos de investigação social de Alain Touraine, que iniciou uma forma inovadora de investigação sobre os fenómenos sociais, designada por “Sociologia da Acção”, cujo objecto de estudo são, exactamente, os “Movimentos Sociais”.

Esta formulação teórica, a “Sociologia da Acção, construída como método de análise e descoberta desses movimentos, é inerente às Sociedades Pós-Industriais, “...uma sociedade consciente e susceptível de entrever que uma das suas apostas principais é a faculdade de se produzir a si própria.”(Xiberras, Ob. Cit.: pag. 197).

O Movimento Social em Alain Touraine é definido como a acção colectiva dos actores sociais que lutam pela direcção social da historicidade, i.e., as formas culturais, normativas, relacionais, como a sociedade se organiza. O Movimento Social partilha assim a dimensão sócio-histórica da relação de poder e autoridade, ao mesmo tempo que a dimensão subjectiva, atravessada pelo olhar do actor, e dos valores e identidades sociais a que adere.

Uma dupla herança teórica nos parece na abordagem de Alain Touraine:

De Marx



Relação entre dominante e dominado

De Max Weber



*O Sentido que os actores
dão às acções- Subjectividade*

O objectivo principal da Sociologia da acção é, pois, identificar o Movimento e as suas estruturas, e as relações sociais que o identificam.

Para isso Alain Touraine define como essenciais na abordagem metodológica da descoberta e identificação de Movimentos Sociais, «Princípios e Funções fundamentais», através dos quais se apreendem os objectivos, as estruturas e as relações sociais subjacentes:

Princípios

a) da Identidade- diz quem é , e quem representa, em nome de quem fala, os interesses que defende;

b) da Oposição- além do próprio discurso ideológico do movimento, percebendo as resistências, a oposição, quem se opõe, ou a que se opõe, possui adversários, é como um duplo espelho, «tem de vencer barreiras movimenta-se e quase como num espelho identifica-se nos seus adversários»;

c) da Totalidade- a acção de um Movimento «inspira-se num pensamento», que tenta abarcar a totalidade, pela própria acção, ou pela força “superior da sua ideologia, filosofia e ou teologia”.

Funções

a) de Mediação- agentes de mediação entre as pessoas e as estruturas e a própria realidade social, funcionam por vezes como fontes de socialização;

b) de Clarificação da Consciência Colectiva- clarifica , desenvolve e alimenta uma consciência colectiva esclarecida, no conjunto social, ou num sector particular da sociedade;

c) de Pressão- influenciam o desenrolar da história social, através das pressões que exercem sobre as «elites do poder».

Os Movimentos Sociais podem ser apreendidos no seu percurso histórico, com a força do seu passado, onde observaremos os elementos supra descritos, num processo de desnudar da acção social e dos seus actores; podem ser apreendidos, ou podemos entrar em relação com o Movimento no momento em que está engajado no próprio conflito, construindo-se o estudo como testemunho e forma de retirá-lo de um certo encobrimento; ou podemos percebê-lo como lugar privilegiado de exercício, expressão e criação de novos valores, onde actores têm, por vezes, dificuldades em reconhecer-se como fazendo parte de um Movimento Colectivo.

Tendo em conta estas premissas, não podemos associar a denominação de Movimento Social a qualquer tipo de alteração da organização social. Esta noção é

importante de modo a termos em evidência, nos estudos sobre Movimentos Sociais, a existência de

(...) um tipo muito particular de acção colectiva através do qual uma categoria social, simultaneamente particular e geral, apelando a valores contra ela, a orientações gerais da sociedade que partilha com o seu adversário para assim o privar de legitimidade(...) Podemos inverter a fórmula e reconhecer, também, a existência de movimentos conduzidos por categorias dirigentes e dirigidos contra categorias populares, consideradas como obstáculos à integração social ou ao progresso económico (Touraine, 1998: p. 128).

Se orientarmos o olhar diacrónicamente, teremos de concordar com Guy Rocher, e identificar as sociedades da modernidade, as sociedades industriais, como as que viram proliferar os Movimentos Sociais, tendo em conta a definição teórica dos mesmos, ao invés, pelo menos na história conhecida, das sociedades arcaicas. E se podemos referenciar os movimentos Camponeses na Idade Média, os Religiosos nos séculos XVI e XVII, como movimentos de base social importantes, no entanto foi a aceleração da história com a revolução industrial, a urbanização e a entrada na modernidade, que fez explodir o aparecimento em força dos Movimentos Sociais, exponentes de fortes conflitos sociais, entre grupos, classes e ideologias, agrupando essas diferenças em torno de projectos filosófico-ideológicos e político-económicos.

Projectos “portadores de uma vontade de superar as contradições... através da criação de um sujeito colectivo, religioso, comunitário ou de classe”(...)”um projecto de reconstrução radical da sociedade” (Ibidem,1998: pp.132-134).

Entre estes Movimentos que explodiram entre os séculos XIX e XX, temos os Levellers Ingleses, a Convenção Montgnard Francesa que buscavam instaurar um poder igualitário, através da destruição dos privilégios, precursores dos Movimentos Marxistas, ou Comunistas, de Totalidade; os Movimentos Pelos Direitos Cívicos, onde se incluem os Movimentos Anti-Esclavagistas e os Movimentos Feministas; o Movimento Trabalhista, os Movimentos Estudantis, como o nascente do Maio de 68 e um pouco mais próximo o Movimentos Ecologista.

No entanto aquele que foi o conflito central do século XX, é o Movimento Operário, supra referido como “*a questão social*” e que traduziu a centralidade da divisão entre a organização reivindicativa operária e o movimento acumulativo capitalista.

O Movimento Operário nasce da concentração nas grandes urbes industriais do século XIX, de uma «massa social» activa e ou em busca de actividade, nas novas estruturas económicas produtoras, como as Grandes Industrias recém nascidas. As

condições comuns de degradação do exercício da actividade laboral, aliadas à homogeneidade da precariedade das condições sociais de vida, de autêntica miséria social e ausência de valores morais, vai permitir a disseminação de pequenos grupos operários, que se associam anunciando a formação dos primeiros sindicatos, onde associam às reivindicações sobre reformas das condições de trabalho, redução dos horários de trabalho, apoio à família e desfavorecidos, ideias mais globais de transformação social, de utopias planificadoras, ou de apelo às reformas trabalhistas pela intervenção dos governos dos Estados dos Países Industriais.

Às Coligações Operárias reconhecidas em França em 1864, bem como o direito à greve, sucedem os Sindicatos, as Federações de Sindicatos, a Internacional Sindical.

A unidade na acção, a organização, a identificação entre objectivos particulares com ideais de mudança colectivos, bem como a utilização da greve como instrumento privilegiado de paralisação da organização social, faz a afirmação do Movimento Operário, como movimento decisivo de mudança social, de afirmação de uma força social como proposta alternativa de direcção da sociedade.

No entanto, a própria força reivindicativa que força as elites e o poder político a modificarem a sua acção, a alteração da própria concepção do trabalho, como fazendo parte dos ganhos de produção, o que introduz nas Organizações modernas a noção de valor humano na produção e a preocupação dessas organizações com o bem-estar do trabalhador, vai alterando a condição operária, a consciência de pertença a uma classe, pela diferenciação dos operários, entre qualificados e não qualificados, modificando o lugar ocupado nessas organizações laborais, que também se transformaram de grandes produtores fabris, para grandes condutores de uma economia de consumo e informatizada.

b) Estas alterações na sociedade aconteceram porque movimento e inserção social estão interligados, “...utilizamos o termo «inserção social» ao duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, as famílias e os grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e à participação social e, por outro lado, as instituições a oferecer a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio e criando os lugares sociais onde se possam colocar” (Capucha, 1998: p.214).

A força dos Movimentos Sociais induziu uma transformação nas elites, políticas e intelectuais, alterando a concepção do Estado, como Estado Protector, i.e, desenvolve-se em correspondência um conjunto de políticas, que hoje denominamos políticas sociais, em torno de conceitos como democracia, justiça social e ou social democracia, efectivação de direitos, equidade e justiça social, como resposta a esses Movimentos, “As principais Instituições sociais têm de assegurar a todos uma justa igualdade de oportunidades e uma efectiva realização da justiça.” (Fernandes, 1991: p. 35). Os diversos Estados da Europa Ocidental, ou criam ou reformam as instituições de Assistência Social, reorganizando a solidariedade, assumindo-as como parte integrante das políticas dos Estados, transformando a insípida organização caritativa e ou filantrópica com mais ou menos intervenção governamental, na Solidariedade Orgânica que conduz aquilo que, de modo discutível no plano ideológico, Fernandes (Ibidem, p.36) afirma: “emburguesamento geral do proletariado”(…) “integração progressiva da classe trabalhadora na sociedade”- à revolta, à revolução, sucede-se apenas a reivindicação de maior participação na sociedade da abundância.

Portanto, ao movimento das pessoas organizadas em busca de melhoria das suas condições de vida, surgiu um movimento em paralelo, das Instituições do Estado que, de algum de modo, tendiam a tentar diminuir a conflitualidade social, por outro lado, expressavam alterações substanciais nas formas ideológica/filosófica/económica e política de encarar o papel do Estado, nomeadamente como despoletador de processos de condução das pessoas em situações de exclusão a formas de inserção, nomeadamente promovendo os direitos, a cidadania, a protecção social.

Este movimento do Estado (pelo menos dos Estados dos países centrais e do Reino Unido), em direcção ao que, hoje, chamamos Estado Providência, teve início, no plano da idealização em concomitância com a concretização de políticas sociais, no princípio do século XX, apesar de desde o século XVIII, na Europa Central, em especial na Inglaterra, vir em crescendo a força das políticas sociais.

O desenvolvimento do “Labour Party”(Partido Trabalhista), no Reino Unido, braço político, à época, do Movimento Operário, permitiu a chegada deste partido ao parlamento e, como consequência, as ideias expressas pelo Movimento Operário influenciaram directamente as políticas e as elites. Com consequência em anos seguidos de reformas da chamada “Assistência Pública”:

- Em 1905, foi nomeada uma Comissão Real para estudar a Reforma da Assistência Pública. Beatrice e Sidney Webb, foram os fundadores do Movimento Fabiano e os principais impulsionadores desta reforma.

- Em 1909, publicam o “Minority Report”, expondo as concepções inovadoras no campo da Assistência.

- Em 1911, é criado, como grande inovação, um sistema de seguros-doença e desemprego. Seguros obrigatórios para os operários que ganhavam menos de 320 libras por ano, gerido pelo Estado e que abrangia o risco de invalidez.

Estes são os passos, sobre os quais, na culminação dos mesmos, se irá erigir o chamado “Plano Beveridge”, em 1942, que marcará, nos países centrais da Europa Ocidental o advento do “Welfare State” (Estado de Bem-Estar Social, ou Estado Providência).

Este plano, fez-se preceder de um Relatório, elaborado por Sir William Beveridge (que tinha sido no início do século XX, um dos secretários de Beatrice e Sidney Webb, na Comissão de Estudo para a Reforma do Sistema de Assistência Pública), enquanto deputado pelo Partido Liberal Inglês, do qual tinha sido encarregado em 1941, publicado em 1942, "Social Insurance and Allied Services”(Segurança Social e Serviços Idênticos), um Relatório sobre a organização de um Sistema Britânico de Segurança Social.

Foi o primeiro documento a exprimir os grande princípios da constituição do “Estado Providência”, no continente Europeu.

Beveridge, rompe, com uma concepção securizante para assentar “numa concepção do risco social e do papel do Estado”(Rosanvallon, s/d: p. 115).

Beveridge, vai além das políticas parciais de assistência social, por um sistema global, coerente de segurança social e políticas sociais. Este sistema assenta em três vertentes essenciais e quatro características principais, conforme as refere Francisco Branco(1993: p. 76):

“ – Um sistema de Segurança Social, eixo central do seu modelo, com o objectivo de libertar o homem da necessidade e garantir ma segurança de rendimentos;

- Um Sistema Nacional de Saúde;
- Uma Organização Nacional do Emprego.

Segundo a concepção de Beveridge, trata-se de um sistema de políticas sociais:

- Universal, abrangendo toda a população independentemente dos eu estatuto e ou rendimento;
- Unificado, porque baseado numa quotização social única;
- Uniforme, desenvolvendo a sua intervenção na base de serviços e prestações sociais uniformes para todos os beneficiários;
- Centralizado, sustentado por uma administração única e central.”

Nestes fundamentos se fundou o Estado- Providência, que após a 2ªGuerra Mundial, através de reformas político-sociais realizadas nas diversas formas de Assistência Social dos países da Europa Ocidental e Central, permitindo uma reforma política, que conciliava justiça social e acumulação do capital, a chamada “regulação social”, diminuindo o já referido potencial crítico que o Movimento Operário fez aportar, incorporando mesmo quer as reivindicações desse Movimento, como vindo a anular (fruto das transformações operadas pela estabilidade social alcançada) as raízes político - ideológicas e sociais desse mesmo Movimento¹³

5.1.2- Crise do Estado Providência

a) O Estado Providência como Finalidade Última do Estado Moderno

¹³ O pós- IIª Guerra Mundial, foi identificado como marco, na intervenção estadual no campo das políticas sociais, como, também, na redefinição, pelo seu alargamento, do conceito de cidadania, como cidadania social e cultural. O profundo choque provocado pela tragédia dessa guerra, provocou reacções concomitantes de procura de respostas sociais, e uma viragem para tendência políticas trabalhistas, como é exemplo o Plano Marshall, e o ganho definitivo de uma consciência da necessidade da intervenção estadual na regulação dos mercados.

Nas palavras de Helena Mouro e Anabela Carvalho(199 : pp. 50-51), “ A promoção da «concertação social», entendida como expressão renovada dos mecanismos de regulação e controlo supõe objectivos de intervenção estatal e realização da democracia social e económica, segundo os parâmetros das teorias Keynesianas e do novo entendimento do cidadão derivado do Plano Beveridge. Promove-se não só o alargamento da cobertura dos riscos sociais, mas também, uma maior fusão entre o que então se considerava «estritamente económico» (relações de produção) e o «estritamente social» (relações de reprodução).”

Para falarmos sobre a *Crise do Estado Providência*, temos de recuar um pouco, até à “natureza” da sua edificação, reiterando algumas ideias já enunciadas no subcapítulo anterior, e também formuladas noutras partes do trabalho.

O Estado Providência á, no plano político, um aprofundamento do Estado Protector, processo iniciado na época Iluminista, acelerado com as revoluções Francesa e Americana, e concretizado, no plano ideológico, pelas ideias republicanas de progresso e laicização da Assistência, com ênfase nos países Ocidentais da Europa (França, Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, etc.).

Ora o Estado Protector é, então, a afirmação de um conjunto de políticas que podemos considerar de “Modernas”, tendo em conta a oposição entre Tradição e Modernidade, no sentido que a ciência política lhe atribui ao termo, ou seja, o Estado Moderno, pensado desde Maquiavel aos Iluministas, enquanto Estado Protector, como “o que o distingue de todas as formas anteriores de soberania”(Rosanvallon, 1985: p. 18).

Hobbes e Locke, através de obras como, respectivamente, - *Le Léviathan e o Deuxième traité du gouvernement civil*- elaboram a nova arquitectura do Estado Moderno: “a produção da insegurança e a redução da incerteza”(Idem).

O Estado passa então a assumir o papel de protecção aos direitos individuais, numa junção de interesses: o Estado Nação, ao mesmo tempo uno e protector do indivíduo, este enquanto sujeito igual de direitos, aquele no seu novo papel de protector desses direitos.

Um Estado laico assente na razão, na Ciência e no Direito contrário à tradição enlevada pelas controvérsias da paixão, da fé, da ignorância (“amiga da força”); pilares de um novo modo de organização social, que correspondia afirmação de uma nova classe dominante, a burguesia e iria incorporar um novo movimento social, o *Movimento Operário*.

O Estado Protector, antecessor do Estado Providência, na nova concepção da modernidade, era, no entanto, ainda algo limitado, nos objectivos de intervenção securizante, protectiva e determinista do Estado Moderno. Definia, “apenas”, a acção do Estado como limitadora da religião, afirmação do individuo face à comunidade de tradições ancestrais, nos seus novos direitos e na nova concepção de propriedade, deixando contudo de lado, aquilo que já designamos como a questão social, as desigualdades sociais, ou “a incerteza da providência”.

Naturalmente, então, na complementaridade das suas funções protectoras, o Estado Protector, transforma-se em Estado Providência, substituindo a “incerteza da providência”, ou mais correctamente da “Ordem da Caridade”, anterior ao Estado Moderno. Os Estado provêm à redistribuição da riqueza, à regulamentação das relações entre estratos e ou classes sociais, assumindo directamente a Assistência Social, através de programas de políticas, ditam de cariz social, ou *as Políticas Sociais*.

A extensão dos direitos aos direitos sociais, novos direitos a serem protegidos, são, em suma, a finalização de um quadro político encetado com a reforma do Estado ente o Renascimento e o Iluminismo, que conduziu à afirmação do Estado Nacional, em oposição às divisões regionais, ou aos Senhorios particulares, um Estado que age em nome de todos indivíduos, pretensamente por igual, iguais em direitos, e regulados por um contrato social, sob a forma de *direitos sociais*, exponenciados pelo Estado Providência, forma política- social de mediação político- ideológica, tudo impulsionado pela ordem do progresso económico- tecnológico e pelo desenvolvimento imparável da ciência, neutra, positiva, determinista.

O corpo político e o corpo social estão imbricados numa relação, onde o Estado - Providência é o eixo de regulação.

Em resumo, não podemos deixar de apor as proposições de Rosanvallon (Ibidem, p. 23), reveladora da íntima relação entre o Estado Moderno e o Estado Protector e de Providência:

1. O Estado Moderno define-se fundamentalmente como um Estado Protector.
2. O Estado- Providência é uma extensão e um aprofundamento do Estado Protector.
3. A passagem do Estado Protector ao Estado- Providência acompanha o movimento pelo qual a sociedade deixa de se pensar a partir do modelo do corpo para se conceber sob o modelo de mercado.
4. O Estado- Providência visa substituir a incerteza da providência religiosa pela certeza da providência estatal.
5. É a noção de probabilidade estatística que torna praticamente possível e teoricamente pensável a integração da ideia de Providência no Estado.

b) Crise do Estado- Providência/Crise da Modernidade

O supra mencionado, serve, para perceber a *crise do Estado- Providência*, não como um fenómeno de *per si*, mas num contexto global de mudança, interligado, conforme vimos afirmando desde o início do trabalho, com as transformações sociais, quer seja do ponto de vista das relações, quer das representações, quer dos objectos simbólicos que a mesma produz. Este processo que alguns chamam de pós-modernidade, outros de desmodernização, outros de sociedade pós- industrial.

A crise do Estado- Providência e portanto dos modelos de políticas- sociais idealizado por Beveridge, e infirmado no plano económico por Keynes¹⁴, deriva na exacta proporção em que faz parte de um processo de esgotamento do Estado Moderno, de que falaremos linhas mais à frente.

Seguindo as linhas indicadas por Rosanvallon (s/d : p. 13), e partindo do exemplo Francês, no que concerne à crise do Estado Providência, três serão os vectores decisivos em análise:

- a) Um certo “impasse “ de carácter financeiro.
- b) Baixa da eficácia económica e social.
- c) O “continuum” do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social é contrariado por mudanças sócio- culturais ocorridas a partir do fim dos anos sessenta do século XX.

Desenvolvamos, um pouco, estes vectores de modo a elucidar as características da Crise do Estado Providência.

Em primeiro lugar, o discutido (na opinião pública em geral e em particular na divisão entre esquerda direita nas áreas da Economia e das restantes Ciências Sociais)

¹⁴ O objectivo do economista Norte- Americano Keynes (cit. in Rosanvallon, op. Cit., s/d.), após o colapso da economia liberal dos anos 30 é a da elaboração de uma teoria do regresso ao pleno emprego, considerando que a teoria neoclássica do equilíbrio é incapaz de resolver os problemas de desemprego permanente, devendo ser alterada por um novo conceito de Estado, intervencionista no plano económico, de dinamizador do mercado e estabilizador social, inaugurando uma nova era de conciliação entre o progresso social e a eficácia económica, sedimentando uma economia de cariz social, ou um Estado Social, suportado pelo progresso económico. Esta “equação Keynesiana” iria servir de modelo económico à implantação do Estado-Providência, até ao fim dos anos 70, onde esta teoria parece já não funcionar, em

ritmo de aumento das despesas públicas inerentes à sustentabilidade das Políticas Sociais, consequência do crescimento do aumento dos mecanismos de redistribuição, inerentes por sua vez ao alargamento dos Direitos Sociais, e portanto às prestações sociais, aumento exponencial, simultâneo, da máquina administrativa, acaba por se produzir de modo mais rápido que o PIB nacional, ou mais concretamente que a própria produção do país, resultando no que é vulgar consignar-se como o “obrigatório crescimento dos impostos e quotizações sociais”(Idem).

Esta situação económica resulta, por um lado, das crises e transformações económico/productivas que desde os anos 70 do século XX, estão alterando a estrutura económica mundial, concomitantemente com mudanças radicais na estruturação das sociedades; por outro lado, a “homogeneização e padronização da oferta de bens e serviços às necessidades e pedidos da população”(Fanfani, Cit. in Branco, op. Cit, p.77), põem em causa o próprio princípio da equidade, pela excessiva burocratização dos serviços, uma espécie de “monstro” prestador de bens sociais, mas incapaz de discernir para além das regras incorporadas, de olhar para as mudanças e adaptar-se, nomeadamente face aos novos excluídos sociais, onde fica bem aquém das necessidades de respostas sociais¹⁵, caminhando para a “a baixa da eficácia social”.

Contudo, e apesar destes constrangimentos, reais e identificáveis, a realidade é que as alternativas aos constrangimentos financeiros, e a uma transformação do Estado Providência e da sua excessiva burocracia administrativa, propostas alternativas foram existindo e até tentadas de transformação e mudança, em alguns Estados do Ocidente Europeu.

O problema parece se localizar num plano mais fundo, sentido desde os fins dos anos 60, pelo aparecimento de uma nova relação, e uma nova atitude cultural do indivíduo face ao Estado:

- mais autonomia individual face á máquina burocrática;
- a rejeição do ser humano como número;

função das mudanças nas estruturas económicas, nos padrões produção e consumo, e na organização social.

¹⁵ Branco (Op. Cit. 1993: p. 77), referindo-se ao contexto da diminuição do carácter de resposta face às novas necessidades sociais, devido à burocratização, afirma: “... A pobreza, por exemplo, não pode ser definida simplesmente por um critério de rendimento”. A não actualização dos critérios e a sua infirmação geral e burocrática põe em causa a função redistributiva do próprio Estado Providência, no

- a ideia de que o Estado Providência faz parte de uma concepção trituradora das próprias solidariedades e comunidades, a globalização.

Em simultâneo esta nova «postura» individual, no que concerne à relação entre a “coisa pública” e a sociedade civil, foi acompanhada pela queda das ideologias, ou metanarrativas, que suportavam o “corpus teórico-político” do Estado- Providência, como a concepção de igualdade enquanto finalidade do próprio Estado, ou finalidade própria das sociedades, mesmo nas sociais- democracias Europeias.

O Estado, pensado não como capaz de resolver os problemas fundamentais do cidadão, mas o Estado como o próprio problema, o Estado Moderno.

O cerne do problema do Estado- Providência, não é ele próprio, de per si, mas um problema global, do social, cultural e político- ideológico, ou seja é questionado o modelo de desenvolvimento da modernidade, que desde as luzes progredira, independentemente das diferenças ideológicas, guerras mundiais, e dos interesses geo-estratégicos diversos.

Impulsionado em força, a partir do Movimento Trabalhista e Operário, o Estado- Providência pretendeu cumprir os ideais de progresso humano, herdados do positivismo de Comte, e da sociedade sem classes de Karl Marx, «a libertação da necessidade», e, por consequência, cumprir o Estado Moderno, libertar o Homem da(s) necessidade(s), produzir o bem comum e a felicidade individual em simultâneo.

As alterações no seio da organização social, de classe, grupo, e estatuto, nas relações entre a produção e o consumo, e a alteração posicional de cada um destes elementos na importância económica- financeira, e na ocupação dos lugares chave das economias, fizeram caducar as representações do “futuro”, enquanto realização do movimento industrial conducente ao desenvolvimento humano e á plenitude, pelo progresso cumulativo, concretização da utopia da modernidade.

O Estado- Providência libertou os indivíduos do poder da tradição religiosa e comunitária localizada. Contudo a sua crise, bem como dos seus referenciais, num tempo de profundas mudanças político-sociais, tornou vulneráveis os cidadãos, a quem pretendia assegurar segurança, à avalanche tecnológica-consumista.informacional, globalizante e alienante, que completou de modo arrasador o «trabalho» de

cerne a sua capacidade de continuar a cumprir o papel para o qual foi criado: garantir a segurança do cidadão em todas nas diversas formas de existência em sociedade.

desenraizamento e perda de identidades, abatendo sobre o Estado Moderno a insegurança, a depressão, a incerteza, a desintegração social, as novas exclusões sociais, a infuncionalidade deste próprio Estado, perdido numa miríade de indivíduos, em busca de identidades perdidas no início deste processo, em suma a *Desmodernização*, nas palavras de Alain Touraine (1998).

5.1.3- Novos Movimentos Sociais/ Socialização Diferencial e Identidades juvenis/Reinvenção da Solidariedade

a) Os Novos Movimentos Sociais Num Contexto de Desmodernização

A crise dos Movimentos Sociais dominantes na modernidade, nomeadamente o Movimento Operário, com as suas íntimas conexões ideológico/políticas(movimento internacional comunista/socialista); bem como das respostas políticas dos Estados Ocidentais, como o Estado Providência, ou o Estado Social, não podem ser representados, no campo da investigação social, como epifenómenos, ou fenómenos de per si, mas como já referenciamos em pontos anteriores, derivam de um fenómeno com características mais vastas, de transformação radical das sociedades (sua organização, relações sociais, formas culturais, valores, fundamento das relações, mercado e trocas, ciência e tecnologia, cultura humanista, etc), que colocou o Estado Moderno e o próprio conceito de modernidade em causa, em crise profunda, abalando as suas instituições, as interacções sociais, as mediações político-ideológicas

“(...) a sociedade mostra-se doravante menos legível, mas difícil de descodificar(...) daí uma certa perplexidade do sociólogo habituado a contar e a classificar para descodificar o social e tornar legível o movimento das coisas”(Fitoussi et all, 1999).

Apoiando-nos na conceptualização de desmodernização de Alain Touraine (1998), mencionado termo no ponto anterior, poderemos tentar descodificar a trama

social em que nos movemos, com o objectivo de entendermos a existência e a natureza dos novos Movimentos Sociais.

- A Desmodernização. As Duas Culturas. O Sujeito Dilacerado.

O início da “queda”, ou princípio do fim da modernidade, acontece em simultâneo com que, aparentemente parecia ser o seu reforço, no último quartel do século XIX, no auge das lutas sociais da sociedade industrial:

O pessimismo cultural que dominou o final do século XIX, em Paris e em Londres, como em Viena e em Berlim, exprimiu a ruína desta modernidade e do equilíbrio que ela tinha mantido entre a vida política e privada (Ibidem, p.42).

A economia começa a escapar-se conscientemente às legislações regulamentadoras do Estado.

A passagem do Estado Protector para Estado Providência, consequência lógica do reforço dos direitos, do indivíduo enquanto cidadão e o alargamento do conceito protectivo da actividade estadual, reforçando as mediações institucionais, não evita que o mercado se organize de modo diferencial dos outros modos da vida social e cultural, cavando, concomitantemente, um fosso de ordem simbólica, mas influenciando de forma cada vez mais decisiva os outros modos na ordem estrutural.

Atentemos, o Estado Moderno estava baseado na organização racional da sociedade:

Uma comunidade de cidadãos livres governados pela razão(oposta à paixão), dirimidos os conflitos pelo direito(oposto ao caos e à exploração), gerida pela política(através do Estado Democrático) e suportada pelo progresso da dupla – Ciência e Tecnologia- como oposição à ignorância e regressão às formas primevas das vivências dos seres humanos.

A supra referida autonomia crescente das forças económicas alteraram, com força a partir da Segunda metade do século XX, estes equilíbrios da Modernidade:

1º - Porque põe em causa o Estado enquanto instância reguladora, equilibradora e securizante.

2º - Porque põe em causa, também, a ideia de Estado, como centro das relações sociais, da unidade das mesmas, colocando em causa a sua capacidade de mediação entre os interesses da colectividade nacional e os interesses individuais.

3º Porque destrói o mito do Estado como correspondência de uma ideia política, ou melhor, o que se “convencionou chamar como “metanarrativas da modernidade”, que no imaginário dos cidadãos permitia manter intacto o núcleo identitário. O progresso económico estava unido aos objectos simbólicos mais vastos da cultura pelos vínculos das mediações político-ideológicas (proletariado, socialismo, social-democracia, liberdade e igualdade, fraternidade, livre-mercado e liberalismo, fazem parte do léxico dessas metanarrativas).

A destruição de todas estas forças mediadoras dentro do tecido social, pela força avassaladora dos mercados globais, abre um fosso (simultaneamente individual e social), entre o mundo das trocas e do mercado (consumo) e o mundo da cultura e das identidades, dissociando os elos sociais, e no seio do sujeito, então actor social, estes “dois universos”, estas “duas culturas”.

O sujeito, na concepção de Alain Touraine (1998: p.45), situa-se, não mais dentro de um sistema social, mas num “campo de acção de mercado”, onde só poderá ser perspectivado (e se perspectivar) em função das possibilidades de estabelecer algum controlo sobre a mudança, simultaneamente em crise identitária, causada pela dissociação, no seu interior, das “duas culturas”, supra referidas.

Crise tanto mais complexa, quanto, as instâncias clássicas de socialização, também, elas se encontram em mudança e crise, incapazes de mediar os conflitos sociais e identitários, e de corresponderem às expectativas ainda resistentes, da modernidade.

O cidadão, ou o exercício efectivo da cidadania e participação social já não se definem mais pela família, pelo trabalho, pela escolaridade, mas oscila entre a rede complexa do mercado e das tecnologias de informação (onde paradoxalmente necessita continuamente de “inputs” de formação) e a trama das tradições comunitárias, numa amálgama complexa, porque não correspondente ao “real social”, de comunidades de pertença, etnização, racismo, fundamentalismo religioso, género e costumes.

È o próprio drama em acção do Sujeito, em busca da identidade, numa sociedade de “múltiplas identidades”, e de fragilidades no campo garantístico das mediações e instituições de um Estado de Direito Democrático, incapaz de unir os fragmentos da modernidade, também ele dilacerado entre: “o mercado” e o seu mundo imponente das trocas, das tecnologias e da globalização mundial- e o regresso ao fechamento comunitário, tradicional, exclusor e pulsional.

Como refere Touraine (Idem, p. 85), “ (...) é a procura, pelo próprio indivíduo das condições que lhe permitem ser o actor da sua história...desejo do indivíduo de ser um actor.”, está em luta o Sujeito, em movimento, é ele próprio o cerne do “Movimento”, tentando resistir em sofrimento, que se interioriza ou exterioriza sobre diversas formas: depressão; pauperização material e espiritual; agressividade; violência gratuita; revolta organizada e não organizada; marginalidade; angústia, etc.

- Crise dos Movimentos Sociais da Modernidade. O Sujeito e o Conflito Central. Os Novos Movimentos Sociais.

A identificação dos Movimentos Sociais está intimamente conectada com a ideia de um “Conflito Central” no seio das sociedades, por exemplo: Nação/Príncipe; Terceiro Estado/Nobreza e Alto Clero; Operários/Capitalistas.

Ora, como se pôde compreender do descrito no ponto anterior, a decomposição das mediações sociais, das estruturas ideológicas, das metanarrativas e dos partidos políticos e sindicatos e outras instituições que as materializavam, tornaram obsoletos os Movimentos Sociais, ou melhor a conceptualização que a modernidade atribuiu aos mesmos, escalpelizados, aliás, por Alain Touraine, dificultando a visibilidade, a orientação e o peso das mudanças sociais e quem as orienta, quais os movimentos que se defrontam, melhor ainda, qual é o hoje o conflito central uma vez que aparentemente desapareceram as classes, ou grupos sociais, que encarnaram projectos, utopias, políticas, alternativas, status, governo, ideologias, etc. No entanto, e repescando o problema crucial do sujeito, exposto no ponto anterior, dilacerado, emparedado, “entregue a si próprio” ao seus fantasmas da herança social, imerso num duplo processo

de “individuação e individualismo”¹⁶ que desacredita das instituições e da política¹⁷, sem porta-voz das suas ansiedades e vivências, centro de uma esfera social, “sem sociedade”, no sentido que a modernidade lhe dava, enquanto factor simultâneo de inserção, produção, consenso, “um Sujeito em busca de ser actor”, e portanto plenamente Sujeito, como diz Touraine(1998: 127), “(...)seremos Sujeitos ou ficaremos dilacerados, como tende a sê-lo o conjunto da vida social...”; o conflito central é esse mesmo, sem mediadores ou representantes político-ideológicos, “(...)o conflito que conduz um Sujeito em luta, por um lado, contra o triunfo dos mercados e das técnicas e, por outro, contra poderes comunitários autoritários.”(Idem: 128).

Este é o conflito central, que emerge nas sociedades contemporâneas, sendo condição “sinequanon”, da identificação dos *Novos Movimentos Sociais*, o do sujeito que procura reconstruir as suas possibilidades de acção no jogo social, e de unificação experiencial, perante o espelho poliédrico, composto por informações vertidas ao segundo, quotidianos e vivências destituídas de organizadores.

O conceito, ora apresentado, configurado por Touraine, diferencia-se profusamente daqueles que persistem em encontrar no nosso mundo actual, uma identificação entre classes sociais, consciência política e nacional, e consciência ideológica, no entanto é por nós assumido na coerência anunciada desde o início do

¹⁶Fitoussi e Rosanvallon (Cfr, Op. Cit.1997), distiguem o individualismo positivo e negativo, no que concerne ao individualismo moderno(ao primeiro nós identificamos individuação e ao segundo individualismo). O individualismo moderno encerra em si, na perspectiva destes autores, uma dicotomia, ou ambivalência, por um lado, “(...) aumenta a autonomia dos sujeitos portadores de direito, e um factor de insegurança, que põe cada um a gerir o seu futuro, obrigado a dar à sua vida um sentido que já nada exterior ao próprio indivíduo organiza.”(idem). Ora durante muito tempo foi a faceta positiva, a individuação, relacionada com a primeira parte da afirmação- autonomia e liberdade- que foi valorizada, no entanto a partir dos anos 90, com ênfase nos dias de hoje é a Segunda parte da “moeda”, que ganha força, o individualismo, nas representações sociais- vulnerabilidade individual, «desfiliação», incerteza nas relações, o peso da liberdade, o medo da autonomia face ao vazio social, a indeterminação da vida a que inicialmente a individuação parecia tornar radiosa, tornou-se obsessão de perdição nela: o sofrimento individual indica que suplanta a conquista da individuação- os valores da individuação são postos em causa pelas ausência de valores do individualismo.

¹⁷ Em Alain Touraine(Op. Cit., 1998), o processo de desmodernização assenta, em outros três «des», a saber, desinstitucionalização e a dessocialização: - Enfraquecimento das normas codificadas; desaparecimento dos juízos de normalidade, fundamentados pelos mecanismos da lei e das Instituições Sociais; decompondo-se os modelos e as referências, nomeadamente, aquelas que são os organizadores dos papéis sociais, parentais, das funções de integração e adaptação, em suma um processo descredibilização das Instituições e das entidades de socialização.

A despolitização faz parte do “léxico” compreensivo do fenómeno da desmodernização, pela descrença generalizada nas organizações políticas e sindicais, antes referências orientadoras de classes e grupos sociais, hoje incapazes de corresponderem às necessidades de cidadania interventiva, não se revendo os sujeitos nas propostas de “acção militante” destas organizações. A “sociedade política” organizada, com a sua lógica aparelhística e ideológica moderna e burocrática, já não corresponde e não consegue fazer brotar “novos movimentos populares”, em nome de utopias já gastas de tão mal usadas. A crise política, é uma crise real de confiança e representatividade que pode por em causa os próprios regimes democráticos.

projecto de investigação, como procura de respostas alternativas, no campo da investigação social, às limitações impostas pelo paradigma moderno, permitindo uma abordagem compreensiva à complexidade/globalidade do real.

Os *Movimentos Sociais* foram, até aos anos 60 uma forma de reconstrução radical da sociedade (Touraine, Idem: 132), que feneceram, por um lado devido à separação entre os que exerciam o poder e os que pretensamente representavam, degradando a ideia unitária do Movimento, entre o colectivo e o individual, sujeito e acção, por outro lado, devido à pulverização das classes sociais da época industrial, classes ditas em confronto, multiplicando-se os conflitos, dificultando a identificação dos actores e dos Movimentos em causa.

O princípio que lhes estava inerente do Sujeito enquanto integrador do Movimento, e a ele adaptando-se por identificação, inverteu-se com o conceito de Touraine, do Sujeito enquanto cerne e eixo de um conflito central e portanto o centro dos actuais Movimentos, que se possam definir como *Movimentos Sociais*. São os Movimentos que estão ao serviço do Sujeito e não o inverso.

É uma viragem histórica na análise social, esta proposta, que as Instituições da Modernidade tem dificuldade em perceber, confusas com o facto de os cidadãos (pelo menos do “Ocidente e da América Latina”, embora de modos diferentes) que pretensamente servem, já não acreditarem na transcendência política e ou religiosa e ou ideológica, e portanto retirando o suporte ontológico a essas Instituições do “WelfareState”, das tradicionais organizações políticas, empresariais, sindicais, corporativas, das escolas, das universidades, dos tribunais, das organizações públicas para a saúde e a habitação social, entre muitas outras.

Se o conflito central das nossas sociedades é o do Sujeito em libertação, na busca de dignidade e reconhecimento, um sujeito de direito em torno dos direitos, os Movimentos que iremos tentar perceber, em princípio, são aqueles surgindo para e na defesa do Sujeito- dos diversos Sujeitos em situação- compostos pelos próprios, autónomos, mas solidários. E se aqui reside a sua fraqueza: - fracos elos sócio-ideológicos; fragmentados; muitas vezes movendo-se na não consciência de outros Sujeitos que comungam dessas ânsias; no não reconhecimento e como consequência parca representatividade. Por outro lado, também, a sua força se movimenta por aqui, no carácter espontâneo, na indefinição dos processos de acção, no seu carácter

simultaneamente local e global, capazes de porem ao seu serviço o jogo das grandes tecnologias de informação, a partir de pontos isolados do globo. São os Movimentos pós- modernos, pós- industriais, que como uma peneira aclaram as turvas águas deixadas pelas utopias da modernidade, feitos de retalhos da mesma, mas crescendo para um contexto que os vai superar.

Que Movimentos são, hoje, esses, assim definidos, cujo centro é o Sujeito?¹⁸

Observando, aquilo que parece ser o centro comum do que poderemos chamar “Novos Movimentos Sociais”¹⁹, mais ou menos explícitos, mais ou menos correcta a designação como tal, é, por um lado, o carácter *subjectivo*, porque se distancia de objectivos sócio-políticos de acção colectiva, mas, por outro lado, afirmam uma forma *pragmática* de existir porque buscam a unidade entre os meios e os fins, i. é., a passagem dos princípios(mundo da modernidade) para o universo do quotidiano dos sujeitos, na aplicação dos direitos, da cidadania efectiva, na sua situação existencial concreta, com a sua herança cultural, histórica, a sua personalidade.

“Os Novos Movimentos Sociais”, não pretendem libertar o Sujeito, num movimento de revolução/acção colectiva de uma qualquer opressão, mas objectivamente “aumentar a capacidade de acção e livre escolha”(Touraine, 1998: 143). Podem surgir exactamente onde o conflito entre as forças centrífugas do mercado e da economia global se chocam com as culturas e as identidades, “nos diversos quotidianos”:

- Nos alunos que, por vezes de forma inconsciente, resistem às formas plastificadas de transmissão dos saberes, e de organização da escola;
- No perigo da utilização de técnicas médicas e hospitalares que não respeitam e atentam contra dignidade e liberdade do Sujeito;
- O mesmo se pode aplicar á justiça;

¹⁸ Clarificando o conceito de Sujeito, e seguindo as perspectivas orientadoras de Touraine, ele é aqui entendido no quadro de uma perspectiva dinâmica, não no sentido «psicológico do Ego», ou como expressão de uma transcendência histórica colectiva, ou religiosa, mas como princípio onde se ordenam as relações consigo e com os outros- um paradoxal princípio não social que determina as relações sociais-“(…) uma imagem do Sujeito como experiência constante de diversidade das experiências vividas e como simples procura daquilo que Gabriele Turnaturi chama a consciência, afirmação de uma unidade de uma amálgama em constante mutação e, sobretudo recusa de mutilação de uma parte de si.”(Touraine, 1998: 98).

¹⁹ Alain Touraine(op. Cit., 1998), define-os como Movimentos Societais, para evitar confusões, ao atribuir-se a denominação de Movimentos Sociais a qualquer movimento de que seja apenas um grupo de interesses, ou instrumento de pressão política. Pela nossa parte e como forma de facilitar a leitura e após a sua conceptualização, conforme Touraine define, denominaremos apenas de Movimentos Sociais, como forma de evitar confusões semânticas ou de interpretação ao longo do texto.

- Nos efeitos da abertura dos mercados sobre as garantias de protecção social, mobilizando a reacção do(s) Sujeito(s), ultrapassando muitas vezes o comprometimento das estruturas tradicionais de defesa, como os Sindicatos e os Partidos;

- Nos desastres ecológicos, que põem em causa, em simultâneo, o Sujeito, enquanto indivíduo e a sua qualidade de vida, e a comunidade e a degradação das condições de vivência, e próprio planeta na sua própria existência.

Mas tudo isto acontece em pontos do globo diversos e em momentos diferentes, com estruturas sociais, culturais e históricas totalmente diferentes, muitas vezes não comunicantes. Por exemplo, vários são os movimentos que partilham esta configuração:

- As O.N.G(s)., enquanto Movimentos da sociedade civil que actuam de forma global, em vários pontos do globo, tentando minimizar os efeitos da globalização, quer ao nível da exclusão, da fome, do desarmamento, dos deslocados, das epidemias, dos desastres naturais;

- Os Movimentos Ecológicos;
- De “defesa das Minorias”;
- Os Movimentos Feministas;
- De “defesa do Consumidor”;
- Dos Direitos das Crianças; entre outros.

São Movimentos que mobilizam categorias não sociais(no sentido que a Modernidade lhes atribuíra: de classe, de grupo social), mas Sujeitos envolvidos histórica e culturalmente. Aliás, são Movimentos cuja componente de identificação cultural representa o mais forte vínculo, englobando matrizes sociais.

Algumas das características destes Novos Movimentos Sociais são, portanto, o apelo a uma liberdade e identidade do sujeito face a um mundo dissociado, a sua fragmentação consoante os interesses em jogo, e os conflitos concretos do quotidiano entre os princípios civilizacionais e os meios incapazes de os cumprirem, em simultâneo com a já referida despolitização, desinstitucionalização dos mesmos.

O “Maio de 68”, pode ser considerado como o primeiro Novo Movimento Social da pós- modernidade, enquanto Movimento Cultural, pela afirmação do Sujeito como cerne da acção colectiva, i. é., esta ao serviço do Sujeito, da sua existência livre

independente do social, criativa, imaginativa, face à burocracia e cinzentismo dos Estados Modernos.

Um “grito cultural” que abalou a sociedade ocidental, em toda a sua estrutura, e pôs na primeira linha a necessidade de harmonizar a afirmação do Direitos Humanos nas diversas instâncias mundiais e a sua concreta aplicação no mundo dos quotidianos dos diversos sujeitos.

A *subjectividade* característica destes Novos Movimentos Sociais, torna, no entanto, difícil quer a identificação dos “interessados” neste processo, a própria visibilidade global e mesmo a própria formação, pela difícil identificação e consciencialização de um adversário social concreto, que por vezes é confundido, como veremos mais adiante, com o Sujeito outro, diferente em razão de raça(xenofobia e racismo), religião, diferença e ou marginalidade social; isto nas sociedades ocidentais de direito e democráticas; mas que em sociedades não democráticas, oligárquicas, ou dominadas por um poder total, por exemplo religioso, de que são exemplo as sociedades islâmicas, se assiste à demonização dos Estados Unidos da América, símbolo do mercado, não compreendendo, como a sociedade mundial se transformou mais além e não comportará regressos a maniqueísmos, de qualquer tipo, sob pena de inviabilização da vida no planeta.

O mundo das racionalidades, da liberalização dos mercados, da economia e das tecnologias informáticas, aparentemente parecem abolir as diferenças culturais e os conflitos sociais, no entanto, é exactamente, pela sua neutralidade, “branca”, que baralha e confunde os cidadãos, “perdidos das identidades perdidas”, pois ao invés os conflitos reaparecem fruto das novas diferenciações sócio- culturais, irrompem brutais em pontos diversos do globo, como «irrupções de um fogo que arde no interior das sociedades», a propósito, do que já vimos atrás, da reivindicação de liberdade de escolha e de acção do Sujeito, limitado ao consumo do mercado e da informação pré-programada, num apelo à *pragmática* dos meios e dos fins, dos direitos de cidadania e sua afirmação plena neste quotidiano.

Ora, estes Novos Movimentos Sociais, com matizes históricos-culturais, mais implícitos, do que sociais, no sentido Moderno do termo, fragmentários, de difícil formação e consciencialização dos sujeitos quanto ao objecto e significante de uma colectiva a si dirigida, tendem a unir-se- fruto, da utilização dos meios da sociedade

global, tecnológica informatizada, ou seja utilizando os meios técnicos que o «adversário social», as forças económicas, do mercado, vão produzindo sistematicamente- em torno de uma certa utopia pós-moderna- de concretização e dos direitos de cidadania dos Sujeitos; contra esse adversário social vulgarmente percebido como a “Globalização Económica”.

Vemos, então, na última década, à transformação dos Movimentos, de matriz fundamentalmente cultural, em Movimentos de cariz histórico- social, sendo este social, não um projecto alternativo de sociedade, mas formas diversas de resistência à dilaceração do Sujeito, às vezes pouco consciente, mas que se denominam de “Movimentos Anti- Globalização, ou em favor de uma “Globalização alternativa”(social, humana, solidária, democrática, de respeito pelas cidadanias humana, animais, planetárias, em suma).

A fraqueza dos elos sociais, da consciencialização, face a este novo conflito, desvia alguns dos Movimentos, que integram o vasto Movimento contra a Globalização, para Anti- Movimentos sociais.

Partindo das identidades, e da sua defesa(individuais, culturais, religiosas e nacionais), rapidamente transferem a genuína força de resistência dos Sujeitos, para formas desviantes de afirmação não da livre escolha e exercício da cidadania, mas para um campo situado entre o político e o comunitário, às vezes fundidos, de renascimento de integrismos, de racismos, de xenofobias, do aumento das votações nas eleições dos países ocidentais em partidos políticos com projectos neo- fascistas, reducionistas no plano da livre- escolha, aproveitando o sofrimento existencial dos Sujeitos, vivendo em metrópoles- selvas urbanas, descrentes das capacidades reguladoras e securizantes dos Estados, pauperizadas, degradadas no plano dos valores, dissociadas dos dois universos- da economia e das identidades-, em sofrimento.

Um sofrimento “(...) tanto mais vivo, quanto mais a pobreza, a insegurança e a rejeição social tornam difícil a comunicação entre estes dois universos.”(Touraine, 1998: 83).

Vulnerabilizando mais os Sujeitos, que se encontram em contextos sociais de exclusão, com menores capacidades instrumentais e culturais para o exercício de uma cidadania efectiva, com menores capacidades de consciencialização do conflito em que estão mergulhados em conjunto com os demais Sujeitos, aumento o fosso de

dissociação entre as identidades e os mercados, o mundo global do consumo que os rodeia, promovendo a socialização diferencial e a marginalidade social.

b) Os Novos Movimentos Sociais em Contextos Sociais de Exclusão

- Identidades Juvenis/Socialização Diferencial/Marginalidade Social e Movimentos Marginais

O problema fundamental colocado, perante a difícil formação de novos movimentos sociais num contexto de desmodernização, portanto de mudança e de decomposição da estrutura sócio- institucional e política da modernidade, centra-se na construção das Identidades, das Identidades Sociais, antes concretizadas por “aparelhos de socialização”, identificáveis e integrados no sistema de produção de uma organização social orientada para a produção, para o exercício de uma função num quadro regulado do Estado- Nação.

Ora:

Numa sociedade em rápida transformação, como a nossa, em que a herança social perde cada vez mais rapidamente a sua importância, numa sociedade mais definida pelo seu futuro do que pelo seu passado, mais pela mudança, do que pelas suas regras, a identidade social perde o seu conteúdo (Touraine, 1982:158).

O mal estar identitário é patente, vulnerabilizando os indivíduos, principalmente aqueles, como referimos no ponto anterior, situados em contextos de exclusão, nas periferias dos centros urbanos, onde emergem todas as novas espécies de marginalidade, com ênfase para os jovens, que pelas sua “natureza etária”, se encontram em busca de referências nos espaços tradicionais de socialização, como a família, a escola, o trabalho, as Instituições Sociais, no entanto elas próprias, vivendo uma crise de identidade, em mudança, não sendo capazes de radicar respostas que “prendam” os jovens a valores alternativos, de os mobilizarem em torno de projectos de vida de cidadania, nomeadamente em torno de Movimentos homogéneos, como espaços de socialização, identificação, consciencialização e acção para escolha e liberdade em torno da afirmação do sujeito, tornando-o actor no seio de valores não sociais, não

solidários e excludores como os vinculados pela globalização mercantilista e consumista.

Ora, a Identidade Social, funciona como um processo de interiorização de valores e consciencialização de papéis sociais, intimamente ligados a uma proposição ideológica dominante na sociedade, que se exprime nos quadros socializadores, garantindo a pertença a um colectivo de partilha identitária, e de percepção de um normativo social, que, conforme referimos, na Modernidade foi encarnado pela família, escola, trabalho, e Instituições do Estado de Bem- Estar Social. À esquerda e à direita, a diferenciação identitária efectuava-se pelo estatuto social, pela classe social (numa proposição mais querida dos teóricos da Sociologia Moderna), ao longo de um processo de socialização assumido pelas instâncias referidas.

Se a juventude é, como afirmamos anteriormente, em si mesmo, um processo de busca identitária, e esta não lhes é fornecida pelas vias tradicionais, mais confusos ficam os jovens perante o próprio duplice comportamento da sociedade perante estes:

- por um lado, obrigam-nos cedo, como consequência da dessocialização (de igual modo a todos os outros Sujeitos) a “ter que dar sentido” pessoal às suas vidas, a definir uma identidade social, á falta de um sentido social, partilhado por um todo global, não necessariamente nacional, mas necessariamente identificado com o seu estrato social;

- no entanto, o prolongamento da adolescência, pelo alargamento da escolaridade e pela inserção tardia no mundo profissional, conseqüentemente prolongando a indefinição de projectos de vida familiares, profissionais e de participação social, denegam, no seu conjunto, a possibilidade de construção e afirmação de identidades, construídas na exacta proporção em que é permitido aos jovens por essas vias o engajamento na vida social, no exercício da cidadania, nas possibilidades de livre escolha.

À excepção de alguns jovens provenientes de elites sociais e ou culturais, possuindo acesso privilegiado à actualização de bens culturais, educacionais, tecnológicos, informacionais, e onde são preparados para o exercício de papéis com responsabilidade social ou para a uma autonomia de escolhas culturais e valorativas, a formação da maioria dos jovens, a sua socialização é fragmentária, partida, sem horizontes referenciais, assumindo um papel relevante neste processo de socialização os grupos primários que situam algures entre, a família- mais das vezes fragmentada,

caótica na sua organização- e os grupos de adolescentes e jovens que partilham espaços escolares e residenciais próximos.

Em contextos de exclusão urbana, rapidamente estes jovens reproduzem os “habitus” das estruturas onde se inserem, nomeadamente a parca valorização que os familiares atribuem à escola resulta num abandono precoce do sistema escolar, concomitante com a desvalorização de qualquer forma de conhecimentos, mesmo aqueles que seriam vendáveis como os validados pelos novos mercados de base tecnológica e informática, não se projectando, os jovens destes contextos, num futuro, seja ele próximo ou distante, vivendo um quotidiano ao sabor do caos das necessidades pessoais e grupais de afirmação, inserção, e identificação, longe de qualquer ideal de intervenção cívica e ou social.

O mundo em que se situam confronta-se quotidianamente, culturalmente, com o mundo do Mercado que envolve a “centralidade da vida urbana”, repelindo-se mutuamente, e acentuando as características de exclusão e marginalidade destes jovens, residindo em contextos sociais de exclusão, gerando, em simultâneo, uma visão de culpabilização mútua, com os outros Sujeitos, não residentes nessas zonas urbanas e sofrendo o mesmo problema e sofrimento de dissociação do Sujeito, culpabilizando os primeiros pelas formas de insegurança, de medo, de quase guerrilha urbana com que vivenciam o quotidiano numa grande cidade e estes sendo culpabilizados pelos jovens pelas condições de estigmatização e marginalidade social em que situam.

Esta juventude, condicionada, é empurrada para uma “nova centralidade”, a partir das margens, uma centralidade marginal, na aquisição de uma consciência de perda constante de contacto com a esfera da cidadania, são “não cidadãos”(Dahrendorf, 1996: 31), vivenciando a rejeição do mercado do trabalho dominante, porque não possuem «habilidades vendáveis», o Sujeito tende a desagregar-se em relação ao centro das relações sociais, que giram em torno do “Mercado e do Consumo”, encontrando nas experiências grupais de actos anti-sociais, delinquentes até, uma chance de “virilização”, ou de afirmação de uma identidade, face a um mundo incapaz de lhe oferecer os instrumentos para tal, pela via da socialização diferencial, pela via negativa, pelo não valor, pela violência gratuita, nas palavras de Fitoussi(1997),

“Incivilidades”,²⁰ como resposta agressiva a um mundo incompreensível, percebido como caótico, que (n)os agride na recusa de uma identidade social, na recusa da plena inserção social.

A Identidade destes jovens constrói-se, pois, contra as outras identidades, através de actos de vandalismo, pequenos furtos em bens de consumo valorizados pelo conglomerado média/mercado/sociedade, montras partidas, desordens nocturnas, violações de espaços privados, destruição de bens públicos.

Como nos refere Fitoussi (Idem: 31), “esta delinquência é naturalmente coerente com o conjunto da paisagem social(...)alimenta-se da crise do indivíduo e fere «onde dói»”, i.é., na incapacidade de compreender o alcance da dilaceração em que os Sujeitos na generalidade vivem, fruto da dissociação entre as duas culturas, do Mercado e das Culturas e Identidades Sociais, direccionam o conflito que emerge dentro de si contra o «Outro».

O «Outro», que pode ser simplesmente um residente numa outra zona urbana, conotada com outras características sociológicas, como o «Outro» étnica ou racialmente diferente, gerando fenómenos de resposta social e de alarmismo mediático, bem conhecidos como a estigmatização da exclusão e dos apoios sociais aos excluídos (ex: Rendimento Mínimo Garantido), ou em situações mais extremadas de acções xenófobas e ou racistas.

Esta situação, vem resultando num aumento da delinquência juvenil, ou de actos considerados delinquentes, e das detenções de jovens nos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (bem como em Portugal²¹), com ênfase para as idades entre os 12-17 anos. Significativo, também, é a própria tipologia dos comportamentos delinquentes destes jovens se situarem principalmente nos crimes contra a propriedade (furtos roubos), no vandalismo, violência e agressões físicas e verbais, atentados contra a ordem pública. Outra característica interessante é a imprevisibilidade destes actos,

²⁰ Fitoussi descreve-nos “incivilidades como, “as novas formas de delinquência que atravessam as nossas sociedades”, traduzindo de modo próprio, o fenómeno mais global da desmodernização, dessocialização, desligação social.

²¹ Num estudo realizado por João Pedroso e Graça Fonseca (Op. Cit., 1999), analisando a judicialização da criminalização juvenil entre 1942 e 1996, regista-se, para além de um aumento (embora descontínuo) da criminalidade juvenil, que do total desta, em 1996, 79,9% da criminalidade provinha dos crimes contra a propriedade, que se concentram nas áreas urbanas de Lisboa e Porto, o que se identifica com o que vinha acontecendo na generalidade dos países da União Europeia, Estados Unidos da América e Canadá,

correspondente exacta à não estabilidade da vida pública, a instável acção anti-social e delinquente manifesta, a seu modo, aquilo que percebe como caos social.

Assume, neste ponto, especial relevância, a correlação entre o aumento exponencial do consumo de drogas e a toxicodependência. Ou seja, nestes contextos de exclusão, os processos de socialização diferencial, vinculados a uma delinquência de iniciação, surgem associados, também, ao consumo de drogas (Negreiros, 2001: 114), como parte de um processo de reconstrução identitária pela via negativa, ou como refere Fitoussi (Ibidem: 31), “ a droga atinge todos aqueles que careçam desses materiais culturais simbólicos que permitem criar uma identidade, alimentar uma interioridade.”.

Como referimos, este processo de iniciação juvenil remete para uma forma de socialização diferencial, i.é, uma socialização primária, conduzida predominantemente por agentes familiares- mais das vezes em situação de precaridade existencial (pauperização, degradação de valores, desinserção, baixa auto-estima), incapazes de vincularem regras e normas valorizadas pelas estruturas de integração social, principalmente as estruturas da Nova Economia- e pelos agentes grupais, pares etários que através comportamentos, atitudes e actos anti-sociais, e muitas vezes delinquentes (mesmo que funcione apenas como iniciação grupal) agregam os jovens a um processo de aquisição de atitudes e habilidades valorizadas apenas nesse meio grupal juvenil (como o consumo de drogas, a agressividade, o pequeno furto, o vandalismo, a rebeldia, a desvalorização da família, da escola e do trabalho) representativos de um:

ódio em relação à sociedade, por verem frustradas as suas expectativas educacionais e o acesso à promoção social é bem patente na destruição violenta que expressam em relação a lojas, habitações, supermercados, equipamentos colectivos e automóveis que simbolizam o «bem estar» da vida quotidiana urbana... (Ferreira, 1993: 88)

mas condenadas no plano social pelas estruturas e Instituições herdadas da Modernidade, que, ainda, que incapazes de lidarem com o novo fenómeno, o rotulam e classificam, potenciando o agrupamento destes jovens em torno de sub- culturas juvenis

reflexo de um novo tipo de comportamentos juvenis anti-sociais e delinquentes, supra referenciados, em íntima conexão com a “cultura consumista dominante”, e o problema do tráfico de estupefacientes.

marginais, resistindo no interior urbano, nos contextos sócio- residenciais de exclusão social.

Sub- culturas com base na associação mais ou menos livre de jovens, destes contextos urbanos, em grupos, bandos, vivenciando problemas comuns, que apreendem na rua, o local central do seu crescimento e vivências quotidianas, procurando identificações através da partilha, da “colectivização do sofrimento”, de cultos, simbologias e rituais próprios de iniciação grupais.

De formação, muitas vezes, espontânea, os bandos, podemos defini-los de acordo com Jacques Selosse(Cit. in Antunes, 1995: 14), como:

...Conjunto de pessoas ligadas por comportamentos comuns, tendo uma certa consciência de pertença, experimentando um conjunto de sentimentos e exprimindo-se através de um sistema de valores próprio.

No cerne, estes jovens associam-se em busca de afeição, identidade, sentimento de pertença, reconhecimento e solidariedade.

Todos estes elementos se conquistam, pela partilha de territórios urbanos comuns, pela utilização de símbolos que diferenciam os diversos bandos, como roupagens próprias, tatuagens, brincos, objectos de culto específicos, afirmação de líderes históricos antitéticos.

Por exemplo, os “blacks”(assumindo o carácter diferente da cor da pele), os “skins”(afirmação como contraponto de uma afirmação rática de um “poder branco”), os “rappers”(como forma organizada de contra- cultura e contra- poder, face a uma sociedade sem saídas para estes jovens) os metálicos(também forma de afirmação musical de uma forma de estar), são exemplos de grupos de jovens que procuram pedaços de notoriedade, identidade e afirmação pelas formas diferenciais de partilha, de desafio social, obrigando os seus elementos a se definirem, “ab contrário”, dos outros grupos, cujo processo de iniciação passa mesmo por vezes pela luta física entre grupos diferentes.

As características anti-sociais e de delinquência de transição conduzem muitos destes grupos/bandos a uma estruturação hierárquica do grupo, a uma acção marginal cada vez mais afastada da sua zona residencial, à transformação em Gangs juvenis; e ao jovem, individualmente na amplificação do “mergulho” numa sub- cultura urbana, no momento em que o acto anti-social e ou delinquente acontece, e o Sujeito se transforma nesse processo, assumindo uma identificação marginal, compelido e encorajado pelo grupo.

Pela sua “natureza”, assemelham-se a Movimentos, Movimentos Juvenis Marginais, nascidos da desmodernização e da dessocialização, situando em contextos urbanos próximos, assumindo características idênticas a outros Movimentos, não marginais, como contra- poder e contra –cultura; definindo um “inimigo comum e um território próprio, como “marca e poder”; desenvolvendo uma consciência assumida simbólica marginal; aliando, muitas vezes, a componente exclusão social, a diferença étnica e ou racial.

Lutam, nas margens, por um Movimento, o seu Movimento, no entanto a incapacidade de alargarem a consciência do cerne do problema, que não divide os grupos sociais e culturais, mas os aproxima, a dissociação identitária, impede a construção de uma consciência global sobre o mundo, de uma totalidade ideológica capaz, não de afastar outros Sujeitos, mas de os aproximar. Pelo contrário, tal como nos Movimentos Fundamentalistas, Anti- Movimentos, definem-se pela negativa e não pela positiva, sendo a expressão dessa nova lógica pós- industrial, de desconstrução das estruturas de mediação social, em favor de estruturas comunitárias, locais, fechadas, marginais até, num processo de aumento entre as margens e o centro, das élites e do corpo engrossado da exclusão social, cada vez mais diversificado, cada vez mais crítico face à inoperância dos Estados, olhados individualmente.

Não podendo ser considerados Movimentos Alternativos, os Movimentos Marginais, até porque finalizam rapidamente, assim que ultrapassam a faixa etária juvenil, no entanto, são expoentes de uma mudança situada não só no âmbito social, mas principalmente âmbito dos Sujeitos da sua Identidade, da sua Dignidade, cada vez mais fechados, em comunidades, grupos, élites, etnias, raças, culturas e sub- culturas, o que questiona o devir desta Nova Organização das Sociedades, a partir da questão colocada por Touraine(1998), “...será que poderemos viver juntos?”, sendo diferentes, ou, ainda, nas suas palavras, “...de encerramento de cada cultura numa experiência particular incomunicável(...)levar-nos-ia a um mundo de seitas e à recusa de qualquer norma social.”.

Se estas «novas identidades juvenis» convocam, como antepus, a teoria dos *Movimentos Sociais*, enquanto forças moventes no seio destas, também, novas formas de organização social, teremos de convocar, também, as *Teses Culturalistas*, porque como supra mencionei, estes conjuntos mais ou menos organizados de jovens, formam sub-culturas, no seio de uma cultura mais lata de «exclusão», ou de pobreza, porque

implicam «conteúdos simbólicos próximos, valores e representações idênticas, sentimentos de pertença a uma comunidade com rituais próprios». Uma sub-cultura como uma estrutura adaptativa, mecanismo de defesa perante um «universo» exterior, aparentemente hostil, permitindo uma organização identitária alternativa, e impedindo a desagregação do Sujeito.

Conforme retrata Ramos (2001: p. 165), estes jovens reconstrem, recriam laços, «fazem cultura», “(...) em função das problemáticas e das estratégias diversificadas e num contexto marcado pela diversidade e pluralidade”.

A leitura, portanto, dos comportamentos juvenis, em particular dos jovens em situação de marginalidade e exclusão, deverá ser efectuada a partir de um modelo, “(...) cultural, dinâmico, interaccionista e plural” (Ibidem), que inclui, também os processos de socialização e aprendizagem.

c) Reinventar a Solidariedade

Após 50 anos de marcada influência do Estado-Providência nas sociedades Ocidentais, como âncora basilar da própria coesão social, os limites deste tipo de solidariedade parecem alcançados. A crise em que mergulhou, bem como a incapacidade imaginativa dos políticos e planeadores das políticas sociais, correspondeu, também, à crise da ideia de solidariedade, conforme a Modernidade a idealizou.

Às condições de mudança que abalaram o mercado nos anos 70, e já escarpadas no presente trabalho, não corresponderam alterações profundas na reconfiguração e adaptação do sistema Estado-Providência.

Às mudanças na organização familiar, no trabalho e na escola de massas, que fragilizaram os esquemas de apoio e solidariedade, assentes, fundamentalmente na família e no trabalho, os Estados responderam, com maior sobrecarga quer nos regimes contributivos, quer por sua vez na imposição de maiores encargos à Segurança Social, diminuindo-lhe eficácia e dificultando o projecto de universalidade e equidade a que obedecia, gerando inclusive, entre as novas formas de exclusão social, a exclusão perante o próprio sistema de Segurança Social.

Deste modo, perante as Sociedades Ocidentais, no início deste século XXI, questões urgentes se colocam no cerne da renovação das instâncias de solidariedade, das estaduais, àquelas que provêm da sociedade civil, já não podendo recorrer a pressupostos de ordem “superior”, quer sejam ideológicos da ordem da “razão instrumental”, quer sagrados, da ordem da “caridade”. O sentido dessa renovação passa pelo Sujeito, pela sua protecção- face à dissociação, desmodernização, e falência das mediações estaduais- pela pugnação da liberdade de escolha, de “(...) serem actores da sua própria história e não apenas consumidores, alvos de publicidade, de propaganda e de influência” (Touraine, 1998: p. 190), na afirmação da diferença, mas unidos na necessidade de assumirem a sua independência perante os poderes do Mercado, ou das Comunidades fechadas.

As soluções que vêm sendo apresentadas como resolutivas da crise do Estado-Providência, parecem ser em si mesmas pobres, ou limitadoras, dado que oscilam entre mais *Estatização ou a Privatização em grande escala*.

E são tanto mais pobres quanto os desafios e as questões urgentes a resolver são de dimensão eclética e abrangem indivíduos, grupos e comunidades os mais diversos possíveis.

Questões como: – O realinhamento das prioridades distributivas e dos direitos sociais.

Desafios como:

- Diferenciar formas de políticas sociais, pelo reforço dos cidadãos (indivíduos/grupos/famílias), que detenham recursos e competências capazes de manutenção no mundo do mercado; e apostar na protecção das pessoas, cujos riscos sejam elevados (como as crianças, jovens, mães solteiras, idosos, dependentes, emigrantes, desempregados de longa data, adultos com poucas habilitações, entre outros).
- Repensar as políticas sociais de forma a que “os mercados de trabalho e as famílias se transformem, de novo, em factores de optimização da protecção...” (Rodrigues, 2000: p. 81).
- Reformar e reordenar as contribuições para o bem-estar-social, por parte dos diferentes interventores: mercados, famílias, indivíduos e Estado. Tornando-os mais equilibradas, equitativas e eficientes.

Se os desafios, supra identificados, se podem colocar de forma global, contudo devemos possuir a noção que os diversas «sistemas de Estado-Providência» diferem conforme os Modelos que adoptaram.

Sucintamente, e na linha de Rodrigues (2000) podemos referenciar dois Modelos base seguidos pelos Estados na organização dos sistemas bem-estar-sociais Estaduais, implantados no pós-guerra:

a)- O Modelo Nórdico- Britânico-- Em grande parte objecto de financiamento por receitas, “privilegia os benefícios universais não diferenciados”(Idem).

b)- O Modelo Continental – Privilegia a Segurança Social, cujo financiamento é assegurado pelas contribuições.

Quanto aos países que adoptaram o primeiro modelo, e após os anos 70 algumas readaptações foram realizadas, tendo em conta a relação – certos benefícios/indexação de rendimentos, bem como políticas direccionadas ao Emprego, à sua activação.

No que concerne aos países pertencentes ao segundo modelo, muito pouco foi alterado, com a excepção do alargamento das coberturas a certos grupos de excluídos(como o Rendimento Mínimo em países como a França, Itália e Portugal).

Tendo por base estas diferenças de evolução dos Modelos de Estado-Providência, cujas mesmas, no entanto, não deixam de colocar o problema da solvabilidade a cada uma, que “Movimentos Estaduais”, ou proveniente da Sociedade, poderemos encontrar, alternativos às soluções simplistas de mais Estado, ou, menos Estado?

Seguindo as indicações propostas por Branco(1993: p. 78), “(...) a problemática da satisfação das necessidades humanas não se identifica com comportamentos de consumo, nem se reduz à prestação estatal de serviços sociais”, ora, aos modelos iniciais do Estado Providência, pode ser possível, hoje, propor um outro modelo, não centralizado e uniforme, mas heterógeneo, implicado localmente e participado.

Exploremos, melhor estes indicadores de um “Movimento” de mudança, recorrendo mais uma vez às propostas de Branco(Idem), de modo resumido:

1.- Quanto ao Estado: Podemos perceber, aqui, uma dinâmica tripartida de flexibilização dos Direitos Sociais/de redução do papel do Estado/de reestruturação dos sistemas e estruturas de Segurança Social.

2.- Quanto ao Mercado: No incremento de formas e mecanismos privados de bens e serviços sociais, que pode englobar a privatização de anteriores ofertas Estatais.

3.- Quanto à Sociedade: Um incremento, significativo da contratualização entre o Estado e a Sociedade Civil (Instituições privadas, grupos de indivíduos, associações, cooperativas, etc), que deriva, também, do aumento de iniciativas de solidariedade social oriundas da sociedade civil.

Remetem estes indicadores, para aquilo que podemos considerar como uma reconfiguração modelar, assente na redução da procura do Estado, simultaneamente com a descentralização e a participação da sociedade civil nas estruturas de bem-estar social, procurando uma maior eficácia social, uma maior proximidade das políticas, a qualificação dos meios e estruturas do Estado.

A descentralização da responsabilização política/administrativa configura uma tentativa, protagonizada por diversos Estados, de aproximar o Estado-Providência das populações, através da instância local do poder democrático, como os municípios, as cidades, as associações de municípios; aproximando-se, deste modo, ao quotidiano das populações, às suas diferentes necessidades estruturais e de serviços, procurando, também, oferecer maior eficácia às próprias estruturas, criando condições de participação dos cidadãos, abrindo caminho ao Sujeito-actor das suas próprias necessidades de solidariedade²².

A par da descentralização, a abertura da gestão e oferta de bens e serviços à sociedade civil é outra «pedra de toque» desta reconfiguração da «Solidariedade Organizada». Sendo que esta vertente da mudança, parte, também, das necessidades de encontrar factores de mediação, perdidos pela desmodernização, alternativos, como “reinsere os indivíduos em redes de solidariedade directas” (Rosanvallon, S/d: 94).

O Estado-Providência não foi pensado tendo por base a diferença assente em pólos geográficos (de proximidade e ou afastamento de centros urbanos onde se centralizam as estruturas de solidariedade do Estado/ das diferenças demográficas, sociológicas, culturais, de valores entre os territórios). No entanto, a situação dos Sujeitos, não pode ser apreendida fora da situação real/local vivida, das redes onde se insere, dos equipamentos que dispõe, da distância, meios transporte, e da necessidade

²² Em Portugal, apesar de se assistir a um movimento de transferência de responsabilidades para as autarquias das competências nesta área, não têm correspondido uma igual e necessária transferência de poder efectivo e dos recursos físicos e económicos, limitadoras desta co-participação descentralizada.

desses mesmos equipamentos existirem, criados num momento da Modernidade de Universalidade de ofertas.

Como refere Branco(Idem), é importante entendermos as “relações entre os mecanismos de solidariedade nacional e as formas de solidariedade próximas...”. Solidariedades próximas, podem ser entendidas como as organizações formais(associações, mutualidades, cooperativas, empresas de inserção, voluntariado), ou informais através de grupos de vizinhos, ou de cidadãos com idênticas necessidades, que formam redes de apoio social, de proximidade, capazes de serem reabilitadas enquanto agentes próprios de solidariedade, suprimindo os déficits Estaduais, melhor, serem mais e melhores na oferta de bens e serviços territorializados, no contributo para uma «Sociedade Solidária», criando um sentimento de solidariedade real, e não virtual, para o qual caminhou, a passos larguíssimos o Estado-Providência centralizado.

Em resumo, estas podem ser percebidas como alternativas em acção, concretizadas por vários Estados, ainda não devidamente avaliadas, e estando sujeitas a retrocessos, conforme as pretensões políticas dos diversos governos, ainda presos, a mecanismos “paleontológicos”, de bicolarização entre uma Neo-Estatização e ou, uma Neo-Liberalização.

6. Inserção e Exclusão Social em Portugal

6.1 Da Tradição à Mudança

a) País de Emigração/País de Imigração, Integração Europeia , Exclusão Social e Marginalidade

Quase poderíamos afirmar, como “fado” português, que os dois vocábulos mais importantes para a nação, desde o fim da época áurea dos Descobrimentos coincidente com a dominação Filipina, seriam- «pobreza» e «emigração». No que possuem, não só de negativismo, mas numa forma simbólica de ser português, trágico destino de errância e privações, cultuado no inconsciente nacional, e cultivado por certas formas de governação, como forma de manter o país adormecido, acritico.

O Portugal do final do século XIX e início do século XX, dividia-se, grosso modo, em termos sociológicos, numa força massa, de camponeses composta por

assalariados, que no sul assumiam uma condição ainda próxima dos “servos da gleba”, e de pequenos proprietários rurais, principalmente no Norte do país, na generalidade sem cultura, dita escolar, científica, cosmopolita, ou urbanizada; e uma população operária, proveniente de uma recente industrialização, provinda aliás desse campesinato, instalada essencialmente nas cidades do Porto e Lisboa, mas com outros pequenos centros, como Covilhã e ou Marinha Grande, vivendo em condições de miséria, muitas vezes extrema.

Na cidade do Porto, por exemplo, além de precária a habitação onde residiam os milhares de operários e operárias, o espaço era indignamente exíguo, “(...) chegam a viver quinze famílias em cada uma das casas situadas nas conhecidas «ilhas».”(Pereira et al, 2000: x). Quinze famílias, num espaço muitas vezes composto por um ou dois quartos, pequena cozinha, quase sem sala, e sem quarto de banho interior, habitualmente, era de uso comum aos habitantes da ilha. Insalubridade, parca higiene, fazia circular as epidemias, de tuberculose, tifo, e até de peste, no fim do século XIX, no Porto.

Com uma pequena classe média, Portugal, reflectia, nesta divisão entre uma país profundamente rural e pequenos eixos industriais, mas numa vivência de 1ª época industrial, já não vivenciada noutros países europeus, o atraso estrutural da sua organização social, cultural, escolar, económica e política, onde séculos de ignorância, entremeados com laivos de iluminismo, à sombra de um passado heróico, e de um presente colonial, mas trágico, colocara sempre a nação perante a sua incapacidade crónica de alimentar os “seus melhores filhos” (não só no plano propriamente material, mas também de ânsia de crescimento intelectual, cultural e científico, de procura de novos horizontes mais compatíveis com as notícias que chegavam de outras paragens), compelindo-os à emigração.

- As Migrações

Portugal, ao analisarmos as vagas de emigrações (e migrações internas), do fim do século XIX, até ao início deste século, deve ser entendido no contexto de mudança da Economia de Mercado, das suas necessidades, primeiras, de internacionalização dos países de Economia Central, sem deslocalização, mas

baseado nas trocas de bens e serviços, à posteriori, na Transnacionalização, ou de deslocação de pessoas, para a sua utilização em massa de empresas de tipo Fordista, com necessidades de grande mão-de-obra, nem sempre qualificada, para permitir a expansão das trocas, e dos mercados, e abrir a porta à globalização, a partir dos anos 80 do século XX, com a deslocalização das empresas, anulando o poder dos Estados, e originando vagas de migrações, do sul para o norte mundiais, e o Este para o Oeste, num conjunto muitas vezes sazonal, temporal, flexível, confinante com necessidades diferenciais: nos países de economia central mão-de-obra qualificada; nos países periféricos, mão-de-obra desqualificada. A primeira inerente a uma economia de informação e baseada em alta tecnologia; a segunda baseada na capacidade das multinacionais em colocarem as suas empresas em qualquer ponto mundial, aproveitando em simultâneo, matéria prima e mão-de-obra a baixo custo.

Ora Portugal é comumente definido como país pertencendo, não aos países da Economia central, nem aos países periféricos, mas como país de “desenvolvimento intermédio” (Capucha, 1998: 217), ou “país semiperiférico”, que Boaventura Sousa Santos (1998), perspectiva teoricamente, a partir do conceito de I. Wallerstein (Cit. in Santos, 1998), “(...) enquanto categoria intermédia entre as categorias polares do sistema mundial: os países centrais e os países periféricos”. Assim, e no aprofundamento deste conceito, Boaventura Sousa Santos (Idem: 109), define-o, na sua aplicabilidade à evolução da nossa sociedade, como:

As sociedades semiperiféricas no contexto europeu caracterizam-se por uma descoincidência articulada entre as relações de produção capitalista e as de reprodução social. Esta descoincidência consiste no atraso das relações de produção capitalista, ou seja, das relações entre o capital e o trabalho na esfera da produção, em confronto com as relações de reprodução social, ou seja, as relações sociais que presidem aos modelos e às práticas dominantes do consumo.

Esta mesma descoincidência é característica do Portugal da Segunda metade do século XX, particularmente após os anos 60, onde acontece uma viragem da posição do país, de tradicional periferia, para a semiperiferia, com a internacionalização da economia de mercado e a globalização, acompanhando os fluxos migratórios atrás referidos ao nível mundial.

Naquilo que se pode considerar o “(...) período de emigração intercontinental de finais do século passado e início do século XX” (Ferrão, 1996: p. 34), inerente à internacionalização dos mercados, a emigração portuguesa tem como destinos

preferenciais, o “novo mundo” (EUA e Brasil), locais onde a exploração mercantil (por razões diferenciais) e as necessidades de mão-de-obra se acompanham. Entre 1890 e 1940, emigraram cerca de 1.200.000 portugueses para estas paragens, principalmente para o Brasil com cerca de três quartos da emigração total (Ferrão, 1996). Provenientes, sobretudo, do Norte Litoral, onde uma população jovem excedentária, composta, de pequenos proprietários, assalariados rurais, e empregados de comércio, ávidos de novos horizontes, e atraídos por riqueza fácil.

Após um interregno, entre os anos 40 e 60 do século XX, os anos 60 são coincidentes com um novo fluxo migratório, um novo período de emigração, e de migrações internas (do campo para as grandes cidades), integrando a evolução do mercados económicos, e das necessidades de assalariados, já designado de transnacionalização, emigrações com características eminentemente continentais. Necessidade de mão-de-obra para produção em massa nos países da Europa Central (recuperação industrial após a 2ª guerra mundial, grandes investimentos públicos), sendo Portugal uma das áreas de recrutamento dessa mão-de-obra, basicamente desqualificada.

Os destinos preferenciais da emigração, passaram a ser, a França, a Alemanha, e países próximos, como o Luxemburgo, a Suíça, a Bélgica e mesmo a Holanda. Estas emigrações envolvem essencialmente jovens, maioritariamente do sexo masculino (posteriormente em muitos casos dá-se o reagrupamento familiar, com a ida da mulher e a formação do casal migrante), sem qualificações, oriundos, fundamentalmente do interior Norte e Centro (o que irá provocar, em conjugação com as migrações internas, a desertificação do interior português, e o desaparecimento do campesinato enquanto elemento social principal).

Entre 1960 e 1974, o número de emigrantes para estes países terá ascendido a um milhão e meio de portugueses (Ferrão, 1996: 36), um número extremamente elevado, olhando a concentração temporal, conjugado com a guerra colonial, a saída de portugueses para as ex-colónias, provocou um decréscimo considerável da população portuguesa, mas que, por outro lado, permitiu, o reenquadramento estrutural da mesma, em simultâneo, através das remessas económicas dos emigrantes, um investimento (embora limitado pelo Estado Fascista) no desenvolvimento dos sectores secundário e terciário da economia.

A partir de 1980, as migrações tendem a tornar-se difusas, num contexto de afirmação da deslocalização das empresas internacionais, de globalização, onde

Portugal, passa a jogar outro papel fruto, de uma transformação completa do seu tecido social, dos seus costumes, da sua economia, e dos hábitos culturais, como consequência destes factores: das emigrações de 60, conjugadas com um processo de industrialização de áreas urbanas; do 25 de Abril e da descolonização e da integração europeia.

- Anos 60-Anos 90 do Século XX: Industrialização, Mudança Social, Imigração e Integração Europeia

A década de 60 do século XX marca um momento definitivo de mudança, e de aproximação ao nível social, cultural, político e económico, às realidades dos países europeus de economia avançada. São três décadas de mudança social, que implicarão, uma guerra colonial, um forte fluxo migratório, uma revolução política, um alteração profunda nos costumes, uma aproximação dos padrões de consumo dos países atrás referidos.

Um período vivido de forma acelerada, devido aos atrasos imensos estruturais, e à abertura económica e de fronteiras, que permitiu a circulação, de mercadorias, gentes, culturas, ideias, e políticas, como antes nunca vista (talvez com excepção do período dos descobrimentos).

A industrialização primeiro e posteriormente o processo de terciarização, sofrem um impulso substantivo, em concomitância com a diminuição do sector primário, de tradicional dominância em Portugal, com o êxodo das populações rurais, quer fruto da emigração, quer das migrações internas do campo para as grandes urbes de Lisboa e do Porto (Barreto, 1996:11).

Com o aumento da procura externa, Portugal, e a integração na EFTA (Associação Europeia do Comércio Livre), entra na rota da transnacionalização dos mercados, não só enquanto país fornecedor de mão-de-obra imigrante, mas como país de investimento industrial, devido ao baixo custo da sua população activa, em migração para as grandes cidades e disposta à mudança, por uma vida melhor, por novos horizontes, fechados no mundo pobre e rural, elogiado nas primeiras décadas do Fascismo.

Vários são os investimentos estrangeiros e multinacionais que vão transformar o tecido produtivo português, e sensibilizar à própria mudança do investimentos internos. Na indústria têxtil, na metalomecânica, na montagem de veículos, na montagem de máquinas eléctricas e electrónicas, nas química, na siderurgia e energia, nas telecomunicações, bem como um continuado investimento no sector cimenteiro(idem, 1996)

Este investimento, atrai um conjunto de serviços, no âmbito da própria administração, como alfandegários, comércio, e turismo, com a abertura internacional entretanto estimulada, descobrindo os operadores estrangeiros, e os agente locais, as potencialidades escondidas até aos anos 60, motivando o sector da construção civil, que emerge substancialmente em função dos investimentos turísticos, e das necessárias infraestruturas públicas a serem criadas.

Milhões de portugueses alteram a sua forma de trabalhar e de vida, em função das mudanças rápidas dos sectores produtivos. No início de 60, o sector primário ainda era dominante, no inicio de 90 já se encontrava perfeitamente e residual, e em crescendo o terciário (portanto comércio e serviços), como podemos observar no quadro abaixo:

O mercado interno ganha consolidação, em conjunto com a banca através de uma expansão rápida, e incrementada pelas remessas dos emigrantes em concomitância com o aparecimento de uma rede de serviços públicos ao nível da educação, saúde e segurança social, que no final dos anos 60 dão inicio, embora incipiente, ao Estado Providência.

A Industrialização e a terciarização, provocam dois fenómenos que conduzem a uma rápida mudança dos costumes e dos padrões sócio-culturais:

- A integração massiça da mulher no mundo do trabalho industrial, do comércio, bem como na administração pública, devido à guerra colonial, e à necessidade de preecher a mão-de-obra jovem masculina, a sair do país para a guerra, com mão-de-obra feminina;
- A criação de uma classe média, com aspirações e expectativas sociais, culturais exigências de consumo bem diferentes daquelas que o país então oferecia.

Esta situação em conjunto vai criar condições, para uma profunda revolução nos costumes, e conduz a uma pressão no sistema político, educativo e cultural para a mudança.

Ao modernizar-se, o país não podia conter mais, no estreitos limites dos seus horizontes económico-sociais e políticos, as novas formas de convivência e de

organização dos jovens, a importância de sectores como a moda, no âmbito de um novo papel reivindicado pela mulher na organização familiar e social, por uma maior participação no “mundo” das decisões, até então, masculinas.

Nos anos 70 do século XX, já se podiam encontrar nas livrarias obras de Karl Marx (Mónica, 1996: 35), apesar do país continuara a viver com a censura e a Pide, com os constrangimentos à liberdade de expressão e organização cívica e política. As jovens vestiam minissaias, fumavam, penetravam em locais públicos sozinhas, antes privilégio do Homem. O “bikini” impunha-se como forma libertária de expressão feminina.

O Maio de 68 Francês chega a Portugal em 1969, com uma revolta estudantil, contestando, não só a permanência de um universo académico dominado por rituais, programas de cursos e disciplinas, e professores, arraigados a um passado incapaz de aproximar Portugal da realidade social e das academias de outros países; mas, também, vai além, contestando o próprio regime político, a impossibilidade de organização em liberdade do associativismo juvenil e estudantil e a guerra colonial em curso.

Neste contexto, cresce uma nova classe média, que viu na abertura económica, uma possibilidade de crescimento, investimento e participação activa na vida política, através da reforma do sistema de organização política. É uma nova classe, com exigências significativas ao nível da educação, da cultura e do consumo, niveladas, as exigências, por padrões da Europa mais desenvolvida, que muitos já tinham visitado, experimentado, em situações diversas (negócios, viagens de turismo, frequência de cursos e pós-graduações universitárias, etc.).

Assiste-se a uma pressão sobre o sistema de ensino, com vista ao seu alargamento a mais vastos sectores da sociedade portuguesa, o que conduziu, já no final dos anos 60 a uma reforma do sistema educativo, no ensino primário, secundário e superior (Barreto, 1996: 17).

No entanto, esta pressão e esta reforma só terá expressão em décadas subsequentes, com o aumento global dos alunos nos diversos sectores de ensino, como podemos verificar no quadro que apresentamos:

Quadro Nº 1 População residente, por nível de instrução (em % da população total)

	1960	1970	1981	1991
Analfabeto	40,3	33,6	26,4	15,3
Sabe ler e escrever sem	21,1	4,5	1,1	0,8

possuir grau de ensino				
Pré-escolar	-	-	-	1,6
Ensino Básico:				
Primário	22,5	b) 49,6	a) 47,6	b) 43,8
Preparatório	-	-	a) 9,0	b) 12,7
Ensino Secundário				
Unificado	-	-	a) 8,3	b) 10,9
Complementar	-	-	a) 4,9	b) 8,7
Médio	0,3	b) 0,1	a) 1,2	b) 1,4
Superior	0,6	b) 1,5	a) 1,6	B) 4,9

Legenda.

a) cursos completos.

b) a frequentar, grau completo, e incompleto.

Fonte: Departamento de programação e Gestão Financeira (DEPGEF) do Ministério da Educação

A incapacidade de correspondência entre o sistema político e as reformas necessárias a efectuar, como a concretização da liberdade de expressão, imprensa e associação, e as aspirações de parte da população portuguesa disponível à abertura, como a população mais jovem, a classe média, e a população urbana, bem como a continuação da guerra colonial, tornou inevitável uma revolução política, que ressituassem toda a organização social, cultural e económica da sociedade.

A revolução do 25 de Abril de 1974, corporizou tudo isso, nas palavras de Filomena Mónica (1996; 37), “(...) em dois anos, os Portugueses viveram cinquenta anos de história.”. Todas as experiências ideológicas foram tentadas em vários pontos e sectores do país, num país que rapidamente se divide ideologicamente, politicamente e socialmente, no caminho da transição para uma democracia de tipo ocidental; em simultâneo com o fim da guerra colonial, a integração de cerca de 500 mil “retornados de África”, o fim de um mítico império, a nacionalização das empresas e vários sectores da economia portuguesa, bem como a expropriação de vastas áreas agrárias no Alentejo.

Entre 1976 e 1980, começa a estabilizar o período revolucionário e ganha corpo um sistema político baseado na democracia representativa, e no mercado como organização económica, apesar de parte dos sectores produtivos ainda estarem nacionalizados.

Vive-se em liberdade de expressão e associação, os estratos sociais provindos do Fascismo desaparecem, para dar corpo a novos protagonistas, na classe média, nos empresários, bem como, com a terciarização do país, uma nova classe de empregados, de técnicos médios e superiores situados nos centros urbanos, que facilitam a mobilidade social, fechada antes da Revolução do 25 de Abril.

Com a integração Europeia, em meados de 80, fecha-se um ciclo de aproximação à Europa desenvolvida e de mudanças políticas, para dar início a um novo ciclo de transformação do mundo rural, com o rasgar das auto-estradas, com um maior nivelamento de Portugal, de Norte a Sul, apesar das diferenças de crescimento registadas. Portugal passa a orientar as suas políticas económicas, sociais, educativas, culturais por padrões de exigência Europeia, e como contrapartida à adesão à União Europeia, começa a receber os Fundos de Coesão económicos destinados a desenvolver as estruturas económica, dinamizar estruturas, produtivas, eliminar grandes bolsas de pobreza, promover a inovação, o emprego, a educação, as redes viárias, os transportes, o desenvolvimento regional, a coesão social, com o objectivo de o aproximar aos padrões dos países Europeus de economia avançada, do PIB, Consumo interno, Desenvolvimento e Investigação, disseminação da Educação, Produtividade, Inovação Tecnológica, Controle ambiental, entre outros.

O impacto do investimento estrangeiro no PIB é enorme neste período, nomeadamente das transferências provindas da União Europeia (entre 1988 e 1996, passou de 0,6 para 3,1 do PIB).

A adesão à União Europeia, com a consequente abertura económica total de Portugal a outros mercados, mais desenvolvidos, provoca, por um lado uma aproximação lenta mas real nas áreas urbanas, aos padrões médios de vida Europeus, (ainda que em diversos sectores a convergência foi parcamente realizada, como o sector laboral: salários, competitividade e produtividade), nomeadamente no campo do consumo, dos estilos de vida urbanizados, do recurso ao empréstimo bancário, da febre bolsista, do alargamento da rede de ensino, do pré-escolar ao superior, da rede hospitalar, ressaltando as diferenças continuas de investimento entre o Litoral e o Interior que foram cavando fossos ao nível do rendimento per capita, limitadores de desenvolvimento uniforme e da própria coesão social, fazendo atrair ainda mais grupos de pessoas para as grandes cidades, onde se radicaram novas bolsas de excluídos, e como contrapartida a desertificação do interior.

Ora, sendo o supra referido, correspondente à realidade de um crescimento exponencial inédito, num país habituado à imobilidade, e somente em apenas três décadas, não poderemos, no entanto, ignorar que os atrasos estruturais, no campo das estruturas burocráticas administrativas do país, bem como as estruturas económicas, a fragilidade das organizações da sociedade civil, o arreigamento de uma “mentalidade” pouco atreita à inovação, não permitiram um melhor aproveitamento dos fundos estruturais, do incremento dos laços culturais e de mercado, da circulação de bens e pessoas, no seio de uma Comunidade Europeia alargada e ampla de possibilidades, como podemos deduzir das palavras de Ramos (1995: p. 132):

O baixo nível de escolaridade da população activa em Portugal constitui um forte limite aos esforços intensivos de formação profissional. A insuficiência do aparelho de formação pré-existente não permitiu rentabilizar os meios financeiros da União Europeia investidos desde 1986. Os circuitos de formação são ainda insuficientes para responder às exigências do mercado de trabalho.

E, ainda, mais à frente, apud Ramos (Ibidem):

A falta de técnicos superiores e de nível médio, de trabalhadores qualificados e altamente qualificados constitui uma preocupação actual dos empregadores portugueses. As carências dizem respeito não apenas à formação técnico-profissional de nível médio, mas igualmente à formação universitária onde é reduzida a opção por especialização tecnológica (...) a formação tem constituído essencialmente um instrumento de adaptação dos trabalhadores aos postos de trabalho.

Por um lado, o tecido produtivo português possui uma “carga penosa” de atrasos estruturais que o tornam dependente do exterior, e por outro, é refém de modelos estratégicos pouco inovadores e não orientados para a qualificação dos activos, dos recursos humanos.

Os Fundos de Coesão devido a estas debilidades, foram localizados em função de investimentos públicos em infra-estruturas, como as vias de comunicação, os hospitais, as escolas, revelando-se diversas empresas de sectores de base tradicionais, fundamentalmente dos sectores da indústria, agricultura e pescas incapazes de retirarem dividendos desses investimentos comunitários. Em épocas de recessão, como 1992-1993, estes sectores produtivos tradicionais, sujeitos à agressividade de um Mercado Europeu (e mundial), livre das barreiras alfandegárias tradicionais, sofrem quebras bruscas de procura e como consequência de produtividade, conduzindo muitas dessas

empresas à falência e os seus empregados ao desemprego, pondo em causa a estabilidade económica e a coesão social do país.

O desemprego referido, oriundo destes sectores, com trabalhadores pouco qualificados, dificilmente é absorvido por outras áreas do trabalho, e já não possui o escape dos anos 60 da emigração, uma vez que a mão-de-obra estrangeira nos países Europeus de Economia Avançada “(...) perdeu o seu carácter estrutural de utilização massiva nos empregos de produção na indústria (...)” (Ramos, 1995: 143), tornando-se mais dependente da internacionalização dos mercados, da sua flexibilidade e sazonalidade.

As soluções encontradas, na década de 90, foram, de várias ordens, mas principalmente, três delas foram decisivas: - o aumento do trabalho precário²³; o crescimento do número de trabalhadores isolados e por conta própria.

No entanto, e apesar das debilidades da economia Portuguesa, as alterações político-económicas e sociais ocorridas nas três últimas décadas em Portugal, em simultâneo com o fenómeno da deslocalização das empresas num contexto de globalização dos mercados, alteraram o papel de Portugal no conjunto estratégico da economia Europeia, em particular, e mundial, que se traduziu numa outra auto-visualização do país, que de tradicional força humana emigratória, alimentando a Europa, e os Estados Unidos, salta para país, também, de imigração, integrando o conjunto dos países recebedores de mão-de-obra estrangeira, com um grande afluxo de vagas diversas de trabalhadores imigrantes, provindos, entre meados de 1980 e meados de 1990, dos países de Língua Oficial Portuguesa (como Cabo-Verde, Guiné, Angola, Brasil, entre outros), alimentando, principalmente, mas não só, os sectores menos qualificados das obras públicas e construção civil, manufacturas, comércio e retalho.

A baixa qualificação, as dificuldades de integração devido às diferenças culturais e educacionais, associadas ao baixo nível salarial, tornaram estes imigrantes populações em risco social de exclusão (com ênfase para os filhos desses imigrantes perfeitamente desenraizados nas periferias urbanas de bairros sociais e ou de lata), criando sub-culturas migrantes e produzindo no seio das comunidades urbanas, não de per si, mas pelas formas deficientes de integração social, fenómenos de insegurança, xenofobia e agressividade, e vivenciando o medo, a incerteza do quotidiano, não se concretizando enquanto cidadãos iguais, mas verdadeiros “undergrounds”.

²³ Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), “Inquérito ao Emprego- 1993-1996”, os contratos de vínculo não permanente cresceram mais 80 000 (Cit. in Capucha, 1998: 225).

O número destas populações imigrantes foi aumentando e assumindo uma realidade incontornável, como poderemos verificar no quadro seguinte, com dados referentes a 1993:

Quadro Nº 2 : Estrangeiros com residência legalizada por nacionalidade

Nacionalidades	Continente Açores e Madeira
Total Geral	131593
Europa	37154
Total UE	33248
Alemanha	5790
Bélgica	1208
Dinamarca	519
Espanha	8091
França	3985
Grécia	73
Holanda	2133
Irlanda	265
Itália	1514
Luxemburgo	41
Reino Unido	9629
Outros	3906
África	55786
Angola	7635
Cabo Verde	32036
Guiné Bissau	6538
Moçambique	3779
São Tomé e Príncipe	2895
Outros	2903
América do Norte	10513
Canadá	2396
EUA	8117
Outros	-
América Central e Sul	21924
Brasil	15731
Venezuela	5014
Outros	1179
Ásia	5520
Oceânia	443
Apátrias	253

Fonte: INE, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna.

Nota: Não inclui os cidadãos que obtiveram autorização de residência através da legalização Extrordinária (DL 212/92 de 12 de Out.)

A partir do fim da década de 90, com a abertura política e económica dos países do Leste, bem como a passagem de Macau para a soberania Chinesa, Portugal assiste a uma nova “invasão”, de emigrantes agora destas áreas geográficas, alimentando, os primeiros, sectores deficitários de mão-de-obra com a construção civil e as obras públicas, e os segundos, para um ramo típico e tradicional destas populações o comércio, sendo que nestes casos, as barreiras linguísticas, as manipulações das máfias ligadas às migrações vão dificultando ainda mais a integração destes imigrantes no nosso país, que não parece de todo preparado para assumir uma política coerente e organizada de acolhimento, integração e inserção, como veremos mais adiante, pela parca experiência enquanto país de acolhimento.

Todos estes factores alteram de modo substancial a composição social da sociedade portuguesa, em particular a evolução de uma pobreza tradicional para formas de exclusão interligadas com a forte urbanização, imigração, desemprego e baixa qualificação de sectores da sociedade que não acompanharam o seu crescimento.

- Os Novos Contextos de Exclusão Social e Marginalidade

Em Portugal, a questão da pobreza, mesmo tendo em consideração as alterações introduzidas nas última três décadas, traduz uma realidade preocupante, em termos comparativos com os parceiros da União Europeia na medida em que possui a maior percentagem de pobres entre a população.

Em 1980, segundo Bruto da Costa (Cit. in Capucha, 1998), “Cerca de 34, 5% das famílias se encontram em situação de pobreza absoluta”, e, ainda no mesmo estudo, “(...)nesse ano mais de 800 000 pessoas viviam com rendimentos mensais inferiores a uma quarta parte do rendimento médio (quer dizer, com menos de 21.000\$00 mensais).

Ainda, segundo Capucha (Idem: 1998), os índices de pobreza aumentaram entre o período e 1990 e 1995.

Em 1994, por exemplo, cerca de 27, 1% situava-se naquilo que se pode considerar como pobres. A visão destes estudos permite-nos perceber que em meados da década de 90 do século XX, existia uma taxa de pobreza que abrangia uma faixa importante da população (cerca de um terço), o que por comparação com os países da União Europeia nos situava bem no fundo da tabela, como podemos observar no quadro comparativo:

Quadro N° 3: Proporção de pessoas em situação de pobreza, limiares de pobreza relativa e poder aquisitivo em 12 países da União Europeia

País	Extensão da pobreza (%)	Limiar da Pobreza (1)	Poder Aquisitivo (2)	Desigualdade (3)
Portugal	27,1	41 251	301	0,39
Grécia	21,5	65 497	313	0,34
Reino Unido	20,9	370	529	0,34
Irlanda	20,6	294	403	0,32
Espanha	18,3	48 045	377	0,32
Itália	17,2	677 800	417	0,31
França	13,6	3 561	495	0,28
Luxemburgo	13,3	38 160	975	0,29
Holanda	12,3	1 165	512	0,29
Bélgica	11,8	22 037	533	0,27
Alemanha	11,7	1242	559	0,27
Dinamarca	6,6	5 190	513	0,23
Europa dos Doze	15,7	–	–	0,31

Notas: 1) trata-se do valor, na moeda de cada um dos países, do rendimento mesal em adulto-equivalente que separa as pessoas em situação de pobreza das que não estão nessa situação; 2) medida em termos de “paridade de poder aquisitivo” do rendimento mensal; 3) medida segundo o índice Gini, medida estatística de dispersões dos rendimentos. Este índice varia entre zero e um e quanto maior o valor assumido maior será a desigualdade na distribuição dos rendimentos. Assim, o valor zero corresponde a uma situação em que os rendimentos de toda a gente são iguais e o valor um a outra em que um só indivíduo tem todo o rendimento disponível.

Fonte: Lídia Barreiros (1996)

Em Portugal, a composição da pobreza e das populações que vivem em situação de exclusão social evidencia um carácter dúplice, i. é., coexistem formas tradicionais de e novas formas de exclusão social.

A pobreza tradicional pode ser caracterizada, como já vimos em anteriores capítulos, a partir do processo de proletarização, que em Portugal se iniciou tardiamente, constituindo-se, essencialmente por “camponeses pobres, assalariados, quer da agricultura, quer da indústria e dos serviços menos qualificados e mais mal remunerados” (Capucha, 1998: 219). As novas formas de exclusão, ligam-se com à desqualificação sócio-cultural, à não detenção de habilidades vendáveis, à não integração no sub-sistema produtivo, e como consequência no sistema de consumo, indicador de cidadania, e, também, a “carência” do usufruto dos direitos sociais, políticos e culturais, típicas de formas de sociedades pós-industriais. Aqui encontramos, os desempregados de longa-duração, os jovens menos qualificados e à procura do primeiro emprego, os idosos isolados, as famílias monoparentais, as pessoas com deficiência, os sem-abrigo e a categoria crescente dos grupos étnicos minoritários.

Ora, é importante frisar, que apesar da manutenção destes dois tipos de pobreza/exclusão social, a última tende a aumentar, ao contrário da primeira, revelando uma mudança profunda estrutural na recomposição do tecido social português.

O crescimento urbano, uma aproximação dos níveis de consumo (que não de produção...) dos países da economia central, um aumento gradual da importância dos serviços no tecido económico, padrões culturais mais próximos da média da União Europeia, bem como ao nível de taxas de natalidade e mortalidade infantil, e ainda a radicação de um a forte componente migratória, com origem na abertura de fronteiras e da atracção enquanto país integrado na U. E.; foram condutores da própria transformação do carácter da exclusão social em Portugal, que tende a assemelhar-se a outros países da União Europeia. e Estados Unidos.

Os desempregados, que devido às baixas qualificações vão “olhando os dias sem esperança” de mudança, transformando os primeiros impactos da nova situação, o refúgio no subsídio estatal, na descrença perante a longa duração da sua situação, fechando-se o ciclo vital activo, cedo de mais, em pessoas que tinham como garantido um emprego para toda a vida.

Em 1992 os desempregados de longa duração atingiam o número de 49 600, passando apenas em quatro anos (1996, para 137 300. Há perda dos laços com o mundo

do trabalhos, estas pessoas gradualmente perdem, também, a sua auto-estima, a capacidade de participarem na vida social, engrossando as margens sociais.

Muitas vezes, em estreita relação, com o desemprego, aparece, em Portugal, fenómeno dos “sem abrigo” na década de 90. O prolongamento das situações de desemprego, a marginalização familiar e social, a toxicodependência, foram catalizadores do aparecimento nas grandes urbes desta categoria de novos excluídos; a que se juntam conexamente, os arrumadores, as prostitutas e prostitutos, os imigrantes, vulneráveis às situações de risco social, devido à precaridade dos laços com a sociedade de acolhimento, os idosos sem apoio familiar e social, os jovens, oriundos de contextos sociais marcados pela pobreza e exclusão familiar e social.

Das situações de exclusão, muitos destes novos excluídos passam da margem para a marginalidade, como podemos notar na explosão dos indicadores, relativos à delinquência juvenil, ao consumo e tráfico de drogas, bem como aos “ditos crimes de colarinho branco”.

Capucha (1998: p. 220), infirma estes dados com números²⁴ expressivos do aumento exponencial em diversos níveis da delinquência e da toxicodependência:

Assim, o número de menores em juízo passou de 2477, em 1990, para 2808 em 1995, o número de presumíveis infractores das leis da droga subiu de 3586, em 1990, para 6380, em 1995, o número de atendimentos nos Centros de Serviço de Prevenção e Tratamento de Toxicodependentes passou de 4236 casos, em 1990, para 7460, em 1995, e o número de reclusos aumentou de 8874 em 1990, 10035, em 1994

Esta nova situação relativa à exclusão social, afirmada na década de 90, tem colocado desafios sérios às políticas sociais e ao próprio Estado-Providência português, no sentido do incremento dos gastos com o investimento público em “despesas sociais”, mas também, da mudança e reestruturação das mesmas como veremos adiante.

b) O Estado Providência e as Políticas Sociais em Portugal

²⁴ Estes números foram obtidos por Capucha em organismos como, o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1994 e 1995), Polícia Judiciária, Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à droga (1995).

- Dos Seguros Sociais à Segurança Social

Enquanto nos demais países da Europa Ocidental e Central, o Estado progressivamente, desde o século XIX, com Bismark, e posteriormente, após a Segunda guerra mundial através de Beveridge, vai consolidando um modelo de intervenção Estatal cada vez mais poderoso, tentando resolver os problemas colocados pelas desigualdades sociais e aumento da pobreza em consequência da Revolução Industrial, em Portugal, à semelhança de outros países da Europa do Sul, quer o Liberalismo, quer a 1ª República, foram incapazes de assumir, na prática apesar de legislações importantes, o papel do Estado na chamada, então Assistência Social.

As Leis de 1911 e 1919, a primeira procurando ligar a acção pública à acção privada, a segunda, criando através de vários diplomas a obrigatoriedade dos seguros sociais, cujo campo de aplicação social pode ser percebido em dois níveis, o da aplicação pessoal, e o da aplicação material (Maia, 1985: 39). No primeiro, os seguros obrigatórios deveriam abranger toda a população activa, dos dois sexos, sob algumas condições, nomeadamente, ao nível do auferimento salarial. No segundo, as coberturas obrigatórias, abrangiam, ao nível das eventualidade, os acidentes de trabalho, a doença, a invalidez e a velhice, a morte e o desemprego.

Esta legislação saldou-se num falhanço, devido às debilidades já referidas do tecido produtivo á época, assente essencialmente no sector agrícola, no financiamento do sistema, em exclusivo das entidades patronais, e do contínuo papel supletivo do Estado, que apesar da criação da Previdência Social, que deveria superintender as Leis dos seguros obrigatórios, dependentes do então Ministério do Trabalho (Ibidem), delegou sempre nas organizações, privadas da Igreja Católica, das Mutualidades e dos Sindicatos, a capacidade de proverem aos necessitados”, não ultrapassando a visão maniqueista, da repressão da mendicidade, que irá ser adoptada pelo Estado Novo em força.

O fim da Primeira República e a implantação do Estado-Novo, com a Constituição Política de 1933, passamos para uma nova fase política, que retrocedendo no campo da legislação social, mantêm na essência a prática da mesma, no quadro de um regime corporativo, onde o Estado assume tão só um papel de promoção e favorecimento das Instituições de solidariedade e previdência (Maia, 1985: 44).

Com base nesta ideologia da Assistência, é publicado o Estatuto do Trabalho Nacional, que reorganiza a Previdência Social em termos corporativos. As Instituições de Previdência passam a organizar-se em moldes corporativos (a partir de níveis como, a família, a paróquia, os concelhos, as profissões e os sindicatos –estes sob o controle total do Estado), sendo sua responsabilidade a Previdência dos trabalhadores na doença, invalidez e desemprego involuntário e nas pensões de reforma. O financiamento do sistema ficava a cargo das entidades patronais e dos trabalhadores, não estando prevista a comparticipação financeira do Estado, sendo administradas estas instituições pelas entidades patronais e pelos trabalhadores (Idem: 45).

Um ano depois é regularizada, pela lei 1884 de 16 de maio de 1935 a estrutura da previdência social, em quatro categorias (Idem: 46):

- 1ª Categoria - Instituições de Previdência dos organismos corporativos;
(- Caixas Sindicais; Casas do Povo; Casas dos Pescadores)
- 2ª Categoria - Caixas de reforma ou de Previdências;
- 3ª Categoria - Associações de socorros mútuos;
- 4ª Categoria - Instituições de Previdência dos servidosres do Estado e dos corpos administrativos.

As mudanças sociais e económicas, a partir dos anos a 60, bem como da composição do sectores de pobreza, mostraram as fragilidades de um sistema, longe dos sistemas Europeus, e já não correspondendo ás próprias aspirações societárias, de resolução dos problemas de emprego, de segurança, de universalidade de acesso, sem um sistema de saúde nacional e gratuito. A necessidade de reformar a Previdência Social era enorme, e o Estado cada vez tinha mais didiculdades em manter o “culto do pobre” e da caridade, de molde a manter as funções de supletividade e complementaridade, no sistema de Assistência Social.

A própria Câmara Corporativa através de parecer apresentado em 14 de março de 1961 (Cit. In. Maia, 1995: 53) apontava para uma avaliação de resultados fraca, face aos objectivos iniciais de cobertura nacional:

(...) na prática apenas os sectores do comércio indústria e serviços acusam expansão satisfatória” (...) “na pesca, a protecção realizada...utilizou sobretudo fórmulas assistenciais”; na agricultura, o índice de cobertura da população rural pelas Casas do Povo não ultrapassava um quinto, e os respectivos benefícios não se situavam, “na maior parte dos casos, acima de níveis modestos.

Na realidade, a capacidade ínfima dos sistema dos Seguros Sociais em cobrir como sistema de protecção social a população activa, é demonstrado pelo facto de cerca de 30 a 40 % dos trabalhadores do comércio, indústria e serviços, bem como seus familiares, estarem fora de qualquer sistema de apoio, e no caso da agricultura a massa atingia os 80% (Idem: 54). Ao nível dos direitos garantidos neste regime de protecção social ficavam de fora áreas como a maternidade, a sobrevivência, o desemprego, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais (na agricultura e pescas ainda eram mais diminutos os direitos). Os financiamentos dos direitos cobertos continuava a ser feito de forma assistencial, a partir dos ordenados e salários e por percentagem, não existindo participação do Estado, criando muitas vezes situações de incumprimento dos pagamentos devidos.

Entre 1962 e 1970 é vária a legislação avulsa, denominada já de políticas sociais, que tenta colmatar, ou dar cobertura às diversas áreas atrás referidas, onde os seguros sociais eram infuncionáveis, através de uma coordenação dos diversos sectores, e da tentativa de obrigatoriedade de inscrição, que anunciavam a aproximação do sistema português aos dos outros países mais avançados, no campo das políticas sociais, da Europa.

- Do Período Revolucionário à Normalização Democrática (1974-1986)

Pode-se afirmar que foi, ainda, no início dos anos 70 e portanto coincidente com a parte final do Estado Novo, na dita “Primavera Marcelista”, inerente ao governo de Marcelo Caetano, que teve início, por um lado o primeiro desmatelamento dos sistema corporativo da Previdência Social, e, por outro o lançamento das base de verdadeiras políticas de alcance social, ou políticas sociais propriamente ditas, como tendência a institucionalizar a acção social estatal.

Uma tentativa mitigada, de possibilitar a criação de um Estado de Bem –Estar, através do alargamento das coberturas sociais aos mais desfavorecidos, como a introdução em concreto do abono de família, as pensões de sobrevivência, doenças

profissionais, subsídio de doença, morte e o desenvolvimento da cobertura médica da população.

No entanto, estas políticas apenas significaram uma tentativa de obter apoio social numa fase política em que o sistema corporativo e o regime fascista se encontrava moribundo, incapaz de se adaptar às mudanças ansiadas. Só a Revolução do 25 Abril de 1974, abrindo o país politicamente às ideias e ao mundo, é que as políticas estatais assumiram a direcção do desenvolvimento de todos os portugueses através de uma real Segurança Social, e portanto, em concomitância, da instauração de um Estado Providência.

São reveladores destas intenções o Programa do 1º Governo Provisório e a Constituição de Abril, que apontam para a criação de um Estado Providência enquanto forma de passagem para um Estado e uma Sociedade Socialistas.

Medidas desse 1º Governo como (cit. in. Rodrigues, 1999: p. 195):

(...) b) instituição de sistemas que assegurem o poder de compra das classes desfavorecidas, independentemente das contingências acidentais da prestação de trabalho; (...) d) adopção de providências de protecção na invalidez, incapacidade e velhice, em especial orfãos, diminuídos e mutilados de guerra; e) definição de uma política de protecção na maternidade e na primeira infância; f) aperfeiçoamento dos esquemas de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais; g)lançamento das bases para a criação de um serviço nacional de saúde, ao qual tenha, acesso todos os cidadãos; h) substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social; i) criação de novos esquemas de abonos de família(...).

Tudo isto, em simultâneo com a criação do salário mínimo, pensão social, aumento das pensões mínimas e abono de família, complementadas por uma política, a longo prazo criticada, mas face à pressão popular revolucionária inevitável, de congelamento dos preços, das rendas de casa e de salários acima de 2,5 vezes o valor do salário mínimo (Ibidem).

A Segurança Social passa assumir-se como sistema de protecção social, universal, uniforme, de prestação única, gerido pelo Estado Central, mas aberto à participação descentralizada e popular.

Na saúde é criado, pela primeira um Sistema Nacional de Saúde, com o Estado a assumir-se como principal financiador e produtor de bens, envolvendo os profissionais de saúde e as comunidades locais, através de estruturas representativas.

Todo este conjunto de medidas práticas, articulados legais, visa não só institucionalizar um Estado Social, como fazer com que Portugal, transite do seu atraso de cerca de 50 anos, quando o Plano Beveridge infirmou a criação do Estado-Providência, , no mais breve espaço de tempo, apoiando-se no massa revolucionária, também ela vivendo 50 anos de ideologias em dois anos..

Exactamente porque nascido de um processo revolucionário, no seio de um país semiperiférico, e portanto não autónomo ao nível dos seu desenvolvimento económico, o Estado Providência vai tomar forma de um modo diverso, parecido com outros países do Sul da Europa, mas com aspectos particulares, devido á contradição dos dois momentos, o primeiro de criação e o segundo sustentação:

- o primeiro conhecido por período revolucionário (1974-1976);
- o segundo de “normalização democrática” subsequente e que dura até à adesão á União Europeia (Rodrigues, 1999: 190).

Períodos diferentes no plano das ideias político-económicas, diversos na forma como olharam a implementação do Estado Providência.

Em ambos, os períodos, como antes no governo de Marcelo Caetano, nunca existiu um pacto social entre o capital e o trabalho, como mola reguladora da acumulação e da contestação. No primeiro período tentou-se dispensar o capitalismo, no segundo o pacto é efectuado no plano político entre o MFA e os Partidos (Santos, 1998), com objectivo de viabilizar a democracia ao estilo ocidental, denotando-se as fragilidades organizativas, quer dos operários, pois houvera quem muito falava em seu nome, mas cuja representatividade real não era consonante, quer dos detentores do capital, muitos deles, novos patrões, ou recém-chegados de uma semi-exílio.

No primeiro período a exigência de concretização rápida da assumpção do papel interventor do Estado (nacionalizações, ocupações), e sem a participação do capital provocou um enorme dispêndio do Estado, em termos da orçamentação relativas às despesas sociais, desvinculadas das exigências de acumulação, normais no seio dos outros Estados Providência, no meio de um conflito político que paralisou a estrutura administrativa do Estado, permitiu enormes avanços concretos na edificação de um Estado Providência próximo do modelo Anglo Saxónico e até Escandinavo, mas rapidamente coarctado pelas impossibilidades financeiras do Estado, que entra em crise económica em 1976, no seio de uma recessão mundial, com origem no choque petrolífero e nas mudanças já em curso na máquina tecno-industrial europeia e

americana, que impunham austeridade nas medidas de economia social e não o inverso como estava a acontecer em Portugal. Enquanto o Estado-Providência Europeu se consolidou nos 30 anos pós-Segunda guerra mundial (únicos no crescimento económico e desenvolvimento humano), em Portugal ele nasce em contra-ciclo, num país dependente, e com um combate ideológico pelo meio, que impossibilitava qualquer pacto social de viabilização de um Estado-Providência..

A partir de 1976 e até à integração europeia, 1986, o período designado por “normalização democrática”, é constituído um quadro político e societário que corresponde à criação do “Estado de Direito Democrático”, e à tendência acumulativa do capital, concomitante com a intervenção reguladora do Estado, no âmbito de políticas redistributivas, sob a égide de um Estado-Providência em construção difícil porque englobando no seio de um combate ideológico-político-revolucionário, sem uma sociedade civil organizada capaz de criar o necessário pacto social, entre classes e ou estratos sociais.

Nesta sequência, podemos observar que o desenvolvimento do Estado-Providência continuou o seu caminho nos planos constitucional e legislativo, nos diversos governos de então, como um Estado-Providência da modernidade europeia, mas a capacidade e a vontade executiva foi esmorecendo, com alteração da matriz interventiva, inicial, para uma matriz de regulação social, entendida como hipótese de fazer avançar as forças sociais e atingir um pacto capaz de oferecer sustentabilidade ao Estado-Providência, num contexto de crise económica e financeira em Portugal, e portanto, de necessários cortes orçamentais, austeridade e cortes no progresso da cidadania social, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (1998: 219):

(...) visavam criar condições políticas, sociais, económicas de um pacto social que tornasse possível uma forma política do tipo Estado-Providência, mas sujeitas a limitações estruturais da posição semiperiférica da sociedade e da economia.

A questão central é que o pacto social não foi conseguido até 1987, pelas dificuldades objectivas da constituição de uma sociedade civil forte e representativa de interesses sociais claros e organizados, ao invés a sociedade civil é espartilhada por instituições que se vinculavam directa ou indirectamente às forças governativas, que,

ora uma vez, ora outra se expressavam nos governos através das influências partidárias (igreja, sindicatos, estruturas patronais, lobbies diversos).

O Estado vai construindo, de uma forma sinuosa, um modelo que visa, de modo contraditório, a concretização das aspirações de Abril, expostas na Constituição de 1976, e mesmo renovadas na versão alterada de 1982, e de outro modo, a necessidade de contenção e austeridade, bem como a facilitação da acumulação capitalista, utilizando, de modo lento, mas gradual, a desintervenção do Estado na Economia, e o desmantelamento da legislação laboral, conforme constituída entre 1974 e 1976. Assistimos então, nos anos 80, a fenómenos assimétricos, como, a par da organização da Segurança Social e do alargamento universal das coberturas, bem como das políticas de saúde destinadas a universalizar o acesso à saúde, e a sua democratização, bem como o financiamento total pelo Estado, o mesmo, aceita o desrespeito, as violações, da legalidade das conquistas dos direitos de cidadania, como o são os direitos sociais, pela necessidade de permitir a acumulação capitalista.

Com consequências gravosas em meados de 80, em vários vectores por onde se orientaram as conquistas de cidadania e as políticas sociais, como explicita Rodrigues (1998: 228) :

- 1) *no decréscimo do peso dos rendimentos salariais no rendimento nacional (de 56,6%, em 1976, para 42,3% em 1983);*
- 2) *no processo conhecido como dívidas à Segurança Social (as cotizações do patronato como as dos trabalhadores habitualmente arrecadadas por aqueles e destinadas ao financiamento do sistema de benefícios deixaram de ser pagas);*
- 3) *na maior visibilidade das deficientes condições de apoio á família (entre outros, com resultados expressos no trabalho infantil);*
- 4) *na proliferação de situações de trabalhadores com salários em dívida (em 1986 eram cerca de 120.000, pertencentes a 879 empresas);*
- 5) *na precarização das relações contratuais e salariais (su-emprego, trabalho precário, prestações de trabalho sem garantia de direitos sociais no âmbito da saúde, alocações familiares, trabalho clandestino, etc.).*

Esta dupla condição de construção do Estado- Providência, produz um discurso de descrença social na própria administração central, nas capacidades de servir o

cidadão, de ineficácia, burocracia e incompetência, alimentada por agentes políticos e administrativos com interesses no desmantelamento do “Estado- Patrão”, resultado das nacionalizações durante o período revolucionário de vários sectores da economia.

Neste contexto político- institucional, insere-se, tardiamente o debate sobre a reformulação do Estado- Providência (que a Europa já o fazia desde o início dos anos 70), debate em torno da sua crise, de sustentação, de identificação, de massificação, num país onde o Estado não tinha, ainda, assumido essa condição.

Introduzem-se políticas neo- liberais, que afinam pela privatização dos serviços sociais, de modo comum aos sectores económicos, reduzindo despesas e portanto formas de intervenção estadual no contexto da redistribuição e da solidariedade social.

O social submete-se ao económico na perspectiva dos postulados neo- liberais, em voga pelos fins dos anos 80. Resulta daqui uma desvalorização progressiva dos direitos sociais e de cidadania, num contexto de profunda mudança social, de suburbanização e construção de uma nova base social de excluídos, qualitativamente e quantitativamente diferente do referencial da pobreza anterior (referida no ponto anterior), face à agressividade económica, de sectores em transformação rápida, induzida pela adesão à União Europeia.

Em cerca de treze anos o Estado português passa de um sistema de organização da protecção social incipiente e corporativa, para mecanismos políticos de transição para o socialismo, por uma regulação de características fordistas e de tentativas de afirmação de um Estado- Providência, culminando nos finais dos anos 80 por uma via de transformação neo- liberal.

A situação é tão paradoxal que se olhássemos sector a sector, encontraríamos diversas formas de organização da intervenção estadual no campo das políticas sociais, reflexo das diferentes ideias e ideologias que perpassaram, com maior ou menor força..

È com estas noções de sinuosidade da evolução do Estado- Providência, de acção, pró- acção, e retracção, que evoluiu a construção do Estado-Providência no pós 1974 e até 1984/86 e que de algum modo podemos visualizar através dos números fornecidos pelo quadro seguinte, referente às despesas com a segurança social (cit. in Rodrigues, 1998: p.p. 233 e 241):

Quadro nº4: Despesas correntes de Segurança Social (%) 1970/84

	1970	1975	1980	1981	1982	1983	1984
Prestações Pecuniárias	86,2	90,3	87,2	88,2	88,5	89,3	89,6
Abono de família e prestações complementares	37,9	26,8	8,2	9,3	8,9	9,2	9,6
Subsídios de doença e maternidade	13,8	15,6	9,0	9,3	8,7	8,6	8,2
Subsídio de desemprego			4,5	4,0	3,8	2,6	4,7
Pensões	25,9	45,5	64,3	64,5	66,1	67,4	65,8
Outras prestações	8,6	2,3	1,1	1,1	1,1	1,4	1,2
Acção Social	1,7	0,4	4,9	4,7	4,7	4,7	4,7
Administração	12,1	9,3	7,9	7,1	6,8	6,0	5,7
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Alfredo Bruto da Costa (1985). Segurança Social- relatório sectorial, Conferência sobre Políticas de Desenvolvimento Económico e Social, IED, Lisboa.

- **A Década de 90: Do Relançamento à Geração das Novas Políticas Sociais**

A integração europeia, em 1986, com as necessárias reformas estruturais, ao nível da economia, o acesso a fundos estruturais de modernização das estruturas públicas (hospitais, estradas, escolas, universidades, serviços sociais, e serviços de saúde desconcentrados), a abertura de fronteiras e o aumento extraordinário, jamais visto, do investimento estrangeiro nas estruturas produtivas e comerciais (particularmente da Espanha, que vais passar a ser o nosso parceiro comercial), o aumento real do poder aquisitivo privado, do consumo em detrimento da poupança, fez com que Portugal de 1986 a 1991, vivesse um clima de confiança, de adaptação estrutural visando a competitividade, o emprego e a convergência com os padrões do PIB europeus (Ramos, 2000), ultrapassando, fruto desse investimento externo, de um clima mundial propício, as instabilidades financeiras recorrentes.

Este quadro, positivo, determinado pela integração europeia, nestes anos, foi ajudado pelo primeiro acordo de concertação social, em 29 de Julho de 1986, em sede do Conselho Permanente de Concertação Social, que permitiu, pela primeira um primeiro acordo entre as diversas forças sociais, tendentes a conjugar crescimento económico, acumulação, e reforço do Estado- Providência, o que permitiu que num contexto europeu de discussão e crise do Estado- Providência, as despesas sociais,

pu dessem ter aumentado e crescido acima da média comunitária, sendo entre os anos de 1990-93 “...o país da União onde se registou um maior crescimento” (Silva, 2000).

E se entre 1993 e 1996 houve um ligeiro congelamento das mesmas, relacionado com um período de recessão, anterior, ao nível europeu e mundial, a retoma das despesas acontece logo no ano seguinte (como podemos observar no quadro abaixo , Cit. In Silva: 2000), com resultados, em investimentos importantes na consagração dos direitos inscritos na Constituição e de novos direitos sociais, pela afirmação de uma geração de novas políticas sociais.

Quadro nº5: Despesas Sociais em % PIB

	Anos							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Despesa/Pib	17,4	18,6	20,6	22,1	22,0	22,5	22,5	23,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Entre 1995 e 2000, coexistiu aquilo que poderíamos chamar de um surto forte de crescimento económico e de aproximação real à media europeia., com um acentuado investimento nas políticas sociais, na tentativa de uma melhoria real da qualidade de vida na sociedade portuguesa.

Assim, enquanto o PIB per capita português representava no final da primeira metade da década de 1990 apenas 70,7 5 da média dos países que integram a União Europeia, esse valor passou para 74,3 % no final da década, revelando como, por comparação Portugal convergiu em termos reais de forma mais acelerada entre 1995 e 2000. (Capucha, 2002: 1).

Na primeira metade da década de 90, e depois de ultrapassada a crise de 92/93,, verifica-se que o crescimento exponencial da economia e do investimento, principalmente do investimento nas despesas sociais, não tendia a realizar novas formas de organização da solidariedade, de dinamização e mudança no Estado-Providência, nomeadamente, nos campos do emprego, da acção social e da segurança social.

Ora a partir de 1995 verifica-se o início de uma ruptura na concepção das políticas sociais, que permitiu a circunstância rara no nosso país de coexistência de políticas de crescimento económico (aparentemente centradas na despesa pública, mas de êxito duvidoso, como se pode observar pela derrapagem orçamental dos anos 2001 e 2002), com políticas de forte e inovador investimento social, que permitiram o fechar da abobada do Estado- Providência aberta em 1974, apostando na formação e

rentabilização dos recursos humanos, bem como o reforço dos sectores da educação, saúde, educação, cultura, ciência, emprego e solidariedade (Capucha: 2002)

Apostou-se numa “nova geração de políticas sociais”, destinadas a promover as capacidades das pessoas de forma pró-activa, e apostar no contributo destas para o crescimento e desenvolvimento do país.

Seguindo as propostas de Capucha(Ibidem), as políticas sociais orientaram-se por um conjunto princípios, interligados, que deram coerência e orientação á inovação que se concretizaram em novos direitos de cidadania, como o direito á inclusão.

O primado foi dado ás políticas públicas, como nos Estados-Providência europeus, aliando a função reguladora a uma função interventiva, de fornecimento de serviços, novos serviços, face aos novos e grandes problemas colocados pelas frentes diversas de excluídos. Neste contexto incluem-se as políticas de combate à fraude fiscal, á segurança social, á qualidade no trabalho, á exploração do trabalho infantil, que puseram sempre em causa o pacto social, e a credibilidade do Estado, em conjunto com uma reforma financeira da segurança social, tendo em conta a perspectiva demográfica, do emprego, e da estrutura social em mutação, nas próximas décadas.

A responsabilização, quer dos parceiros sociais, quer dos agentes interventores, na participação, definição e partenarização da implementação das políticas, no âmbito sectorial, territorial e institucional. O Plano Nacional de Emprego, o Pacto para a Solidariedade, os sistemas de parcerias que garantiram a implementação do, então, Rendimento Mínimo Garantido e do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, são exemplos de cooperação e responsabilização, entre o Estado Central, Local e os Agentes diversos que actuam no terreno da Solidariedade Social, do Emprego, Formação e Educação.

Uma nova concepção de cidadania expressa em três vertentes. A primeira na lógica da aproximação, dos territórios da solidariedade proporcionados pelo Estado, aos cidadãos, através da contratualização dos benefícios e da oferta de serviços nesta área, a criação das Lojas da Solidariedade, permitindo uma maior facilidade de relacionamento entre os beneficiários e o sistema, simplificando os acessos. A criação do Mercado Social de emprego, como uma rede de apoio diversa e expandida a nível nacional destinada àqueles que, fruto da idade, da cultura, da raça, da língua ou outros factores de exclusão, mantêm uma relação de difícil e longa desinserção dos mercados de trabalho. O Rendimento Mínimo Garantido, que apesar das polémicas, se afirmou como um novo direito de cidadania, “...o direito mínimo de condições de

subsistência...” (Capucha, 2002: 10), constituindo-se como um novo direito social, que infirmado com todo um conjunto de outros direitos, afirmam um novo direito: *o direito á inclusão*. O interessante no Rendimento Mínimo é que não significava, na sua origem, apenas um direito, mas uma contratualização entre o Estado e os Cidadãos, enquanto tais, subscrevendo um contrato de obrigações mútuas, tendo como pano de fundo a inserção social.

Outra inovação, destas políticas sociais, é, a par da universalidade de direitos e deveres, uma discriminação, forma de diferenciar pela positiva. Todos são iguais, em termos de tratamento perante a lei, mas significa que sendo iguais no acesso, são diferentes nas necessidades e portanto a quem mais precisa, mais deve obter, conforme a evolução do crescimento das pensões mais baixas, de escalões nas prestações familiares, nas prestações do desemprego, entre outros.

Tudo isto, implicou a territorialização das próprias políticas sociais, através do lançamento das Comissões Locais de Acompanhamento do Rendimento Mínimo, do crescimento das Comissões de Protecção de Menores em cada comarca, na criação de redes locais e planos regionais para o emprego, do lançamento de um programa de implementação da Rede Social, tendente a funcionar em cada concelho, visando a construção e a sedimentação das parcerias locais, responsáveis pelo desenvolvimento local, e pelos planos de inserção locais (Idem).

Podemos afirmar, que todo este sistema que se foi construindo, mas longe de finalizado, entre 1995 e 2001, teve no PNAI (Plano Nacional de Acção para a Inclusão)²⁵, a unificação de todas as políticas enunciadas, num ambicioso e profundamente modernizador programa, de despiste, planificação, intervenção, e articulação de todas as instâncias de molde a dar ás políticas sociais e ao Estado-Providência uma dignidade nunca antes obtida, e uma capacidade de abertura,

²⁵ O PNAI, apresentado em Julho de 2001, pelo então Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é um documento exaustivo, como é afirmado, um Compromisso para a Inclusão e com a Inclusão, plano para 2001 e 2003, que assume o compromisso português da Cimeira de Lisboa, de “promoção de políticas inclusivas e de combate à pobreza e exclusão social.” O PNAI desenvolve-se por quatro áreas, - a promoção da participação no emprego e o acesso de todos aos direitos, bens e serviços; a prevenção dos riscos de exclusão; a acção em favor dos mais vulneráveis; a mobilização do conjunto dos intervenientes. Em cada área o compromisso é exaustivo e envolve todos os sectores públicos e privados que intervêm na inclusão social. É um plano único, mobilizador, e que pela primeira vez colocava as políticas sociais no topo das prioridades governativas, por um compromisso social de inclusão. As mudanças políticas –económicas e sociais posteriores, deixaram na gaveta este plano, que, provavelmente Portugal irá precisar no médio prazo.

participação e inovação que colocava Portugal ao nível do que de melhor se ia concretizando na União Europeia.

As alterações políticas posteriores, a crise orçamental e a retracção de investimentos públicos no ano de 2002, puseram em causa este ambicioso programa que, contudo, não deixa de ser o culminar de um marco significativo de mudança e afirmação das políticas sociais públicas.

III - ESTUDO DE CAMPO

7- Abordagem Metodológica

7.1- Pobreza e Exclusão Social na Cidade do Porto

O campo onde se desenvolve o estudo empírico envolve as componentes humanas etárias do objecto de estudo em questão, os jovens, em situação de exclusão (fenómeno social abordado), num contexto territorial, que definimos no âmbito da cidade do Porto, por razões de afecto (cidade de nascimento, área metropolitana de residência) e práticas (onde desenvolvo o trabalho social quotidiano, e onde se situa o pólo universitário em que estou a desenvolver a dissertação de Mestrado).

Neste âmbito havia que fazer um aproximação às realidades da evolução e actualidade do fenómeno da exclusão social na cidade do Porto, em primeiro lugar, para à posteriori definirmos um território definido como “meio urbano desfavorecido” no seio da cidade.

A pobreza e a exclusão social na cidade do Porto, tal como anteriormente falámos relativamente ao país, “...constitui-se numa realidade complexa e multidimensional.” (Costa et al, 1999: 133).

Como realidade multidimensional, e idênticas às realidades hoje vividas no quadro das sociedades ocidentais, definidas, por nós anteriormente, como pós-industriais, alia a questão da não satisfação das necessidades básicas, ou dos direitos sociais de “primeira instância” (como a alimentação, a educação, a habitação, entre outros), às necessidades concretas de cada país e momento ao nível da economia e do consumo (como os salários, o nível de consumo, o acesso a bens e serviços sociais, as reformas e pensões, entre outros), bem, como aquilo que define a nova exclusão social, num contexto de abundância, o acesso á cidadania, pela impossibilidade de exercerem os seus direitos de participação, social, cultural, económica, política, profissional, e até familiar e o direito ao bem-estar pessoal á sua auto-estima, num conjunto de direitos de cidadania, que poderíamos resumir como um novo direito (enunciado no PNAI, como atrás vimos), *o direito à inclusão*.

No caso concreto da cidade do Porto, um dos vectores essenciais, que permitiu a mudança para as características descritas da pobreza e da exclusão, foram no essencial de três âmbitos -a desindustrialização da cidade em detrimento dos concelhos vizinhos, conseqüente terciarização e estruturação espacial da Área Metropolitana- conduzindo a

um acelerado aumento do desemprego, consequência, também, de uma baixa formação profissional e escolar, se comparada com a Área Metropolitana de Lisboa, e de um tecido industrial difuso e perfeitamente descentrado em empresas de pequena e média dimensão, nos sectores têxtil, metalomecânica, construção civil, papel, indústria alimentar exportação vinícola, etc., incapazes de competirem no processo de abertura de mercados subsequente à integração europeia (Costa, et all, 1999)

O peso do sector terciário no contexto da cidade alterou a relação custo/preço dos imóveis na cidade, empurrando por um lado os seus trabalhadores do terciário para os concelhos limítrofes ao nível da residência, e ressitando os moradores da cidade, em espaços urbanos com nítida segregação: um zona central histórica, em declínio populacional, de degradação habitacional, mas aberta ao sector turístico, uma zona ocidental, onde apesar da coexistência com bairros sociais, se foi transformando, num núcleo de mais elevado estatuto social, e uma zona oriental, onde confluem uma boa parte dos bairros sociais, sofrendo a recessão industrial da cidade, com características nítidas de depressão e guetização. Não esquecendo a existência de inúmeras ilhas um pouco por toda a cidade, vectores de pobreza espacial e de exclusão social, mas em compensação e devido aos programas governamentais de erradicação das barracas, um lento mas seguro desaparecimento destas estruturas habitacionais da cidade.

Estas alterações ocorridas nas últimas décadas na cidade, ao nível da estruturação, económica, espacial, e social, tornou certos grupos mais vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social, como podemos observar no estudo de Bruto da Costa e outros (Idem: 134):

- Os idosos, pelas baixas reformam, pela dependência, pelo isolamento familiar;
- As famílias monoparentais, com especial incidência para aquelas que são representadas pela mulher;
- Os mendigos, os sem-abrigo, e uma categoria mais recente os arrumadores;
- Os toxicodependentes;
- Os jovens vivendo em zonas degradadas e ou nos bairros sociais;
- Os desempregados de longa duração, ou com trabalhos precários;
- As crianças, vivendo em núcleos familiares afectados pelos problemas supra referenciados;

Estes grupos sociais aparecem, também, numa linha de segregação espacial, pois apesar de os podermos encontrar ao longo das várias freguesias da cidade, os valores

umentam, se cruzarmos com outros indicadores, como a habitação, a escolaridade, o emprego, a formação e a criminalidade, em áreas degradadas, da zona histórica, mas com relevo para os residentes nos bairros sociais, população significativa face ao total da cidade²⁶, e que tem um índice de envelhecimento inferior ao restante do concelho do Porto - "...93% nos bairros municipais, contra 102,5% no concelho do Porto." (Vários, 2001: 22)." O que face aos déficits ao nível da escolaridade, emprego e formação aí existentes torna mais vulneráveis à não inclusão social, os jovens dos bairros sociais, como podemos atestar com alguns dados comparativos:

- O desemprego na Área Metropolitana do Porto atingia em 1997 cerca de 10,5% (Costa et all, 1999:150) e, por exemplo, nos bairros sociais do vale de Campanhã, na mesma altura, atingiria 22.8% -sendo que na faixa dos 15 aos 24 anos rondava os 30,8 %), (Pimenta, s/d).
- Ao nível escolar

Em conclusão, e no contexto não só da cidade do Porto, como da região urbana mais alargada, a Área Metropolitana do Porto, existem conjuntos territoriais, onde tende acelerar-se a suburbanização, com o aumento de situações de exclusão e marginalidade social, nomeadamente e conforme Bruto da Costa (Op. Cit., 1999), "...nas imediações de alguns bairros sociais...", configurando-os como contextos de produção e reprodução da pobreza e exclusão social.

7.2- O Caso dos Bairros Sociais do Vale de Campanhã: Um território como contexto social de exclusão- Um Estudo de Caso

Na linha do exposto no ponto anterior, a escolha de um território como contexto social de exclusão, onde se desenrolou o Estudo de Campo, incidiu sobre os bairros sociais, especificamente os bairros sociais do vale de Campanhã.

As características da zona oriental do Porto, em específico o Vale de Campanhã onde se concentram um grande número de bairros sociais –11-, com cerca de 12 mil habitantes, fazem configurar o território da zona oriental como um contexto social de exclusão, nas palavras de Pimenta(s/d . 70):

²⁶ Para um total de cerca de 280 mil habitantes, na cidade do Porto, 40.027 residem em bairros sociais (Vários, 2001), ou seja cerca de 14, 3 % da população vive neste tipo de áreas habitacionais.

As características sócio-urbanísticas da zona oriental do Porto, onde se concentra a maior parte da habitação social da cidade, são semelhantes às que, em regra, definem e caracterizam uma zona urbana desfavorecida: a degradação do edificado e do espaço envolvente; os acentuados défices de instrução e qualificação profissional da população residente; os graves problemas de integração laboral e de aceitação social dos moradores; a elevada concentração de situações de pobreza e exclusão social.

No Vale de Campanhã concentra-se um eixo de exclusão social, único na cidade, pela sua extensão e reprodução de sub-culturas típicas dos fenómenos de exclusão, (aliás, objecto de intervenção sócio-urbanística do Programa Urban, o Sub-Programa Do Vale de Campanhã)²⁷, que no contexto da zona oriental, forma uma malha territorial de bairros sociais, com vastos indicadores de exclusão social.

Ao nível do emprego, podemos perceber que a taxa de actividade é inferior em 5 pontos percentuais ao conjunto da população concelhia, e as taxas de desemprego, são as mais elevadas, também do concelho, com especial incidência para a população mais jovem (Pimenta, s/d), como podemos observar no quadro seguinte:

Quadro No. 6:

Taxa de desemprego por grupos etários
nos bairros sociais do Vale de Campanhã %

Grupos etários	Taxa desemprego(*)
15-24	30.8
25-34	24.4
35-44	17.1
45 e mais anos	19.2

(*) percentagem da população activa; desemprego em sentido lato, i.é., todos os que se declararam desempregados independentemente de terem ou não procurado emprego.

Fonte: Inquérito à população residente nos Bairros Sociais do Vale de Campanhã – Porto, 1997

O desemprego de longa duração é também ele, mais elevado que a média concelhia (55%). As estratégias destes desempregados, e nomeadamente entre os mais

²⁷ O Sub-programa Urban do Vale de Campanhã integrou-se no Programa de Iniciativa Comunitária Urban, que visava incentivar formas integradas de intervenção articulando medidas de carácter material (criação de infra-estruturas e equipamento) com outras de tipo imaterial (formação profissional, dinamização económica, mobilização das comunidades locais...).

jovens, passa pela adesão a uma economia subterrânea, procurando obter rendimentos mais elevados, e modos de vida de consumo semelhantes às populações de zonas sociais e espaciais “incluídas”, juntando-se aqui uma permanência numa zona subsidiária face ao Estado, numa forma, herdada da modernidade, de reprodução da pobreza.

Esta elevada taxa de desemprego dos jovens, e a adesão à “economia informal ou subterrânea” relaciona-se de modo directo, com factores como altos níveis de abandono da escolaridade e parca capacidade de aceder a formação qualificante.

Exemplo destes problemas são os índices altos de analfabetismo, 9% (Pimenta, s/d: 76), por relação com o concelho, 6,2% em 1991 (Costa et al, 1999: 145); a maior parte dos residentes, mais de 60%, completou apenas o primeiro ciclo do ensino básico e 7% apenas sabem ler e escrever. Neste campo a situação das mulheres é em geral pior que dos homens, como aliás no emprego, onde ocupam a escala mais desqualificada dos mesmos (empregada de limpeza, domésticas, cozinheiras etc.), sendo, no entanto, típica das zonas urbanas desfavorecidas, contexto sociais de exclusão.

No entanto, é nos jovens que se manifesta de modo mais profundo a situação de exclusão social, onde aliadas à baixa qualificação e desinvestimento escolar, surgem indicadores de não exercício, básico, da cidadania. No estudo de Pimenta (s/d: pp.75-76),

(...) cerca de meio milhar de activos, maioritariamente jovens, que já tiveram contactos com as estruturas de apoio criadas pelo urban (Autocarro e Clube de Emprego), 24% não tinham bilhete de identidade, 42% não tinham número de contribuinte, 55% não tinham cartão da Segurança Social e 35% dos desempregados não estavam inscritos no Centro de Emprego.

Estes factos são ainda mais preocupantes pelo peso da população jovem- é uma das poucas áreas do concelho onde o índice de envelhecimento é menor, 81% (Vários, 2001: 116), e simultaneamente a população entre os 15 e os 44 anos é maioritária (Ibidem).

A escolha de um território como objecto de estudo empírico de um fenómeno conduziu-nos, de uma forma “natural” para o Método de Estudo de Casos, na perspectiva enunciada por De Bruyne (Cit. in Lessard et al., 1994: p. 170), “(...) o estudo de casos toma por objecto um fenómeno contemporâneo situado no contexto de vida real”.

Neste caso, o objecto de estudo são os processos de inserção social e cidadania de jovens em contexto de exclusão, sendo esse contexto de exclusão o Vale de Campanhã, situado na zona oriental da cidade do Porto.

7.3- Objectivos da Investigação

Tendo por base, as hipóteses de investigação enunciadas na ponto II do trabalho, o Método de Estudo de Casos, enquanto perspectiva e atitude compreensiva dos fenómenos, a partir do seu interior (De Bruyne et al, Cit. In., Michelle Lessard et al., 1994: p.169), no envolvimento activo dos sujeitos observados, enumeramos alguns objectivos da investigação:

- a) Identificar, num contexto de desmodernização, e, portanto, de falência das “Instituições” socializadoras clássicas (família, escola, trabalho), as relações privilegiadas dos jovens neste contexto social de exclusão, bem como a partir destas relações se reconstroem os laços e as identidades sociais.
- b) Perceber as representações que os mesmos jovens possuem sobre as respostas Estaduais face às suas situações concretas.
- c) Compreender o tipo de construção e consciência social desenvolvida pelos jovens, participantes no estudo empírico, assim como a imagem construída de si na relação com os outros.
- d) Reconstituir, tendo em conta - as lógicas identitárias e a visão do mundo- as estratégias, as respostas e os projectos juvenis (integração, cooperação, associação/contestação, revolta, comportamentos desviantes) face ao seu “universo” social, vivido como contexto de exclusão.

7.4- Fundamentos e Aspectos Teórico- Empíricos do Método

A investigação consistiu em dar voz aos jovens do Vale de Campanhã (aqueles objecto do estudo empírico), orientando-se, enquanto “processo de escuta” da(s) realidade(s), através de um método relacionado com o plano fenomenal do objecto, o Método de Estudo de Casos, o mais “...real, aberto, não controlado...” (Lessard et al, 1994: 16). Real porque menos construído. Mais aberto porque menos limitado. E não controlado porque de menor manipulação possível. O que pressupõe, de quem investiga, uma atitude compreensiva, e me consequência uma análise profunda, introspectiva (Idem: p. 169), para um conhecimento claro e profundo dos casos particulares e concretos.

Deste modo, e em estreita relação com o objecto de estudo e o Método de Estudo de Casos, tomamos por atitude e abordagem metodológica, uma Metodologia de carácter Qualitativo, tendo a em conta a “natureza” compreensiva e de análise em profundidade das acções e das relações, comportamentos e representações simbólicas, dos sujeitos observados (De Bruyne, Cit, In Lessard et al., 1994: 170), no quadro do paradigma interpretativo, que se baseia, “...num postulado dualista, dando valor aos comportamentos observáveis, enquanto relacionados com significados criados e modificáveis pelo espírito.” (Lessard et al., 1994: 40). Em consequência, os dados quantitativos recolhidos no Estudo, partir da “Ficha de Identificação” (Anexo 1), foram colocados ao serviço desta interpretação.

A investigação incide, portanto, sobre o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas de significação, criados pelos actores, objecto de estudo, e as problemáticas interpretativas daí decorrentes, tendo em conta a “relação entre as perspectivas dos actores e as condições ecológicas da acção na qual se encontram implicados” (Erikson, Cit. In, Lessard et. al., 1994: p. 41). Implicando na organização e planeamento da investigação uma forma progressiva, flexível, interpenetrada entre os dados exploratórios provindos do estudo empírico e as componentes desenvolvidas teórico-metodológicas, num vai e vêm, natural entre ambos os “corpus” do estudo.

Aproximando-nos, aqui, de uma perspectiva fenomenológica e etnográfica, esta no sentido em que o campo empírico se constitui, não como um prática ou verificação de teste de uma teoria, mas numa lógica exploratória, como meio de descoberta e de construção de uma inteligibilidade: trata-se de apreender o real de

acordo com um procedimento indutivo- do particular para o geral (Ribeiro, 2000:50).

7.5- Condições e estratégias de Selecção da Amostra

A selecção da amostra, relativamente ao universo dos 12 mil habitantes dos Bairros Sociais do Vale de Campanhã, segundo os dados de Pimenta (s/d), é uma escolha ou selecção intencional, i.é., baseia-se nos critérios emergentes dos objectivos do estudo, ou seja, procurando uma população que constituísse o “pólo visível” dos jovens interagindo num contexto de exclusão social.

Assim, a população inquirida é constituída por jovens entre os 13 e os 20 anos de idade, de ambos os sexos (quatro jovens do sexo feminino e doze do sexo masculino), de diferentes bairros do “Vale” (6 do Bairro do Lagarteiro, 6 do Bairro do Cerco, 2 do Bairro S. Vicente de Paulo, 2 do Bairro S. João de Deus), escolhidos após pesquisa de terreno junto de fontes privilegiadas locais, como dirigentes associativos, Técnicos de Instituições de Intervenção Social e da Junta de Freguesia de Campanhã, “concentrariam”, um passado/presente de comportamentos problemáticos, abarcando problemas de desagregação familiar, insucesso e abandono escolar, trabalhos precários, e parca ou nula formação profissional, problemas de toxicodependência (dois dos entrevistados eram dependentes de substâncias aditivas assumidamente), com comportamentos anti-sociais, nomeadamente em grupo, que despoletaram a intervenção da instância judicial sobre esses elementos (oito do inquiridos pertenciam a um grupo/bando organizado e referenciado no meio social com a prática de actividades delinquentes).

A recolha dos dados foi efectuada entre os meses de Junho e Julho de 2002, através de entrevistas.

Salientamos o carácter voluntário da participação na investigação, depois de explicados os objectivos da entrevista e assegurada a confidencialidade dos resultados, bem como a total adesão dos inquiridos a quem inicialmente solicitamos colaboração e desenvolvemos um trabalho de empatia, com deslocações diversas ao seu meio vivencial, com os objectivos de ganhar a sua confiança dos jovens, e confirmar os elementos anteriormente fornecidos pelas fontes locais e técnicas.

Deparámos, contudo, com alguns condicionalismos que alteraram o programa inicial de entrevistas:

- Pretendíamos efectuar as 16 entrevistas de forma individualizada, no entanto, os 8 elementos que presumivelmente constituiriam um grupo/bando organizado, e frequentavam a Associação CAOS²⁸, colocaram objecções, adiando sucessivamente as mesmas, pondo em risco, o definido temporalmente e mesmo a impossibilidade de realização das mesmas, pelo que fomos “obrigados” a efectuar uma entrevista colectiva, em espaço pertencente à Associação.
- No âmbito das entrevistas individuais, e devido às dificuldades de alguns destes jovens em exporem-se em locais mais públicos dos Bairros, pela conotação que possuem com comportamentos, socialmente censurados, estas não foram realizadas em locais uniformes, e não de forma a evitar interferências externas (espaços das associações locais com pouca privacidade, pátios, entradas dos prédios, e no interior das casas com a interferência de outros elementos da família.

Apesar destes condicionalismos, no entanto, os jovens foram capazes de mostrar uma abertura para responder às diversas questões, e o material recolhido, mostrou isso mesmo, nomeadamente, nas entrevistas colectivas, sendo que, apesar destes condicionalismos, aparentemente a tentativa de garantir a diversificação e a extensividade dos casos exemplares terá sido conseguida (Bertaux, cit. in, Gonçalves, 1998).

A caracterização da amostra será desenvolvida posteriormente, atendendo a que a mesma é parte integrante da análise e discussão dos resultados do Estudo Empírico.

²⁸ A Associação CAOS, criada por iniciativa da Junta de Freguesia de Campanhã, sob a responsabilidade do Dr. José António, Técnico Superior de Serviço Social nessa junta, com o objectivo de apoiar, inserir e recuperar jovens em situação de ruptura, nomeadamente com problemas de toxicoddependência, um projecto dos jovens, para os jovens da zona de Campanhã.

7.6 - Recolha e Tratamento de Dados: da Entrevista à Análise de Conteúdo

A recolha de dados, aos 16 jovens da Amostra, foi efectuada, através da realização de **entrevistas semi-directivas**. A escolha deste tipo de entrevista, nível intermédio entre entrevistas não-directivas e directivas, permitiu-nos, por um lado, a recolha mais livre dos dados, não sujeitando a dispositivos de algum modo pré – elaborados, permitindo que “...o próprio entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objecto perspectivado...” (Albarello et. al., 1997: 87); por outro lado, no entanto, não deixa de possuir um objecto de estudo definido, e expresso na entrevista que impede uma total dispersão do entrevistado ao sabor do seu pensamento e de considerações alheias ao interesse do estudo, pelo que assume em simultâneo características parcialmente directivas.

As entrevistas tiveram por base um guião (anexo 1), cuja construção, foi operada, após três entrevistas de teste, não integradas no conjunto analisado. Junto com o guião era preenchida um a pequena *Ficha de Identificação* (anexo 1), que tinha como objectivo perceber algumas características sócio-económicas da amostra, cujos resultado quantitativos foram integrados na análise e discussão global do estudo de campo.

Todas as entrevistas foram audio-gravadas e em algumas entrevistas as questões enumeradas, foram sendo transformadas, sem perder de vista o objectivo, mas adoptadas ao estilo do interlocutor, às suas capacidades interpretativas, e mesmo, dada flexibilidade da investigação, foram introduzidas perguntas de dinâmica circular, que permitiram aprofundar ideias, significados, acções.

A técnica de tratamento de dados, obtidos através das entrevistas, foi a **análise de conteúdo**.

A análise de conteúdo enquanto técnica de tratamento de informação permite inferir sobre a fonte e a situação em que esta produziu o material objecto de análise (Sarmiento, et. al., 2000: 74). Podendo afirmar-se que a finalidade da própria técnica é efectuar inferências sobre as mensagens, sob uma primeira inventariação e sistematização das mesmas.

Assim, e como nos afirma Jorge Vala (1986: p. 104):

O material sujeito à análise é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização – atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção de análise.

Neste quadro, o tipo de análise a que se recorreu, no quadro das análises que Bardin (1995) descreve como “instrumentos de análise”, foi a da *enunciação*, na perspectiva, também de Bardin (1995: 175), de que: “...Cada entrevista é estudada em si mesma como uma totalidade organizada e singular. Trata-se do estudo dos casos. A dinâmica própria de cada produção é analisada e os diferentes indicadores adaptando-se à irreductibilidade de cada locutor.”.

A comunicação é encarada como um processo e não como um dado.

Relativamente aos procedimentos adoptados no decorrer do processo de tratamento dos dados, obedeceu-se às seguintes etapas:

- 1)- A transcrição integral das entrevistas.
- 2)- A identificação, através da leitura atenta e respectivas anotações de cada uma das entrevistas.
- 3)- A organização da leitura, de cada uma das entrevistas, por forma a obter as sinopses das mesmas.
- 4)- O aprofundamento através dos procedimentos da “análise temática”, “categorial” e “tipológica”.

Todo o material recolhido foi submetido a duas gelhas de análise (anexo 2), cruzadas á posteriori, cuja unidade codificação- a unidade de registo- foi a frase, no contexto de um recorte temático, definido por Berelson (Ci. In., Bardin, 1995: 105), como “Uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer uma frase composta, habitualmente um resumo, ou uma frase condensada...”, e a unidade de contexto foi a totalidade da entrevista audio-gravada de cada jovem.

As grelhas de análise de conteúdo (anexo 2), criadas especialmente no âmbito desta investigação, a partir das leituras de Bardin (1995), permitiram registar as componentes positivas e negativas das unidades codificadas (entendido o positivo como elemento de inclusão social, e integração no quadro do normativo aceite socialmente;

entendido o negativo como elemento de exclusão social, e não integração no quadro normativo aceite socialmente e punido juridicamente), constituindo-se, para tal, dimensões, categorias e as referidas componentes positivas e negativas, a partir dos objectivos da investigação e expressos nos dois grupos de questões na entrevista (anexo 1).

No 1º grupo- relativo aos valores objectivos do Sujeito face aos agentes de socialização e às representações face às entidades integradoras do Estado, definimos como dimensões em análise os *Agentes de Socialização*, que categorizamos em, para além, dos tradicionais, *Escola, Família, Trabalho/formação*, incluímos *os Grupos de Pares* (elemento importante de avaliação na Investigação), não incluímos outros como os audio-visuais e as novas tecnologias, porque não faziam parte dos objectivos definidos e merecem uma outra investigação sobre o seu valor e o simbólico associado. Bem como a dimensão das *Respostas Estaduais*, visando a integração social, e normatização, categorizamos em quatro áreas, *os Apoios Sociais/Segurança Social, o Rendimento Mínimo Garantido, Justiça/Reinserção, e uma componente outros*, abrangendo diversos organismos. Para cada Categoria, indicamos um conjunto de componentes positivos e negativos, que foram contabilizados, proporcionando uma primeira visão/aproximação aos significados dos discursos, e dos actos subjacentes.

No 2º grupo, relativo aos valores subjectivos do sujeito: visão de si, da sociedade, das possibilidades dos jovens que vivem nesses contextos, em termos de (des)integração social, das associações juvenis locais, sobre problemas sociais inerentes às vivências juvenis como a sexualidade, sida, droga, crime, violência, marginalidade; definimos como dimensões a *Identidade/Consciência Social*, correlacionados com quatro categorias em análise- *Visão da sociedade e Consciência Social, Auto conceito, Como os outros o percebem, Projectos de vida*; e ainda, a dimensão das *Respostas Juvenis*, expressa na categoria das *Estratégias e Comportamentos*. Para cada categoria procedemos de forma idêntica ao supra referido relativo à análise das questões do 1º grupo.

Referimos ainda, que no que concerne á dimensão das *Respostas Estaduais*, foi feita uma análise tipológica das representações sobre as mesmas.

7. Apresentação e Discussão dos Resultados do Estudo de Campo

- A Vez e a Voz dos Jovens -

É chegado o momento da reconstrução do objecto segundo o recorte teórico que delineamos e os procedimentos metodológicos adoptados, perspectivando-o, não unicamente, como a fase final do trabalho teórico-empírico, mas, como ponto de partida para reflectir sobre os processos e gerar contributos que possam (re)situar o objecto, num questionar mais amplo sobre a realidade.

O objectivo deste capítulo não tem como pretensão revelar a “Cultura Juvenil”, bem como os procesos globais de inserção e concomitantemente de cidadania, até porque se situam fora do alcance do nosso trabalho empírico, pois envolveria outro tipo de estudo e de recursos metodológicos.

Mas, o que se procura atingir é uma abordagem aos significados, às representações dos jovens interpelados sobre as possibilidades de inserção e de exercício da cidadania, num contexto urbano de exclusão social

Muito do que aqui é analisado está directamente relacionado com o que atrás descrevemos no enquadramento do fenómeno social, quer nos quadros teóricos, quer na aproximação à realidade social Portuguesa e da Área Metropolitana do Porto.

Não há, portanto, a pretensão de tornar evidente uma forma particular de “vivência cultural” dos jovens do Vale de Campanhã nos seus processos de adaptação e apropriação do social, mas o que pretendemos foi captar os padrões de vida que ressaltam das suas vozes, os significados ocultos, dos comportamentos, pelas ideias e representações reveladas sobre os agentes de socialização, as respostas do Estado, as identidades e a consciência do seu estatuto social, e as formas estratégicas como actuam no tecido social, procurando dar sentido a essas vozes (que aportam comportamentos), “comungantes” com uma cultura de exclusão, e particularmente com uma sub-cultura juvenil, mais ou menos, assumida de como marginal.

8.1- Para uma melhor caracterização da Amostra

A amostra, como já referimos é constituída por 16 jovens entre os 13 e os 20 anos de idade, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro nº 7: Idades dos Jovens Entrevistados

IDADES	
13 anos	1
14 anos	1
15 anos	5
16 anos	4
17 anos	2
18 anos	2
20 anos	1
Total	16

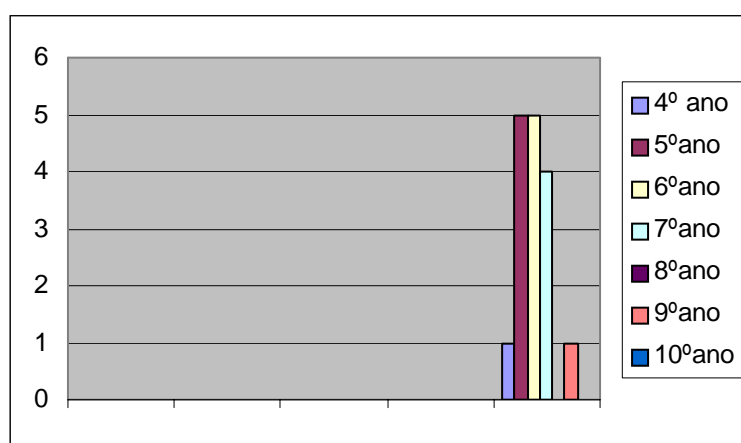
Fonte: Dados obtido através da ficha de identificação (anexo 1) dos jovens entrevistados no estudo empírico

Estes jovens estão geograficamente situados no Vale de Campanhã, em diversos bairros sociais, conforme já referimos, oito entrevistas foram realizadas individualmente (E1, E2, E3, E12, E13, E14, E15, E16), e as restantes oito de forma colectiva (E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11). Três dos jovens são do sexo feminino e os restantes 13 do sexo masculino.

Numa análise global, a partir dos indicadores fornecidos pelas fontes locais, Técnicos que intervêm juntos destes jovens, e das próprias entrevistas com os mesmos, só dois dos jovens (E15 e E16) não apresentam os problemas de desestruturação e reconfiguração dos núcleos familiares, absentismo/insucesso e problemas comportamentais no contexto escolar, início precoce da actividade laboral em concomitância com baixas qualificações e trabalho precário. Dois desses jovens assumiram dependentes do consumo de drogas (E4 e E5), e os elementos do grupo das entrevistas colectivas surge com uma imagem de funcionamento em bando, emergindo comportamentos de transgressão e delinquência, assumidos, aliás, ao longo das entrevistas. Alguns dos entrevistados individualmente também surgem associados a práticas transgressoras e delinquentes, com contactos com as Instituições de Justiça de Menores (E1, E2, E13).

Dos dados obtidos, através da ficha de identificação (anexo 1) ressaltam alguns dados interessantes que inscrevem esta população no quadro global do vale de Campanhã. Por exemplo, se analisarmos em conjunto as idades dos jovens, onde predomina um maioria (9 elementos entre os 15 e 16 anos) e analisarmos o gráfico das habilitações literárias (abaixo identificado), onde a quase totalidade dos jovens se situa entre o 6º, 7º e 8º anos de escolaridade, percebemos o défice de escolaridade, nesta população, apesar da sua juventude, condicionando-lhes os percursos sociais e profissionais.

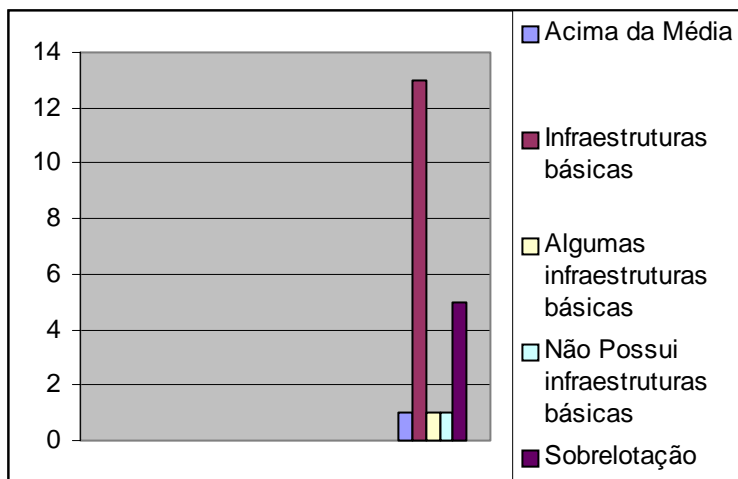
Gráfico nº1- Habilitações Literárias



Fonte: Dados obtido através da ficha de identificação (anexo 1) dos jovens entrevistados no estudo empírico.

Por outro lado, e relativamente às condições do alojamento, este apesar de, em princípio, se situar no “dever ser” de condições medianas, como construção camarária destinada a suprir carências ao nível de um dos direitos básicos, o Direito à Habitação, são-nos apresentadas pelos próprios usufrutuários deste bem social, como possuindo apenas as infra-estruturas básicas, na grande maioria, e com um índice importante de sobrelotação, condicionantes das condições de convivialidade e das dinâmicas familiares, nos níveis comunicacionais, reserva da individualidade e da intimidade, como podemos observar no gráfico seguinte:

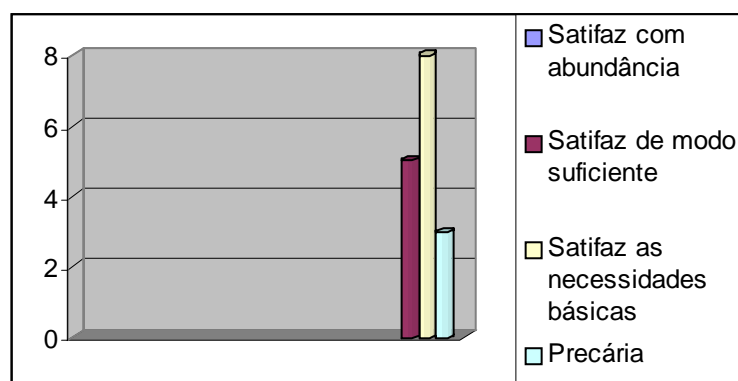
Gráfico nº 2: Condições de Alojamento



Fonte: Dados obtido através da ficha de identificação (anexo 1) dos jovens entrevistados no estudo empírico.

A situação económica dos agregados familiares dos entrevistados surge, também, como um dado, que os identifica com o contexto social de residência, onde a maioria, 69%, se situa nas zonas mais débeis, que evidenciam necessidades económicas ao situar-se entre os níveis de satisfação das necessidades básicas (8 dos entrevistados) e a precaridade (não satisfazendo sequer as necessidades básicas (3 dos entrevistados)).

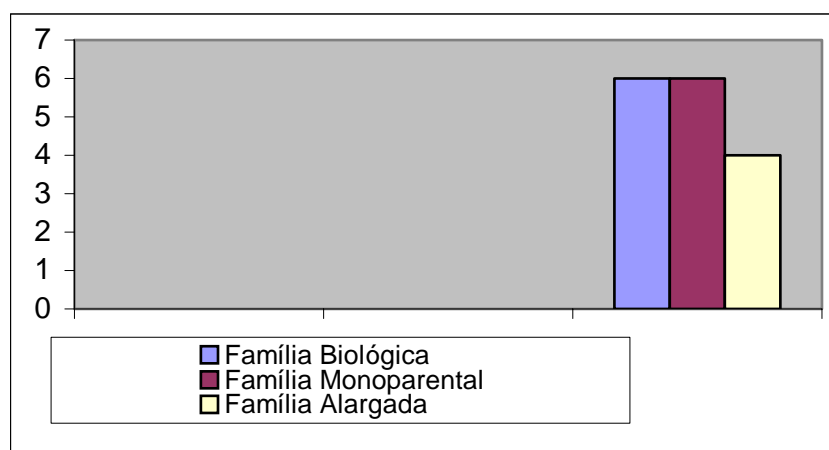
Gráfico nº 3: Situação Económica



Fonte: Dados obtido através da ficha de identificação (anexo 1) dos jovens entrevistados no estudo empírico.

Outro dado, e por último, de idêntica proximidade com dados do Vale de Campanhã, concerne com a composição dos agregados familiares, onde, em paridade, com a vivência na família biológica (pais e irmãos), se afirma a família mono parental, nos casos abordados, constituída por mãe e filho (s), e ainda com valor significativo a família alargada. Uma diversidade de composições, que neste contexto, revela as mudanças frequentes no contexto do agregado original, a importância das mães solteiras, aportando consigo as dificuldades de subsistência, neste contexto de parca qualificação, baixa escolarização e precariedade do emprego.

Gráfico n° 4: Agregados Familiares



Fonte: Dados obtido através da ficha de identificação (anexo 1) dos jovens entrevistados no estudo empírico.

8.2- Análise das Entrevistas

8.2.1- Contexto de Socialização e Integração Social

(i) Família e Elementos Adultos: “Não têm nada a dizer”

A família, e os elementos adultos, primeira instância de socialização, tradicional, surgem nos conteúdos transcritos das entrevistas, numa sequência, quase espiral, de respostas, a perguntas que circularmente vão delimitando as ideias dos jovens sobre

estes elementos, que, de uma importância inicial (reposta á primeira questão sobre a importância da família), vão passando rapidamente para indicadores de instabilidade, mudança, desestruturação, rupturas, associadas a dificuldades decorrentes da precariedade dos recursos socio-económicos disponíveis.

P²⁹ - Atribuis valor á família no teu processo de crescimento?

R: Sim, claro...muita importância...mas só da minha irmã, conheci minha mãe por fotografia. Perdi-a (faleceu) cedo, por doença.

P: E o Pai, também o “perdeste” cedo?

R: O pai...foi mais tarde, aí // aos 12anos..., mas apoiava...era filho //era novo não me lembro bem. Há (lembrança súbita), e bebia os seus copitos...educação, bem, não era nenhum exemplo!

...ele (o pai) queria que eu estudasse, mas tive que ir trabalhar, para a judar o meu pai, porque éramos pobres.

(E1, sexo masculino, 18 anos)

...importante a família...a minha mãe sempre (...)

P- Porquê?, Porque morreu cedo?

R- Sim, foi há 6 anos, mas lembro-me bem dela.

P: E os outros elementos, aqueles que são a tua família agora, os teus tios, conforme disseste?

R: É como se fossem meus pais.

P: Apoiam-te, é, as tuas necessidades, nos teus objectivos, falam contigo, como é que podes descrever?

R: Podiam apoiar mais...// mas pronto (resignação).

(E2, sexo masculino, 17 anos)

...tenho irmãos, por parte da mãe e do pai. A minha mãe tem outro companheiro, que está preso...

P- Ela (a mãe) estimulava-te para frequentares a escola?

²⁹ Algumas das nossas intervenções/incitamentos (decorrentes da estimulação do discurso dos jovens) serão, também, transcritas nestes excertos, de modo a contextualizar o discurso dos sujeitos.

R- Nunca nos falou muito disso. Havia coisas mais importantes. Ela trabalhava no circo...andávamos de terra em terra era difícil. Mas em Portugal (estive em Itália alguns anos) também não foi fácil para nos sustentar...

(E3, sexo feminino, 16 anos)

Os problemas estruturais condicionam a qualidade das relações com a família e os adultos, expressas nas dificuldades de comunicação, ou mesmo na incapacidade de abrirem canais de comunicação, agravados quando os valores do trabalho e da baixa escolaridade já não podem servir de referência aos descendentes, ou jovens adolescentes, empurrando-os para o seio daqueles com quem partilham a mesma linguagem e os mesmos problemas, desvinculando-se de qualquer identificação com a família.

...A minha mãe é mais importante, porque vim com ela (veio de Itália para Portugal, o pai ficou em Itália), mas tenho dificuldades em relacionar-me com ela, já não entende os meus problemas...

P- E as amigas?

R- Saio com elas, gosto, desabafo.

(E3)

...Não sei. Chego a casa como, deito-me; também não há clima para falarmos sobre isso (estávamos a falar sobre problemas como a droga, sida, delinquencia. Com os meus amigos é diferente, tenho mais confiança!

(E2)

P- E a família acompanhava o percurso escolar?

R- Dava...//pouca consistência

(E4, sexo masculino, 18 anos)

P- A família ajudou? (pergunta situada no âmbito do percurso escolar)

R- Não. A família não quer. O melhor é ir ganhar dinheiro ir trabalhar, a família também quer.

(E6, sexo masculino, 15 anos)

P- Os teu pais incentivavam-te a ler, a estudar, tens espaço em casa para isso, como é que te organizas?

R- Os meus pais nem a 4ª classe tinham (respostas idênticas nas entrevistas colectivas), por isso, ...que é quer?, só havia livros da escola, e não havia espaço e tempo para estudar, tá bem?...

P- Então a tua família não é assim tão importante para ti?

R- Claro que não! São os meus amigos, do grupo, esses eu confio.

(E7, sexo masculino, 20 anos)

...Os velhos (referia-se na generalidade aos elementos adultos) acham que somos malucos. Nós não vamos alterar os velhos e eles é que mandam nisto (na sociedade), não dá.

...Não têm nada que dizer. (resposta no contexto da entrevista colectiva, onde foram questionados os jovens que afirmaram já ter problemas com a justiça e terem cometido actos ilícitos).

(E8, sexo masculino, 15 anos)

(ii) A Escola: “Ensina ... A não ser analfabeto”

Se a família aparece nas entrevistas como uma instância de baixo valor de integração social, a escola, assumidamente pelos jovens entrevistados é um não valor de integração social. Não é condição de inserção e sucesso social, não é valorizada pelos jovens que a perspectivam como uma obrigação a que tentam fugir, aumentando a graduabilidade dessa fuga com a idade, através do desinteresse, desmotivação, absentismo, insucesso. É um local onde não aprendem as “coisas importantes para a vida”, nomeadamente para o «mundo» do trabalho; e assume uma continuidade do bairro pela existência de “droga e tráfico” no seu interior, e exterior próximo.

É uma “seca”, que se aguenta até ir embora da “treta”, embora demonstrem, alguns dos entrevistados, em regra os mais velhos, algum arrependimento face ao abandono precoce, pelas dificuldades de inserção no mundo laboral com a baixa escolaridade que apresentam.

P- Interessavas-te pela escola ou não?

R- Desisti no 7º ano...atinava com algumas coisas, mas tive que ir trabalhar, às vezes (risos), aos 16 anos.

P- Achas que a Escola foi importante para ti, ou pelo contrário não lhe atribuis importância?

R- Acho que a escola serviu para alguma coisa...//

P- Para quê?

R- A não ser analfabeto (risos)!

(...) P- Mas o que pensas que te fez desistir da escola?

R- Eram os amigos que me incentivavam a vir cá para fora, Eles não gostavam da escola, eu acabei por não gostar...eles diziam, «Oh pá! Não vás para a escola isso é treta» e eu não ia...ou púnhamos a stora a falar para o boneco!...Não lhe ligávamos nenhum.

P- E agora, tens pena de não ter estudado e continuar a escola?

R- Tenho alguma pena...tinha cabeça para chegar mais longe...

(E1)

P- E a escola, eu sei que tiveste muitas reprovações, o que é falhou na escola, não gostavas de estudar?

R- Porque não ia às aulas e...não gostavam de mim.

P- E porquê que não gostavam de ti?

R- Porque faltava, às vezes respondia às professoras, tinha faltas disciplinares, e a minha mãe achou melhor que eu saísse da escola, por causa das más companhias.

P- Mas qual é o teu sentimento, agora, está arrependida de não teres continuado?

R- Sim, estou arrependida...

P- Porquê?

R- Porque, agora, não podemos trabalhar no que gostamos. Pedem mais escolaridade

(E3)

P- E a escola, foi importante para ti?

R- Sim...mais ou menos.

P- Tiveste dificuldades?

R- Sim, já chumbei. Fui influenciado pelos amigos, mas agora estou melhor, vou continuar, para poder arranjar um trabalho melhor.

(E2)

P- Ora bem, vocês parece que tem todos pouca vontade de estudar, não gostam, da escola, é difícil, o que nos podes dizer H..., ainda não falaste? (pergunta efectuada no âmbito das entrevistas colectivas)

R- Não gosto, é uma seca...grande seca!...A gente sabe tudo!

P- E como é que sabem tudo?

R- Porque aprendemos no bairro.

(E11, sexo masculino, 15 anos)

...Na escola não se aprende nada. Prefiro ir trabalhar. Ganha-se guita, não se depende dos pais.

...O Curso profissional, também é uma hipótese, é mais prático, melhor que a escola.

(E13, sexo masculino, 16 anos)

P- E tu aprendeste algo na escola? (pergunta dirigida a um dos entrevistados colectivamente, que no momento se ria, como forma de o envolver)?

R- Eu?...Nada...Já nem lá vou...

(E10, sexo masculino, 15 anos)

(iii) Trabalho e Formação Profissional:

“É preciso...É difícil...Há pouco para nós”

O trabalho é perspectiva de forma ambígua. Por um lado assume carácter de necessidade e até obrigação em várias respostas, mas, e com os mesmos jovens, por outro lado, aparenta não ser aspecto essencial para a vivência em sociedade, a integração social, existindo vias alternativas, para adquirir os bens de consumo que apreciam.

As dificuldades encontradas, por aqueles que já “competem” no «mundo» laboral, dificuldades de encontrarem um emprego estável, as baixas remunerações, a precaridade do exercício da actividade, a não satisfação por exercerem actividades laborais das quais não gostam, delimitam as possibilidades de “olharem” o trabalho como valor de integração e forma de identificação com a sociedade. O trabalho entra, assim, no campo das causas e consequências da marginalidade: sem escolaridade capaz e sem formação profissional qualificada, não se mantêm no mercado do trabalho estes jovens; não se mantendo no mercado de trabalho tende a confirmar a exclusão de onde emergem e remetem alguns destes jovens para comportamentos “fora das normas sociais”, para as «margens da exclusão».

P- Já algumas vez trabalhaste?

R- Sim, nas férias, trabalho sempre.

P- E Fazias o quê?

R- Artes gráficas. Mas eram só velhotes.

P- Mas atribuíste valor ao trabalho que desempenhaste?

(demora na resposta, começa a fumar) R- Não estou preparado.

P- Não estás preparado para responder, ou para trabalhar e dar valor ao trabalho?

R- Não estou preparado para trabalhar, porque a escola não preparou, pr isso é difícil, isso do valor, não sei...

(...)P- O teu colega disse que os cursos de formação não servem para os jovens como vocês, também está de acordo?

R- Claro, completamente.

P- E, porquê?

R- Estão desactualizados. As bolsas são pouco aliciantes, os meus colegas ganham mais na moynice (tráfico, roubo- explicou). Se fossem duzentos contos! (risos).

(E2)

...andaram até ao fim, mas para eles não adiantou, andam aí na boa vida na mesma sem trabalhar...(diálogo a propósito de colegas que frequentaram cursos de formação profissional).

P- Então se calhar os cursos não servem os objectivos?

R- Pois não, não servem. Não são adequados. Teriam que mudar.

P- E ao nível profissional, já trabalhaste alguma vez?

R- Já.

P- Em que áreas?

R- A trolha...carpinteiro...pasteleiro.

P- E gostaste de alguma dessas actividades?

R- Mais ou menos...mas não fiquei muito tempo.

P- Então, estás desempregado agora?

R- Sim...não aparece nada.

(E1)

...Gostaria de trabalhar porque é preciso, mas gostava de arranjar algo que me desse gozo a fazer (...) Gostaria de trabalhar...por exemplo na cozinha...tinha que Ter descanso...//já trabalhei mas tinha pouco tempo para descanso, isso é importante, não gosto assim, de trabalhar muitas horas seguidas, é importante ter horário definido...pedem mais escolaridade...

(E2)

P- Mas diz-me uma coisa, que ainda não percebi, gostas de trabalhar, o trabalho é importante para ti?

R- Claro, Sem trabalho não se faz nada, só se for roubar, ou traficar!

(E7)

(iv) Representações sobre as Respostas do Estado aos Problemas Sociais

Mais uma vez as respostas dos jovens traduzem uma atitude negativa, de desconfiança face ao exterior, em particular às respostas que o Estado propõe face a problemas como o emprego, os apoios sociais, a toxicodependência, a saúde, a relação com a justiça, a segurança social, desenvolvidas no âmbito da acção das diversas Instituições estatais.

No quadro de análise tipológica³⁰ podemos perceber como a frequência das representações se orienta para uma ideia de incapacidade do Estado, apesar das medidas e propostas diferenciadas que nos últimos 10 anos foram desenvolvidas para dar resposta aos novos problemas juvenis.

Representações sobre as Respostas Estaduais

Tipologia	Frequências
1º Tipo- <i>Um Estado sem Respostas adequadas aos jovens</i> (Grande parte dos jovens entrevistados considera que o Estado, e as suas Instituições, não possuem respostas para os seus problemas.)	E5; E6; E7; E8; E10; E11; E12; E13; E14
2º Tipo- <i>Um Estado com apoios mas insuficientes</i> (Uma parte dos jovens considera que existem alguns apoios mas serão insuficientes face aos seus múltiplos problemas.)	E2; E3; E4; E15;
3º Tipo- <i>Indiferença perante as Respostas Estaduais</i> (Onde se situam os jovens que não manifestam uma opinião concreta sobre o Estado e as suas Instituições, manifestando uma reacção de indiferença perante os mesmos.)	E1; E16

³⁰ Quadro Tipológico obtido através da análise de conteúdo- a análise tipológica, possibilitando destacar as posturas dos entrevistados em termos de representações sobre o Estado.

8.2.2- Sociedade. Identidade e Consciência Social, Estratégias Juvenis

(i) A Sociedade: “Está mal...não está para os jovens...é uma selva”

Os olhares desenvolvidos por estes jovens sobre a sociedade, a partir do seu microcosmo de exclusão, parecem unir-se nas representações globais da sociedade, i.é., o imaginário dos entrevistados remete-nos para uma sociedade percebida: como caos- angústia- injusta- sem oportunidades .

São representações negativas fundadas no conjunto de contextos como a família/bairro, que a escola, não soube ou não pode, alterar, pela força das aprendizagens sociais de exclusão

P- E a Sociedade como está organizada, que é que pensas?...*(silêncio)*...se está bem, se está mal?

R- Mal, mal! Não se investe na educação e na saúde. A escola não serve, é igual para todos, não devia ser.

(E2)

P- Sobre a sociedade, achas que ela está bem organizada, que dá oportunidades e apoio a todos?

Q- Acho que favorece os ricos, a nós não.

R- (E3)

P- Pensas que a sociedade está bem organizada, mal organizada, que opinião tens sobre isso?

R- Está mais ou menos.

P- Mais ou menos como?

R- Não nos favorece, aos do Bairro.

(E4)

(...) A Sociedade está mal só dá para poucos.

(E6)

P- Achas que a sociedade está bem ou mal organizada

R- Para uns está, para outros não.

P- Para quem está bem?

R- Cada vez mais para os ricos...às vezes acho que quem trafica tem razão.

(E7)

...A sociedade não está para os jovens...

...É uma selva, cada um faz o que pode...

...Não, não há justiça. (frases soltas proferidas em off, fora da gravação, por pretensão do jovem)

(E1)

(ii) Identidade e Consciência Social, Estratégias Juvenis: “Eu sou um marginal...”

Em coerência com as representações negativas sobre a sociedade, os jovens transmitem-nos um discurso onde revelam uma consciência social, relativa às vivências no Bairro, e às diferenças face ao exterior ao Bairro, aos obstáculos que lhes são impostos á inserção social, e às identidades subjacentes a essa consciência.

Não enunciado anteriormente, mas implícitos nos excertos, está o grupo de pares, com quem partilham linguagens, quotidianos, “gerem a rua” onde se situam boa parte do tempo, “partilham o Bairro”, as amizades, as estimações e o ódio, criam identidades. Concertam estratégias que podem ir da simples partilha de objectos, ás actividades grupais delinquentes.

Face á falência da família, à inoperância da escola, à agressividade social, é p grupo de pares, o bando, que agrega um conjunto de identificações que permitem recriar laços, por vezes de forma diferencial, marginal.

. À Margem

P- Mas tu, o que pensas sobre ti?

R- Eu sou um marginal. Quero viver a vida.

(E1)

(a propósito de uma série de questões sobre que jovens não tinham apoio)

P- Que jovens?

R- Os do Bairro. Nós somos marginalizados pela Câmara.

(E2)

(na perspectiva do entrevistado no Bairro “não há futuro”)

P- Então, mas não podes fazer nada sobre isso?

R- Acho que estou á margem...sei lá!

(E13)

. Consciência Social

P- Os jovens daqui podem, achas que podem mudar os problemas do Bairro, através das associações, da vossa força conjunta, que faça chegar mais longe os vossos pontos de vista?

Q- Sabemos lá! Talvez mudando o Primeiro Ministro, os Deputados!

(E16, sexo feminino, 15 anos)

P- Por exemplo, vocês os jovens daqui podiam associar-se, organizar-se, para tentar resolver os problemas comuns, fazer pressão, já fizeste parte de uma organização desse género?

R- Sim. Mas não deu resultado.

P- E porquê, na tua opinião?

R- Porque acho que não estava organizada pelos próprios jovens. Não estávamos motivadas...só festas, não queriam trabalhar. E com os rapazes ainda era pior, não dava.

P- Então achas que os rapazes do Bairro não são capazes de se organizarem?

R- Têm outra mentalidade. Não há colaboração. Havia porradas. Drogas também, haxixe, fumavam...

(E3)

P- Achas que este Bairro é problemático, está situado numa zona má para estes problemas?

R- Não. As pessoas daqui são que o fazem mal. Apesar que já foi pior. Podia estar melhor Bairro. Não há dinheiro para o melhorar...e quando há, gastam em merdas que não tem nada a haver.

P-E a Câmara apoia o Bairro, ou nem tanto?

R- Só os “lixeiros” mais nada. Quando há eleições vêm aqui, mas depois morre tudo. Outros são mais beneficiados.

(E2)

P- Mas associarem não poderá ser uma forma de resolverem os vossos problemas?

R- Isso não dá (...) A sociedade acha que nós somos malucos (...)Isto está nas mãos dos políticos, do Governo, dos Deputados, e a política não me interessa. È um nojo e depois culpam-nos a nós.

P- Mas então tens ideias sobre a política?

R- Se ganhasse 600 contos pensava nisso! Isso é só para ao «mamões»!

P- Mas já votaste?

R- Nunca fui votar não me interessa...só se fosse num partido anarca.

(E7)

. A delinquência como justiça

P- Mas tens projectos, alguma ideia do queres fazer na vida?

R- Neste momento, o meu projecto é ganhar dinheiro fácil!

(...) Há...e sobre os ricos só lhe queria dizer...dos jovens »betinhos», sabe, que temos de os roubar, é assim que se faz justiça! (fora da gravação, por vontade do entrevistado)

P- Porquê não há justiça?

R- Não, não há justiça. Os betinhos são os que não precisam de trabalhar, ok, pois, fazêmo-nos a eles.

P- E achas correcto?

R- Claro se não justiça, como é que fazia par ter o que eles têm?

(E1)

P- E como é que vocês consideram os h«jovens de outras zonas da cidade, que não vivem em Bairros?

R- Chamamo-lhes meninos «queques». Conheço quem os roube.

P- E porquê?

R- É uma forma de ter o que eles têm e nós não temos.

(E3)

(...) A sociedade está mal só dá para poucos.

P- E o que é que vocês pensam desses jovens que fazem parte dos “poucos”?

R-Têm sorte são os “betinhos”.

P- E quando se encontram o que é que acontece?

R-Nada...//Quer dizer, roubamo-los, desfazemo-los todos, tiramo-lhes os telemóveis. Nós somos pobres, vá perguntar-lhes como é que é!

P- Mas fazer isso é o quê para vocês? Fazer justiça, violência apenas?

R- Sim, fazer **justiça**, e **vingança**, não é?...

(E7).

9- Para uma Reconstrução dos Processos Inserção/Exclusão Social e Cidadania de Jovens do Vale Campanhã

Nos excertos, atrás apresentados e analisados, surge patente um caminho de direcção quase unívoca, entre os contextos de socialização e integração social, situados num contínuo de factores familiares/sociais/económicos e culturais de exclusão social e uma recriação de laços sociais, perdidos, pelo caminho da “margem”, contra a sociedade, numa identificação e partilha com os grupos de pares, onde se funda uma nova forma de ser social, a partir dessas margens, na experiência delinvente, vivida como justiça e ou vingança, face a uma sociedade representada como caótica e servindo “os ricos”, aqueles que situam dentro do mercado, e portanto contra estes jovens.

Herdaram da família o facto de situarem numa bolsa territorial, periférica urbana, família essa, cujos elementos parentais e família alargada (avós), são portadores de uma cultura de exclusão, adaptada à desenraização que muitos sofreram e ao baixo estatuto que interiorizaram como seu, visível em alguns excertos das entrevistas (pp. 125 e 146) onde se salienta aí a parca escolaridade, e não existência de hábitos de leitura, apoio escolar e auto-formação não valorizando as “habilidades e técnicas” (Fernandes, 1991), que o mercado foi exigindo cada vez mais gradativamente.

No tempo de sedimentação dos familiares no bairro, a modernidade no plano industrial, ainda estava alta, e os valores como a família, o trabalho, a identificação com o grupo operário, eram valores que conferiam identidade, força e formas de integração social, mas a precarização, o desemprego, as mudanças tecnológicas rápidas, o desenvolvimento de economias paralelas (por exemplo o tráfico de droga no Bairro), como forma de sobrevivência num mundo em desmoronamento, vulnerabilizaram a família e as suas capacidades de socialização, não colmatadas pela escola de massas que ganha corpo a seguir ao 25 de Abril de 1974, pelas contradições no processo de desenvolvimento da escola, nomeadamente entre o discurso igualitário de acesso, na concretização dos direitos humanos e sociais, e “(...)a natureza heterogénea e contraditória do «agrupamento de relações sociais», que constitui a escola, e a sub-apropriação do espaço democrático pela escola, tornam o seu desenvolvimento como escola de massas, sobretudo na periferia, como um processo desigual e cheio de tensões” (Stoer et al., 1992: p. 159)

Ora estes jovens confrontam-se com uma família em mudança, que incorporou e transmite, de modo “silencioso e subtil”, uma cultura de pobreza, resistente á mudança e ao exterior, desgastada pelas promessas de mudança, uma escola a que não se adaptam, um mundo laboral volátil e onde não possuem instrumentos para se manterem activos por muito tempo, recebem paradoxalmente da sociedade mensagens contraditórias- por um lado afirma a necessidade de respeitar o mundo dos adultos, por outro denega para cada vez mais tarde e longe o exercício da cidadania em simultâneo que não lhe fornece uma bússola, capaz de os orientarem na direcção da responsabilidade que lhes é exigida, desde cedo, no jogo social do mercado (Fitoussi, 1997).

Ora se a família “não tem nada a dizer” (excerto das entrevistas, p. 125), a escola é uma treta (Idem, p. 129), e a sociedade “é uma selva” (Idem, p. 134), os jovens recorrem ás experiências vividas na rua, no Bairro, isoladamente, mas preferencialmente grupo, dando um sentido á sua existência, pelo despertar de uma identidade, reforçada, no grupo de pares, pela falta de status social, “(...) assume-se como um ser excluído” (Fernandes, 1991: p. 58).

Esta assunção da identidade de excluído, é patente em alguns dos jovens entrevistados, com afirmações como “...Eu sou um marginal...”; “...somos marginalizados...”, “...estou à margem...” (Idem, p. 136), mas também latente nos diversos discursos, onde ressalta a rejeição das Instituições do Estado, do mundo dos adultos, e de uma incapacidade de o mudar por meios dentro dos contextos normativos sociais, que estes jovens consideram moldados pelos próprios, adultos.

A partir deste ponto de ancoragem da análise, podemos afirmar, como noutro ponto já trouxemos à colação, que são jovens, em contexto social de exclusão, sobrevivendo nas margens desse contexto, são “...não cidadãos” (Dahrendorf, 1996). Estão livres de qualquer controlo social, indiferentes á família, á escola, desprezando o Estado e a participação política, manifestando um “ódio” indefinido á sociedade, dirigido a objectos, estruturas ou pessoas, que (embora os jovens não demonstrem esse tipo de consciência social e política) personifiquem a liberdade de acesso ao consumo e ao mercado, dos quais se encontram excluídos, referindo, mais uma vez, Fitoussi (Op. cit., 2001: p. 31), “alimenta-se da crise do indivíduo e fere «onde dói».”.

Os discursos, que pressupõem comportamentos delinquentes assumidos por vários dos jovens entrevistados, indiciam uma “delinquência de iniciação”³¹, que por um lado os insere num grupo, lhes cria segurança, pertença, identificação, e por outro lhes incute um sentimento (verbalizado), de justiça, vingança até, face á rejeição social.

São identidades construídas contra outras identidades, e em conjunto com outros jovens partilham a identidade do Bairro a que pertencem, num Movimento (comunga dos pressupostos definidos por Alain Tourraine na Sociologia da Acção, dos princípios de identidade e oposição), pós-industrial, como vimos noutra capítulo dedicado a este tema, “subjectivo, distanciando-se dos objectivos sócio-políticos de acção colectiva, e pragmático”, em defesa de um Sujeito no limiar da existência, enquanto seres humanos, cidadãos, apenas de número.

Estes jovens do Vale do Campanhã, estão desligados no plano social, indiferentes a uma sociedade e ás suas políticas que apelam à justiça social, á solidariedade, à cidadania e á democracia, mas na incoerência, comum a momentos de profunda mudança social, e na impotência (das nações e aos Estados) face á acção independente conduzida pelo mercado, para quem, parafraseando Dahrendof (1996: 32),

Certas pessoas (por mais terrível que seja apenas escrevê-lo) simplesmente não servem: a economia pode crescer sem o seu contributo; seja qual for a perspectiva em que se considerem, para o resto da sociedade elas não são um benefício, mas um custo.

E por isso os jovens do Vale de Campanhã recusam qualquer proposta de inserção social, mesmo que, por defesa pareçam aceitar, e isto incomoda todo o trabalhador social, que não entende o sucessivo falhanço da integração destes jovens, reenviando para si, ou para o jovem o fracasso. Mas a solução está mais longe, bem mais longe, envolve toda a organização político-económica-social e cultural planetária, reflectida neste pequeno espelho, que representa o contexto dos Bairros Sociais do Vale de Campanhã.

³¹ Cfr. Fitoussi (Op. Cit., 2001: p. 33), que define o carácter iniciático desta delinquência pela própria natureza dos actos cometidos, onde parece ser “(...)menos prioritário o ganho económico...do que o benefício identitário, adquirido junto dos companheiros...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não será fácil, neste espaço, destacar os aspectos mais relevantes, do presente estudo que se constituiu como uma pesquisa de carácter exploratório, com o escopo de promover a reflexão sobre os contributos que potencialmente podem emergir deste trabalho de investigação.

O Trabalho parte das “perplexidades”, relativas à emergência de um fenómeno como a violência e a delinquência juvenil, no seio da sociedade portuguesa, sobre o qual parecia adormecida. Optámos por compreender o fenómeno a montante, nos percursos de inserção sócio-familiares em contexto de exclusão, de modo a fornecermos potenciais instrumentos para a actuação a jusante, quer dos decisores das políticas sociais, quer dos planeadores e dos interventores sociais.

Desde o início que pretendemos enquadrar o fenómeno da inserção/exclusão social dos jovens, num contexto analítico mais vasto representado pelos processos de mudança que avassalam a organização social, as estruturas de socialização, as Instituições, os conceitos de nação, trabalho, educação, cidadania e participação social, os novos hábitos culturais, em consonância com as mudanças paradigmáticas que ocorrem no “mundo” científico, nos planos epistemológico e de reorganização das divisões entre ciências naturais e sociais, introduzindo o termo catalisador, “pós”, a cuja conceptualização recorreremos a autores como, Lyotard (1989) - *uma condição pós-moderna-*, Boaventura de Sousa Santos (1989)- *uma ciência pós-moderna-*, Alain Touraine (1982)- *a sociedade pós-industrial*.

Neste âmbito analítico, a responsabilidade ética (Santos, 1989) do saber científico foi também equacionada, como um encontro entre sujeito e objecto num campo (in)definido, o campo do estudo empírico, numa aliança que ousaríamos chamar transdisciplinar, na utilização teórico-metodológica das perspectivas tradicionais, sobre a exclusão social, sócio-económicas, e as perspectivas pós-modernas, que conferem ao actor (neste caso os jovens do Vale de Campanhã), um papel importante, pela dimensão interna que estes conferem ao fenómeno, e ao contexto em que vivem os quotidianos; simultaneamente, embora elegendo a análise qualitativa como suporte metodológico e

técnico, integrar dados quantitativos, na perspectiva exploratória que conduziu o estudo empírico.

Utilizamos a noção de Sujeito, não apenas como conceito, mas como força central dos novos Movimentos Sociais (Touraine, 1998), em oposição a uma força global que o “sufoca” (ao Sujeito), a força do mercado livre das barreiras políticas, estaduais, nacionais, culturais, religiosas, ou outras, clarificando, as condições objectivas e subjectivas, sob as quais se desenrolam os processos de inserção/exclusão social nas sociedades pós-industriais, que Portugal integra, apesar das especificidades identificadas.

Partimos, então em busca dos jovens do Vale de Campanhã, conceptualizado, como território de exclusão, em função de uma análise mais ampla, nacional, e da cidade do Porto, que integra, procurando nas suas vozes compreender os processos de desligação social, de deslocação para as margens, a partir do território, do bairro, reconstruindo percursos, identidades e estratégias, a partir das suas representações sociais, sobre a família, a escola, o trabalho, os grupos de pares, a sociedade a visão de si e dos outros, enquanto consciência individual e social.

Da compreensão inferimos que o(s) fenómenos da agressividade, da violência gratuita, da danificação da coisa pública, da delinquência juvenil, enquanto comportamentos assumidos e presumidos, destes jovens, fazem parte de um universo maniqueísta decomposto por estes, entre aqueles que vivem dentro da quadro social da liberdade de consumo que o mercado confere, e aqueles, que, como os jovens do Vale de Campanhã que foram postos à margem dessa liberdade, reconquistando-a, simbolicamente, na agressão aos símbolos (quer sejam objectos ou pessoas) desse consumo inacessível, e pela recusa, explícita ou interna, das ofertas de formas de inserção social.

Para concluir, pensamos que nada deste trabalho é conclusivo (pedindo desculpa pelo pleonasma!), mas uma porta aberta á inteligibilidade sobre a condição social da juventude portuguesa que vive em zonas de exclusão social, e um desafio à imaginação dos investigadores e trabalhadores sociais quanto ás formas metodológicas e técnicas mais capazes e sagazes de captarem os jovens para dinâmicas positivas de reivindicação e mudança da sua condição marginal.

BIBLIOGRAFIA:

- Albarelo, L., et al. (1997), *Práticas e Métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Anderssen, G. E. (2000), “ Um Estado Providência para o Século XXI”, In Rodrigues, M. J., *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora, pp.79-125.
- Antunes, A. (1995), *Abordagem Sobre os Bandos Juvenis*, Coimbra, Instituto Superior Bissaya Barreto.
- AAVV (1996), *Para Abrir as Ciências Sociais*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Bardin, L. (1995), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Barreto, A. e Preto, C. V.(1996), *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Público.
- Branco, F. (1993), “Crise do Estado Providência, Universalidade e Cidadania: Um Programa de Intervenção e Acção Para o Serviço Social”, *Revista Intervenção Social*, AnoIII- N°8, Lisboa, pp.75-88.
- Capucha, L. (1998), “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidade”, In Viegas, J e Firmino, A. (Orgs.) *Portugal Que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora, pp.209-242.
- Capucha, L. (2002), “Perspectivas de Evolução Social”, In *DEPP/MTSS*, Oeiras, Departamento de Estudos, Prospectivas e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Celta Editora, , pp.1-11.

- Carreira, H. M. (1996), *O Estado e a Segurança Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Público.
- Costa, A. (1998), “Exclusões Sociais”, *Cadernos Democráticos*, Nº2, Gradiva, pp.9-10.
- Costa, A., et al. (1999), “Pobreza e Exclusão Social em Portugal- A Área Metropolitana do Porto”, *Revista Prospectiva e Planeamento*, 5, Lisboa, pp.121-173.
- Dahrendorf, R. (1996), *A Quadratura do Círculo*, Lisboa, Edições 70.
- Fernandes, A. (1991), “Formas e Mecanismos de Exclusão Social”, *Revista Sociologia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.7-78.
- Fernandes, J. L. e Carvalho, M. (2000), “Problemas no Estudo Etnográfico de Objectos Fluídos- os casos do sentimento de insegurança e exclusão social”, *Revista Educação Sociedade e Culturas*, 14, Porto, Associação de Antropologia e Educação, pp.59- 87.
- Fernandez, J. M. (2000), *La Construcción de la Pobreza en La Sociología de Simmel*, *Cuadernos de Trabajo Social*, nº13, Madrid, Escuela Universitaria de Trabajo Social, pp. 15-32.
- Ferrão, J. (1996), *A Demografia Portuguesa*”, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Público.
- Fitoussi, J. P. e Rosanvallon, P. (1997), *A Nova Era das Desigualdades*, Lisboa, Celta Editora.
- Frada, J. J. (2001), *Guia Prático para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Gellner, E. (1994), *Pós-Modernismo, Razão e Religião*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Gonçalves, A. (1998), “ Jovens : Construção Identitária Num Contexto de Exclusão”, *Revista Intervenção Social*, nos. 17-18, Lisboa, pp.171-190.

- Hall, E. (1986), *A Dimensão Oculta*, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Lefranc, G. (s/d), *Greves de Ontem e de Hoje*, Lisboa, Portugália Editora.
- Lessard, M., et al. (1994), *Investigação Qualitativa - fundamentos e práticas*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lewis, O. (1970), *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores.
- Lipovetsky, G. (1989), *O Império do Efêmero*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Lyotard, J. (1989), *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva.
- Maia, F. (1985), *Segurança Social em Portugal- perspectivas e tendências*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Mónica, M. F. (1996), *Os Costumes em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Público.
- Morin, E. (1991), *O Paradigma Perdido- a natureza humana*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Mouro, H. e Anabela, C. (1987), *O Serviço Social no Estado Novo*, Coimbra, Centelha Editora.
- M.T.S.S. (2001), *Plano Nacional de Acção Para a Inclusão*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Negreiros, Jorge (2001), *Delinquências Juvenis*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Nicolescu, B. (2000), *O Manifesto da Transdisciplinaridade*, Lisboa, Editora Hugin.

- Pedroso, J. e Fonseca, G. (1999), “A Justiça de Menores entre o risco e os crime: uma passagem...para que margem?”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, nº 55, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp.131-165.
- Pereira, M. H., et al (2000), “Apresentação”, In Vaz, M. J., et al, *Exclusão Social na História- Actas do Colóquio Internacional Sobre Exclusão Social*, Lisboa, Celta Editora, pp.ix-xi.
- Pimenta, M. (s/d), “ Emprego e Formação Profissional em meios Urbanos Desfavorecidos – o caso dos Bairros Sociais do Vale de Campanhã – Porto”, *Revista Sociedade e Trabalho*, nº3, Lisboa, pp. 70-79.
- Pimenta, M., et al. (2000) *Estudo SOCIOECONOMICO da Habitação Social – Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Ramos, M. C. (1995 a), “ Estratégias de Inovação e Promoção do Emprego”, *Lusíada – Revista de Ciência e Cultura – Inovação e Tecnologia*, Vol. II, pp.131-140.
- Ramos, M. C. (1995 b), “ Desafios da Mobilidade Internacional do Trabalho em Portugal”, In *Por onde vai a economia portuguesa?* CISEP/CIRIUS, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, pp.129-176.
- Ramos, M. C. (1998), “ Èvolution Du Marché du Travail au Portugal suite a son integration communautaire: Transformation et Défis”, In Dusautoy, M(Dir.), *Intégration Européenne et emploi- Le cas de pays semi-periphériques de L'Europe*, Paris, Presses de La Sorbonne Nouvelle .
- Ramos, N. (2001), “ Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 35, nº 2, pp.155-178.

- Rocher, G. (1989), *Sociologia Geral- Mudança Social e Acção Histórica*, Lisboa, Editorial Presença.
- Rodrigues, F. (1999), *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, ISSSL, Projecto Atlântida e CPIHTS.
- Santos, B. (1988), *Um Discurso Sobre as Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, B. (1989). *Introdução a Uma Ciência Pós-Moderna*. Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, B. (1995), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, B. (1998), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva, P. A. (2000), “O Estado Providência português num contexto europeu: elementos para uma reflexão”, In *Revista Sociedade e Trabalho*, nº 819, Jan-Junho, pp.49-61.
- Stoer, S. R. e Araújo, H. C. (1992), *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num país da (semi) periferia europeia*, Lisboa, Escher.
- Touraine, A. (1982), *Pela Sociologia*. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Touraine, A. (1996), *Carta aos Socialistas*. Lisboa, Terramar.
- Touraine, A. (1998). *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver juntos?.* Lisboa, Instituto Piaget.
- Vala, J. (1987), “A Análise de Conteúdo”, In Silva, A. S. e Pinto, J. M. (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Edições Afrontamento.

Vieira, B. O. (1989), *História do Serviço Social*, Rio de Janeiro, Editora Agir.

Xiberras, M. (1996), *As Teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.

Anexos com o autor

NOTA BIOGRÁFICA De Joaquim Paulo Silva

Graus Académicos É Licenciado em serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço do Porto (ano de 1991). Em 2003 obteve o título de Mestre em Relações Interculturais pela Universidade Aberta- Porto, com a dissertação “ *Inserção Social e Cidadania de Jovens em Situação de Exclusão na Cidade do Porto- das margens aos movimentos*”.

Experiência Profissional - Exerceu a actividade profissional como Técnico Superior de Reinserção Social, no Instituto de Reinserção Social de Outubro de 1992 a Março de 2004. A partir de Março de 2004 passou a exercer funções como Assistente Social na área da Saúde (CDP do Porto).

Exerceu as funções de Mediador na área Tutelar Educativa (jurisdição de menores de 2001 até 2004)

Foi Docente da Universidade Fernando Pessoa, Curso de Serviço Social.

Outras Actividades- Co- fundador da Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (AIDSS), da qual foi Presidente nos biénios de 1992/94, 1994/96, 1996/98, sendo, actualmente, novamente Presidente da Direcção eleito em 7 de Fevereiro. No âmbito da AIDSS, organizou diversos seminários e formações, foi ainda Director do Centro de Formação Permanente. Foi formador em diversas Acções de Formação, quer no âmbito da AIDSS, quer organizadas por outras entidades

É Director da Revista Investigação e Debate em Serviço Social. Possui diversa produção escrita, da qual se destacam textos como, “ Trabalho social e Educação Intercultural”; “Instrumentos metodológicos Interculturais aplicados à Mediação juvenil” e “ Interculturalidade e Transdisciplinaridade- Mudança Social e saber no Campo das Teorias e Práticas do Serviço Social”.

Editou, ainda, dois livros de poesia e foi co-fundador da Revista Poesis e do Grupo Cultural Poesis.